

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Walkyria Acquesta Dias

**Construções Possíveis:
o convívio em um projeto público de Acolhimento Familiar**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Marta Silva Campos.

São Paulo
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

À minha avó.
Ao meu irmão querido
(in memoriam).

Nessa história de elos [...] a trama de fios que nos religam constitui, com o passar do tempo, uma espécie de rede protetora, como a dos acrobatas.

Marie Christine Josso

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Marta Silva Campos, pela maneira com que conduziu a orientação, fazendo-me avançar, ao longo do tempo, nas reflexões acerca do tema.

À Tai Castilho, pela sensibilidade, pelo cuidado e pelas contribuições fundamentais para a realização deste estudo.

À equipe do ITFSP: Maria Regina Mendes Prata, Simone Bambini Negozio, Mônica de Oliveira Genofre, Zeila Maroni Menegon, Alexandra Maria Cristina Colini, Lucia Helena Conde de Souza e Mercedes de Oliveira Oliveira, pela disponibilidade e pelas trocas.

À Banca de Qualificação constituída pelas Profas. Dras. Maria Lúcia Martinelli e Isa Maria Guará, pelas valiosas sugestões.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e aos seus professores, pela oportunidade de realizar o Mestrado.

À equipe do Instituto Razão Social, pela solidariedade e apoio.

Ao meu filho Pedro e ao Caio, pelo envolvimento cotidiano, atento e afetuoso.

À minha irmã, por ser um porto seguro para mim.

À Rosana e à Beatriz, pela presença constante e amiga.

À minha mãe, à Flavia, à Angela e ao Sergio, pelo carinho.

À Mare, à Celidia, à Celina e à Sirley, pela torcida e pelo otimismo.

À CAPES, que apoiou financeiramente.

Às famílias participantes do projeto, que emprestaram suas vidas para que eu pudesse construir nexos de sentidos e significados.

RESUMO

O presente estudo discute a prática de um projeto piloto de acolhimento familiar, à luz da contribuição de conceitos julgados pertinentes ao tema: sofrimento ético-político, vínculo e apego, família, resiliência e política social. Referencia-se, ainda, em estudos sobre o tema específico dos trabalhos de acolhimento familiar realizados no Brasil nos últimos anos.

A partir do acompanhamento de uma criança e de um adolescente durante um processo de acolhimento formal, busca-se compreender a contribuição dessa medida para seu retorno às respectivas famílias de origem.

Revela, sobretudo, como o conviver foi se configurando, a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos, bem como os aprendizados e outros ganhos, tanto individuais como familiares, foram se compondo durante o processo. Discute-se a convivência, tanto internamente às famílias de origem e às acolhedoras, como entre ambas, ressaltando a questão dos vínculos afetivos em contextos de vulnerabilidade social. Nesse aspecto, destaca-se que o vínculo anteriormente estabelecido com a família de origem não é comprometido por novos vínculos firmados com a família acolhedora, podendo esta última, ainda, constituir-se como outra referência de relação e afeto tanto para o indivíduo acolhido como para sua família.

Tratando-se de um projeto piloto, dentro da formulação de uma política pública, abordam-se questões estruturais, relacionando-as a reflexões acerca do conviver em família. Nesse sentido, o estudo aborda questões relativas à intersectorialidade na execução da medida, o que exige uma gestão democrática e clareza de papéis, para que as ações das várias instituições garantam as finalidades da proposta, sem sobreporem-se ou negligenciarem as famílias e seus filhos.

Apesar de algumas das dificuldades constatadas, conclui-se que os resultados indicam elementos presentes na experiência que podem contribuir para a construção, no âmbito dos municípios, de ações mais abrangentes quanto à garantia do direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

Palavras-chave: acolhimento familiar, família, vínculo, apego, relações, convivência e política social.

ABSTRACT

This study discusses the practice of a pilot project of family foster care in the light of concepts considered relevant to the subject: ethical-political suffering, bond and attachment, family, resilience and social policy. It also refers to studies on the specific theme of foster family works in Brazil in recent years.

From the monitoring of a child and a teenager during a process of formal family fostering, it tries to understand the contribution of this proceeding as they return to their birth families.

It especially shows how the experience of living together was set up considering the relationship between the individuals as well as how the learning and other gains, both for the individual and the family, were developed during the process.

It discusses the experience of living together, both within the birth and the foster family, as well as between the families themselves, highlighting the subject of affective ties in contexts of social vulnerability. In this regard, it is highlighted that the previously established relationship with the birth family is not affected by the new ties built with the foster family, the latter, moreover, providing itself as another reference of respect and affection for both the individual and their family.

Being a pilot project designed for a public policy, it deals with structural issues, relating them to ideas concerning the experience of living in a family. Accordingly, the study addresses cross-sectoral issues when implementing the measure, demanding a democratic management and clarity of roles, so that the actions of various institutions involved ensure the aims of the proposal, without overlapping themselves or neglecting the families and their children.

Despite some difficulties it is concluded that the results indicate elements of the experience that can contribute to the construction within the municipalities of a more comprehensive action in order to guarantee the right of children and adolescents to live with a family and a community.

Keywords: foster family, family, ties, attachment, relationships, living together and social policy.

SIGLAS

ARAI	Agência Regional para as Adoções Internacionais
AASP_TJ	As. de Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de SP
CAPES	Centro de Atendimento Psicológico e Social
CBN	Central Brasileira de Notícias
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRECA	Centro de Referência da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Des. da Ed. Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Des. do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IAFAM	Instituto de Assuntos da Família
Ibase	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITFSP	Instituto de Terapia Familiar de São Paulo
NCA	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNCFC	Plano Nac. de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Cr e Adolescentes à Convivência Fam. e Comunitária
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SAS	Supervisão Regional de Assistência Social
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SAPECA	Serviço Alternativo de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente
SEPS	Secretaria de Estado da Promoção Social
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SOBEM	Sociedade de Bem Estar do Menor - São José dos Campos/SP
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - PUXANDO OS PRIMEIROS FIOS DA MEADA: ACOLHIMENTO FAMILIAR.....	14
1.1 REVISÃO DO TRATAMENTO SOBRE O TEMA.....	14
1.2 CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS HISTÓRICOS.....	24
1.2.1 Acolhimento Informal.....	24
1.2.2 Acolhimento Formal.....	25
1.3 O PROJETO PILOTO “FAMÍLIAS ACOLHEDORAS” EM SÃO PAULO.....	33
1.3.1 Objetivos, Fundamentos e Instituições envolvidas.....	33
1.3.2 A Implantação.....	35
1.3.3 A Adoção da Metodologia Relacional Sistêmica.....	36
CAPÍTULO II - A TRAMA ONDE SE TECEM OS FIOS: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	39
2.1 POLÍTICA SOCIAL E FAMÍLIA.....	39
2.1.1 A Política Social e a Centralidade na Família.....	39
2.1.2 Família: conceitos e visões.....	44
2.1.3 O sofrimento ético-político e o apego.....	47
CAPÍTULO III - A TESSITURA DA TRAMA: A PESQUISA.....	56
3.1 EM BUSCA DO OBJETO DE ESTUDO.....	56
3.2 DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS.....	57
3.2.1 Priorização da Abordagem Qualitativa.....	57
3.2.2 Definição de Fontes.....	59
3.2.3 Sujeitos da Pesquisa.....	59
3.2.4 Procedimentos.....	60
3.2.5 Plano de Análise.....	61
3.2.5.1 Indicadores.....	63
3.2.6 Tratamento das Informações.....	66
3.2.7 Classificação dos Temas Levantados.....	67

3.2.7.1 Características e antecedentes	67
3.2.7.2 Processo de acolhimento	67
CAPÍTULO IV - ENTRELACANDO OS FIOS: RESULTADOS	68
4.1 ACOLHIMENTO 1.....	68
4.1.1 Características e antecedentes	68
4.1.2 Processo de acolhimento	71
4.2 ACOLHIMENTO 2.....	83
4.2.1 Características e antecedentes	83
4.2.2 Processo de acolhimento	88
4.3. PAPEL E DESEMPENHO DA EQUIPE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E DO PODER JUDICIÁRIO.....	100
CAPÍTULO V - O TECIDO E SEUS ENTREMEIOS: O PROCESSO DE ACOLHIMENTO E AS SUPERAÇÕES POSSÍVEIS PARA A CONVIVÊNCIA FAMILIAR	104
5.1 OS VÍNCULOS EM UM CONTEXTO DE SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO.....	104
5.1.1 Aproximações quanto aos padrões de apego no acolhimento 1	106
5.1.2 Aproximações quanto aos padrões de apego no acolhimento 2	108
5.2 SUPERAÇÕES E GANHOS SECUNDÁRIOS DO PROCESSO.....	110
5.3 O PROJETO DE ACOLHIMENTO NO CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA.....	112
ARREMATAS: CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
ANEXOS	130

INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo tema do Acolhimento Familiar delineou-se ao longo do tempo, em função das interações ocorridas durante minha trajetória pessoal e profissional, iniciada a partir de uma história de vínculo significativo com minha avó materna.

O desejo de compreender as razões e as formas do pertencimento humano esteve sempre presente, ainda que submerso, em meu cotidiano. Esse desejo emergiu, no entanto, quando tive a oportunidade de trabalhar no Instituto de Terapia Familiar de São Paulo - ITFSP e participar do início do desenvolvimento do projeto piloto “Famílias Acolhedoras”, realizado a partir da assinatura de um convênio com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (SMADS).

O projeto despertou questões antigas, ligadas à vinculação, aos elos, aos laços afetivos, tais como: o que seria se desligar de um abrigo e vincular-se a uma família que não é a sua e, ainda, como – e se – o restabelecimento de vínculos com a família de origem poderia levar à reconstrução de relações de afeto, convívio e pertencimento. Essas questões formavam um emaranhado que me exigia desfazer os nós, desembaraçar os fios e tecer uma nova trama com novos significados.

Sem um envolvimento direto no projeto piloto, acompanhei, entretanto, todo o processo de sua formulação, desde a fundamentação à proposta técnica, passando pelo estudo dos critérios de seleção das famílias acolhedoras e da estrutura da ação propriamente dita. Pude também acompanhar parte dos atendimentos realizados pelos profissionais às famílias na instituição e participar de reuniões técnicas no ITFSP.

Muitos estudos e pesquisas têm levantado a importância da convivência familiar e comunitária nas ações voltadas às crianças e aos adolescentes, ressaltando e defendendo esse direito. Parte-se do princípio de que a Assistência Social deve garantir às pessoas a manutenção dos laços, evitando o rompimento de vínculos, assim como deve buscar a superação das condições de vulnerabilidade social das famílias que vivenciam tais rompimentos.

A convivência familiar e comunitária, conceito tão veiculado no mundo acadêmico e nas políticas públicas, cobra, todavia, um estudo mais específico que desvende e desmembre seus componentes, trazendo mais elementos para a

compreensão do que significa conviver; de como se processa o estabelecimento de vínculos e relações em contextos de vulnerabilidade social.

Vínculo é uma palavra latina que significa: tudo o que ata, liga ou aperta; atadura, nó, liame, laço. (MICHAELIS, 2009) Tomando emprestado este significado como metáfora, o presente estudo parte da observação de uma trama de fios (vidas) que se entrelaçaram para construir os significados do “conviver”.

A experiência concreta levada a cabo pelo Instituto de Terapia Familiar de São Paulo traz elementos para esta discussão, porque é uma experiência que envolve famílias, criança e adolescente que se relacionaram de um modo diferenciado e, nesse relacionar-se, foram construindo novos sentidos e atualizando as relações.

Desenvolvi o meu trabalho como se estivesse, pacientemente, seguindo todos os passos para obter um tecido consistente e atrativo. Busquei primeiro os fios que me permitissem dar continuidade às formas pelas quais essa urdidura vem sendo feita.

Apresento, nesse sentido, no Capítulo I deste trabalho, as contribuições acerca do tema do Acolhimento familiar que foram se construindo ao longo dos últimos anos e a cujo levantamento me dediquei inicialmente. Nele estão comentados estudos acadêmicos, bem como textos de especialistas, que emolduram hoje o tratamento teórico e prático da questão do acolhimento familiar. Abordo, ainda, mais especificamente, o acolhimento informal e formal, tentando situá-los no contexto brasileiro dos últimos anos, e descrevo as características do projeto piloto objeto do presente estudo.

No Capítulo II, busco a trama existente por trás da questão, a fim de dar sustentação à tessitura que se pretende fazer ao longo do estudo. Com este objetivo, lanço mão de questões teóricas sobre política social e conceitos de família, que oferecem alguns elementos básicos para entender o contexto social e político do trabalho que é realizado a partir do processo de acolhimento, incluindo a análise das responsabilidades imputadas às famílias nos últimos anos. Introduzo, também como base teórica fundamental do estudo, conceitos como o do sofrimento ético-político e o apego, que ampliam bastante o campo de análise da experiência do projeto.

No Capítulo III, busco construir a tessitura da trama, ou seja, a base em que os fios vão se mesclar para formar um tecido único. Essa base é a metodologia de

trabalho, a opção pela pesquisa qualitativa, descrevendo a definição das fontes, os sujeitos da pesquisa, os procedimentos, o plano de análise e o tratamento das informações, entre outros elementos ligados à pesquisa propriamente dita. Neste capítulo a intenção é, ainda, transformar em temas os indicadores definidos a partir dos referenciais teóricos abordados no segundo capítulo, classificando-os para melhor organizar a análise dos depoimentos coletados.

Passo a entrelaçar os fios no Capítulo IV, ao tecer, ligar, unir. Pois, a partir dos temas definidos no capítulo anterior, descrevo o processo de acolhimento e, portanto, o convívio realizado pelas quatro famílias, em pares – de origem e acolhedora – relativas à criança e ao adolescente, descrevendo o processo e dando voz aos sujeitos da pesquisa.

No quinto capítulo, observo o tecido construído e faço a análise do processo de acolhimento e o levantamento de possíveis superações individuais, bem como intra e extrafamiliares, realizando uma aproximação dos fundamentos teóricos e dos estudos sobre acolhimento, bem como dos contextos e relações estabelecidas entre os sujeitos.

Os arremates desse tecido, iniciados por mim, apresentam uma visão da questão do vínculo no contexto do projeto e algumas possibilidades de convívio advindas dele, mas espero que outros possam, com esse tecido, costurar novas roupagens.

CAPÍTULO I - PUXANDO OS PRIMEIROS FIOS DA MEADA: ACOLHIMENTO FAMILIAR

1.1 REVISÃO DO TRATAMENTO SOBRE O TEMA

Com o intuito de iniciar uma aproximação ao tema do Acolhimento Familiar, este capítulo contempla estudos elaborados nos últimos anos, principalmente no Brasil. Aborda ainda características e aspectos históricos dessa modalidade de atendimento, bem como apresenta o projeto piloto, objeto da pesquisa.

O Acolhimento Familiar tem sido tratado por uma diversificada produção acadêmica, o que demonstra o crescente interesse pelo tema e a preocupação em entendê-lo de forma mais sistemática. Os estudos constituem-se em importantes contribuições para aprimorar o conhecimento sobre essa modalidade de atendimento à criança e ao adolescente.

Encontram-se trabalhos sobre acolhimento familiar a partir de diversas perspectivas, desde o ponto de vista histórico até a análise de experiências e estudos comparativos. Pretende-se, a seguir, comentar esses estudos, iniciando com aqueles que versam sobre a história recente do acolhimento no Brasil e que, direta ou indiretamente, emolduram o tema da pesquisa que se busca efetivar.

Colmán (2004) estuda as formas de colocação familiar de nossa história recente, por meio de um trabalho sobre a formação do Judiciário e da justiça assistencial no Brasil, resgatando as funções daquele organismo ao longo do tempo para compreender sua estrutura e organização. A discussão sobre a magistratura como profissão construída socialmente é interessante, pois, ao discorrer sobre seu desenvolvimento peculiar, a autora apresenta também a história do atendimento às crianças e adolescentes. Colmán demonstra como esse atendimento está ligado ao Judiciário e como ele foi se desenvolvendo a partir do próprio desenvolvimento desse organismo, evidenciando a sua importância na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Assim, o trabalho de Colmán permite perceber como o “Serviço de Colocação Familiar” foi estruturado e reestruturado de acordo com as estruturações e reestruturações do Judiciário e como este promoveu a qualidade do serviço oferecido, incluindo em seus quadros o assistente social e dando voz aos profissionais da área social.

Preocupados com a questão do abandono de crianças e adolescentes, Calderón, Guará e Brant de Carvalho (1994) realizam uma discussão aprofundada sobre o tema, já que as únicas alternativas na época, para o atendimento da criança e a do adolescente em São Paulo, eram as instituições/abrigos ou a adoção. Apesar do tempo transcorrido entre a publicação deste estudo e dos mais recentes trabalhos e experiências de acolhimento familiar, sua análise e as propostas apresentadas são extremamente atuais.

Para os autores, uma política de institucionalização e adoção não podia dar conta da diversidade de problemáticas vivenciadas pelas famílias das classes populares. Dessa forma, o acolhimento familiar é visto como uma alternativa, mesmo porque já se tinha ciência de redes informais de acolhimento nas camadas populares. A guarda é um processo que antecede a adoção, mas não era vista como algo em si, nem constituía alvo de um programa específico ou de qualquer outra iniciativa que enfrentasse o abandono de crianças e adolescentes.

As propostas apresentadas pelos autores incluem a associação entre a medida jurídica e outros serviços de atendimento técnico e financeiro às famílias, trazendo à tona também questões legais, na busca de alternativas em consonância com as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). As questões legais são discutidas a partir de comentários de artigos do ECA, com ênfase no direito à convivência familiar e comunitária, na manutenção dos vínculos naturais e na valorização da família biológica.

Na época, apenas quatro anos após a promulgação do ECA, os autores elaboraram uma crítica ao descarte que as políticas públicas faziam das famílias, consideradas incapazes e culpadas pela situação da criança, optando pela institucionalização ou adoção como únicas alternativas. Argumentam que seria necessário superar a herança colonial e escravagista, que, com a desigualdade social, levou a um comportamento de tutela do Estado em relação aos pobres, não mais condizente com as conquistas expressas em lei.

Havia, segundo os autores, muito a ser superado para que se concretizassem alternativas de proteção. Entre as superações necessárias encontravam-se preconceitos com relação às famílias que abandonam, a não-percepção da família ampliada e a não-definição de políticas públicas.

No sentido de exemplificar e trazer elementos para a construção de uma proposta de política pública de acolhimento, o texto apresenta três experiências internacionais (Argentina, França e Portugal) e uma experiência nacional. A partir da apresentação das experiências, os autores propõem diretrizes básicas para um programa de guarda relativo à estrutura de atendimento às crianças e adolescentes acolhidos e às famílias guardiãs, ressaltando a importância de sua inserção num sistema público de proteção social, observando as determinações do ECA e redescobrimo a rede de proteção espontânea e social. Para finalizar, oferecem alternativas de guarda que deveriam ser observadas conforme o caso (guarda permanente, guarda provisória, guarda intermitente) e recomendações para um programa de guarda.

Destaca-se também como uma interessante contribuição ao histórico do acolhimento familiar no Brasil o trabalho de Bálamo (2005). A autora analisa o processo histórico da política pública de acolhimento familiar levada a cabo em Porto Alegre, entre 1946 e 2003. Seu estudo é uma reconstituição histórica, elaborada por meio de documentos oficiais e de entrevistas com ex-mães acolhedoras, em um estudo etnográfico.

A autora expõe como os mecanismos oficiais de funcionamento do programa se reformulam a partir das práticas informais de circulação de crianças e da continuidade do processo. Continuidade esta verificada pelo extenso período em que se desenvolveu o programa, mesmo com mudanças de nomenclaturas, sistemas e modalidades que permitiram sua existência em diferentes contextos políticos.

Outra continuidade do sistema de acolhimento familiar pode ser observada pela trajetória de mulheres incorporadas à atividade do acolhimento antes, durante e depois do projeto, e ainda pela história das crianças acolhidas e sua alta permanência no convívio cotidiano das redes de solidariedade da comunidade em que se inseriram. Esta última caracteriza-se como uma das mais interessantes contribuições para o presente estudo, ou seja, a análise da permanência do convívio das crianças e adolescentes nas redes da comunidade demonstra a importância da vinculação e da permanência dos laços afetivos estabelecidos, apesar deste modelo de atendimento não se caracterizar, na maioria dos casos, pela transitoriedade. Os acolhimentos transitórios aconteciam quando as crianças aguardavam adoção ou

retorno à família de origem, já que passavam anos nas famílias substitutas, saindo muitas vezes em função de seu casamento.

Outra perspectiva, mais política, pode ser encontrada no trabalho de Franco (2004), que ressalta a interlocução de diversos atores do processo de construção democrática num projeto de acolhimento familiar. Este estudo nos interessa, na medida em que o projeto em questão conta com a participação de vários atores públicos e privados para sua consecução e sua interação é fundamental para o sucesso da ação.

Franco comenta que a prática de acolhimento já estava instituída na comunidade antes da oficialização do programa. No plano institucional, estratégias e mecanismos foram criados e implementados para tornar essa prática uma política pública, com uma gradual evolução do aparato jurídico-administrativo sustentado pela busca de sistematização e regulamentação em todas as instâncias: Executivo, Legislativo e Judiciário. A autora se preocupa em compreender as interações dos vários atores na consecução de um projeto público: as várias instituições, seus interesses, os pontos convergentes e divergentes entre eles e a questão política permeando as relações.

Este estudo é relevante para a análise da construção de uma política pública, caso do presente trabalho, já que examina as visões e relações de diferentes atores envolvidos no projeto. A relação entre instituições é complexa, pois cada uma vê o processo a partir de um lugar diferente, fazendo com que a construção de uma ação comum seja repleta de negociações para dar conta de abarcar os diferentes interesses.

Apesar de não tratar especificamente de Acolhimento Familiar, Fávero (2001) aborda questões de fundo para a discussão da problemática em questão, pois tematiza o processo de perda do pátrio poder, a partir de registros das práticas judiciárias, e se propõe a desvelar a situação de pobreza expressa nas várias formas de violência familiar com as quais muitas das mães e dos pais nessas situações convivem. A categoria central que permeia a análise é a violência presente na vivência da pobreza, que aparece de forma visível e invisível nas relações que esses sujeitos estabelecem com o trabalho, com a cidade, a família e as práticas judiciárias.

A supracitada autora pesquisa as histórias das pessoas e a reconstrução de aspectos do processo histórico-social que constrói suas condições de existência, contribuindo, assim, para a “desnaturalização” de questões sociais que permeiam a realidade em que vivem e para a instrumentalização de práticas, na direção da garantia de direitos. O foco da análise não é a criança, mas a mãe e o pai (ou sua ausência), ou seja, a família de origem ou biológica e a relação entre precariedade de condições de vida e o rompimento legal do vínculo parental. Nesse sentido, configura-se como uma contribuição importante para o presente estudo, pois aborda a questão do estabelecimento e rompimento de vínculos em famílias em vulnerabilidade social e pode enriquecer a discussão sobre um dos pilares do presente estudo, ou seja, o conceito de sofrimento ético-político, que desenvolveremos num próximo capítulo.

No mesmo sentido, o trabalho de Szymanski (2002) traz uma contribuição importante para a análise das relações que se estabelecem nas famílias, pois, além de definir o conceito de família e abordar os diferentes tipos de composição familiar, discorre sobre a diversidade como algo determinante nas relações familiares, nas trocas intersubjetivas. Essas trocas deixam marcas nas pessoas e podem definir o modo de ser afetivo com os outros. Estes modos de ser nas famílias são formas de cuidado ou solicitude que são vivenciadas de forma autêntica ou deficitária.

Tomando Heidegger como referência, a autora aborda a solicitude autêntica como o cuidar autêntico, em que se leva em conta a existência do outro. A solicitude leva em consideração o respeito, a paciência, a esperança. Já a solicitude deficiente “salta sobre o outro”, impedindo-o de cuidar de si mesmo e criando dependência. As duas formas de solitudes expressam-se nas atitudes cotidianas dos pais e têm a função educativa de socialização, que, por sua vez, é determinada historicamente.

Os problemas mais amplos e as mudanças macro-estruturais, políticas e econômicas interferem nas relações intrafamiliares conforme seu lugar social (desemprego, salário, etc.). As transformações gerais levam a transformações no seio das famílias e, nesse sentido, fazem aparecer novas formas de conjugalidade, de gestão da natalidade e de compartilhamento de papéis parentais.

A condição de pobreza leva à busca de novas estratégias que modificam padrões de sociabilidade, refletindo nas relações interpessoais no seio da família e nas formas de solicitude. Vemos, então, o aumento da violência doméstica, ou sua maior visibilidade, o que normalmente está associado ao alcoolismo, às drogas e à

criminalidade. O estudo em questão traz referências importantes para a presente dissertação, uma vez que investiga o conviver e as formas de se relacionar no seio das famílias.

Por sua vez, Vitale (2002) preocupa-se em discutir a configuração familiar que apresenta um único progenitor e filhos menores, ou seja, a família monoparental. Segundo a autora, esse termo foi utilizado pela primeira vez na França, por volta da década de setenta, para denominar famílias com apenas um dos cônjuges e com filhos menores de 25 anos e solteiros. A autora destaca a questão da monoparentalidade relacionada a gênero e pobreza, abordando como a maioria das famílias monoparentais é constituída por mulheres e discutindo o acirramento do estigma de que as mulheres não são capazes de cuidar de suas famílias sem um homem.

Lidar com a questão das famílias monoparentais femininas e pobres é, entretanto, esbarrar na rede de relações que extrapola o seio das famílias. Normalmente essas famílias têm apoios da família extensa e recorrem à circulação de seus filhos nesta rede, encontrando assim uma forma de não desfazer o vínculo com eles. Ou seja, a rede social e as trocas intergeracionais auxiliam esse tipo de família por meio da solidariedade familiar.

As famílias monoparentais devem ser vistas em suas permanências e mudanças, pois, muitas vezes, essa condição pode mudar ao longo do ciclo de vida da mulher, entendida como chefe da família. Essa forma de solucionar as problemáticas familiares tem também uma relação com a proteção social e o poder público, ou seja, relaciona-se com a falta ou diminuição de políticas protetivas por parte do Estado.

Estudos sobre famílias monoparentais chefiadas por mulheres são relevantes, já que essa configuração familiar está muito presente em projetos de acolhimento familiar e, em especial, em uma das famílias do projeto objeto do presente estudo.

Noutra perspectiva, o estudo de França (2004) realiza uma sistematização do trabalho desenvolvido pelo programa “Famílias Acolhedoras” no município de Diadema e se debruça num processo de acolhimento transitório de crianças e adolescentes retirados de suas famílias de origem, um caso similar ao objeto da atual pesquisa. A autora discute, ainda, questões relacionadas à construção da prática profissional que podem apontar para novas abordagens junto às famílias que

vivenciam os mais diversos sofrimentos, apresentando algumas premissas que podem direcionar as políticas públicas voltadas ao atendimento à população infanto-juvenil que necessita de proteção.

Para a autora, a alternativa “famílias acolhedoras” pode colaborar para a realização de um diagnóstico mais eficaz de cada caso, na medida em que possibilita colher junto às crianças a construção de suas histórias de vida. O estudo, no entanto, não apresenta uma análise dessas histórias de vida, o que poderia ser uma contribuição interessante para a compreensão do processo de afastamento e reinserção de crianças e adolescentes em suas famílias de origem, mesmo porque, segundo França, as famílias acolhedoras facilitaram o retorno das crianças a seus lares originais. A descrição e análise desse processo teriam sido extremamente ricas para o avanço dos projetos de acolhimento familiar, já que, apesar das dificuldades, o programa foi bem-sucedido, pois as crianças retornaram aos lares onde habitavam ou para a família extensa.

No mesmo sentido, Cravo (2006) estuda um programa de acolhimento familiar criado em 2002 no município de São Bento do Sul, Santa Catarina, onde não existia um serviço de acolhimento institucional. A ação foi desenvolvida pela Prefeitura Municipal, com o apoio de várias instituições locais, entre elas o Juizado da Infância e Juventude, o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e entidades sociais.

A preocupação da autora era entender os motivos pelos quais famílias acolhem crianças de outras famílias. Para tanto, estudou o histórico do acolhimento familiar no Brasil e a metodologia utilizada no programa municipal, mas se dedicou com maior profundidade ao levantamento do perfil das famílias acolhedoras. Essas famílias seguem a média das famílias brasileiras, com predominância de casais com filhos, e possuem casa própria e rendimentos acima da média nacional. Os adultos têm um bom nível de escolaridade (51% têm nível superior). A maioria das famílias é católica e 83% delas participam de algum grupo religioso que desenvolve atividades sociais.

No que tange aos aspectos motivacionais, são as mulheres que expressam, em primeiro lugar, o desejo de acolher uma criança, incentivando os demais membros da família. Os motivos que levam ao acolhimento são de ordem religiosa e expressam sentimentos de solidariedade. As famílias se vêem como co-responsáveis por zelar pelos direitos das crianças e adolescentes, principalmente o

direito de viver em família. Observa-se, portanto, a preocupação das famílias com o bem-estar físico, afetivo e emocional da criança.

Este estudo é bastante relevante, já que revela que uma importante motivação das famílias acolhedoras é a solidariedade advinda da religiosidade, principalmente cristã. Essa é também uma realidade observada no presente estudo, mas que talvez possa encobrir outras motivações para além da religião, como, por exemplo, questões afetivas e de relação no interior da família.

Camargo (2007), por seu turno, realizou um estudo comparativo e qualitativo sobre três programas de Famílias Acolhedoras no Estado de São Paulo, delineando seus diferentes perfis e destacando a gênese, as peculiaridades e a abrangência de cada um deles. Os municípios pesquisados foram Santos, Campinas e Franca.

A autora pôde constatar que não há homogeneidade na maneira de ser dos programas, o que não é visto como negativo, pois denota diferentes possibilidades de oferecer condições mais humanizadas e individualizadas no atendimento a crianças e adolescentes que estejam em situação de vulnerabilidade e/ou risco social iminente. Para Camargo, essa diversidade pode facilitar a realização de um acolhimento que se assemelhe, nos aspectos positivos, ao que eles viviam junto às suas famílias de origem, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

A pesquisa não teve caráter amostral; seu foco se concentrou nas experiências atuais de maior visibilidade, já que elas vêm sendo apresentadas em congressos e seminários sobre o tema. A autora elabora uma descrição dos programas pesquisados, destacando a gênese, a estruturação e o funcionamento de cada qual. E, por fim, constrói uma análise comparativa dos três programas, relacionando-os entre si e destacando as suas peculiaridades, similaridades e diferenças.

O estudo volta-se para as questões mais estruturais dos programas, mas não realiza uma análise mais aprofundada das relações que se estabelecem entre as crianças, suas famílias e as famílias acolhedoras, análise que a presente pesquisa tenta efetivar.

Entre as diversas publicações relacionadas ao tema, destaca-se ainda a de Luna (2001), que relata como Estado e sociedade civil conjugam-se no cumprimento da responsabilidade de cuidar de crianças e adolescentes das camadas vulneráveis e descreve o programa de acolhimento familiar levado a cabo na Argentina, com a

expectativa de trazer uma contribuição para a melhoria das práticas de acolhimento familiar verificadas no Brasil.

A autora analisa um conjunto de temas, mas se detém na seleção das famílias acolhedoras, descrevendo todo o processo, desde a formação da equipe técnica que desenvolveria o trabalho, passando pela seleção das famílias (descrevendo inclusive os critérios para tanto) e pela formação das famílias acolhedoras, chegando ao acompanhamento do processo. Este relato se configura como uma contribuição para a prática de projetos de acolhimento, na medida em que descreve a sistemática de trabalho desenvolvida.

Rizzini, Rizzini, Naif e Baptista (2006), por sua vez, tratam do direito da criança e do adolescente ao convívio familiar e apresentam 30 experiências de atendimento a famílias de origem, famílias extensas, famílias acolhedoras e abrigos. As autoras discutem os avanços do atendimento em rede no Brasil, enfocando a proteção integral que envolve abordagens intersetorias. Dedicam um capítulo ao estudo do Acolhimento Familiar e desenvolvem a idéia de que, quando uma criança ou adolescente precisa ser afastado de sua família, deve-se garantir a ele a convivência familiar, preferencialmente, em família próxima à de origem, para tentar fazer com que os vínculos não sejam rompidos.

As autoras identificam e realizam uma pesquisa com sete experiências de Acolhimento Familiar no Brasil. Abordam, de forma geral, os objetivos dos projetos e seu público-alvo, bem como a formação e preparação das equipes de profissionais, as metodologias de trabalho e a gestão. Por fim, são feitas considerações sobre os desafios colocados para a implementação de uma política pública mais ampla e sobre o acompanhamento e avaliação dos projetos de acolhimento, propondo alguns caminhos, tais como: a proximidade entre família acolhedora e família de origem, que torna a reintegração da criança/adolescente mais eficaz.

Mesmo que o retorno à família de origem seja alto na maioria dos projetos pesquisados, as autoras acreditam que deveria haver um acompanhamento da família de origem depois do retorno da criança. Este posicionamento das autoras é interessante para o presente estudo, pois traz à tona a questão das relações entre famílias de origem e famílias acolhedoras no atendimento às crianças e adolescentes. Pode-se refletir sobre os limites dessa interação, ou sobre até que ponto é bom para a criança o estreitamento de laços entre os adultos que cuidam dela transitoriamente e sua família.

A questão apresentada por Rizzini, Rizzini, Naif e Baptista (2006) pode se tornar um dos pilares do direito à convivência familiar e comunitária, pois garante que a criança e o adolescente mantenham os laços, sem rompimentos bruscos, podendo contribuir com a reinserção em sua família de origem, já que não são excluídos de seu meio e suas relações podem continuar a ser vivenciadas, dando continuidade aos vínculos estabelecidos ao longo de sua vida.

É importante citar também Cabral (2004), que sistematiza as discussões do 1º Colóquio Internacional de Acolhimento Familiar (Rio de Janeiro, 2004), apresentando diversas práticas de acolhimento no Brasil e em outros países. Os textos oferecem uma ampla visão das experiências, suas dificuldades e os avanços dessa modalidade do ponto de vista de diversos autores.

Já Valente (2008) apresenta um programa de acolhimento familiar levado a cabo no município de Campinas, denominado Serviço Alternativo de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente (SAPECA). A maior contribuição deste estudo é a sistematização da metodologia de trabalho, apresentada de forma muito detalhada, o que pode colaborar com o aperfeiçoamento de outras práticas de acolhimento. Além disso, a autora traça um breve histórico da questão do abandono no Brasil, visitando conceitos como a culpabilização das famílias, observável até hoje na postura de profissionais dos serviços de proteção. A autora relata ainda estudos e dados estatísticos relativos à institucionalização de crianças no Brasil, bem como os avanços institucionais relativos aos direitos das crianças e adolescentes e suas implicações nas políticas sociais dos últimos anos, que avançam no discurso, mas não na prática, já que não se constituem em proteção real às famílias pobres.

Valente discorre também sobre questões legais, sublinhando que o acolhimento familiar não está contemplado no ECA, pois este se refere apenas à família substituta. Isto significa que, neste caso, há uma substituição, ou seja, a criança perde os laços com a família de origem, diversamente do que ocorre nos programas de acolhimento, processo transitório em que a criança mantém os laços com sua família de origem, inclusive durante o acolhimento. Reitera ainda a necessidade de se ter um amparo legal para esse tipo de atendimento.

Muitos desses estudos são fundamentais para conhecermos a história e a estruturação de ações de acolhimento familiar, principalmente no Brasil, pois defendem a importância desta modalidade como uma alternativa na garantia do

direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária. Acredita-se, porém, que um novo olhar sobre os elementos intrínsecos ao conceito de convivência poderá fazer avançar o entendimento sobre o Acolhimento Familiar, complementando os estudos realizados até o momento, pois nenhum deles olhou as experiências concretas sob este ponto de vista.

A contribuição que se pretende oferecer, portanto, se constitui numa análise dos componentes do conceito de convivência familiar e comunitária, verificando-se o que envolve tal convivência; que elementos a constroem; como a convivência se processa na família acolhedora; como ela vai se reprocessando na família de origem; e que ganhos acontecem para a criança ou adolescente nesse processo.

1.2 CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS HISTÓRICOS

Acolher significa abrigar, atender, dar ouvidos a alguém. Acolher pode ser entendido também como cuidar de outrem, estar disponível. (MARIOTTI, 2002)

O acolhimento, entendido desta forma, tem como base os conceitos de preocupação e cuidado, conceitos esses que foram estudados por Heidegger. Para esse filósofo, o ser humano é um “ser no mundo” e, por meio de sua ação, traça um projeto que dê sentido à sua vida. Para colocar em prática o seu projeto, necessita articular-se, vincular-se aos outros seres humanos.

O ser humano é um ser no mundo, o que significa estar indissolavelmente ligado a ele e a tudo que nele existe. Ser no mundo é ser com, é acolher e ser acolhido. Tudo o que tenta nos impedir de viver essa condição natural do homem traz mal-estar, pois o ser humano necessita do outro para confirmar sua existência. (MARIOTTI, 2002:116)

1.2.1 Acolhimento Informal

Acolher informalmente crianças que necessitam de proteção é uma prática bastante antiga, encontrada em diversos lugares do mundo. Desde há muito tempo tem sido observado, no Brasil, um processo informal de cuidado e educação de crianças pequenas que ocorre no seio da família extensa e nas relações de vizinhança, denominado de “circulação de crianças”, processo esse semelhante a fatos estudados pela Antropologia em antigas populações asiáticas e africanas.

Segundo Sarti (2003), a “circulação de crianças” é um fenômeno no qual crianças vivem, durante parte de sua infância, com outras pessoas que não seus pais, sem, contudo, romper o vínculo com sua família de origem. Depreende-se das pesquisas da autora, realizadas no Brasil, que a unidade significativa de organização social das pessoas denominadas por ela de “pobres” é a família extensa, em que são priorizados os laços de sangue para além dos conjugais, fazendo a “circulação de crianças”, nesse espaço mais amplo, parte da dinâmica familiar.

O conceito “circulação de crianças” é utilizado a partir da pesquisa etnográfica¹ realizada por Fonseca (2002) em dois bairros populares de Porto Alegre. Por meio de observação e de pesquisas realizadas nos arquivos públicos de Porto Alegre, a autora identificou e analisou as particularidades da circulação de crianças no início do século.

A criança tem um lugar privilegiado nas famílias populares, pois os adultos, principalmente as mulheres, pautam suas atividades em função das crianças. Por outro lado, segundo Fonseca, há diversas pesquisas que demonstram que a mulher não considera repugnante dar seu filho para outros criarem. Além disso, as pessoas que vivenciaram esse processo expressam tranquilidade ao se referirem a suas vidas entre um lar e outro.

Observando a prática de circulação de crianças, a autora põe por terra a idéia de que esse tipo de convivência seja um “problema social”, e traz a visão de que essa dinâmica se constitui em uma estrutura básica da organização de parentesco em grupos brasileiros vulneráveis socialmente. Segundo Fonseca, mesmo que essas práticas tenham se iniciado como estratégias de sobrevivência, depois de gerações é possível que tenham adquirido um significado específico integrado a um modelo cultural.

1.2.2 Acolhimento Formal

O acolhimento familiar no qual este estudo se debruça, ao contrário do acolhimento informal, é uma proposta de política pública, mediada por autoridade formal.

¹ Etnografia: ciência que estuda os povos, suas origens, suas línguas, costumes, etc.

Claudia Cabral, da Associação Terra dos Homens, instituição com larga experiência nesta modalidade de atendimento à criança e ao adolescente, define Família Acolhedora como “uma prática mediada por uma autoridade, com um plano de intervenção definido, administrada por um serviço, através de recursos disponíveis, conforme política pública estabelecida” (CABRAL, 2004:10-1).

O poder público e a sociedade civil normalmente se envolvem nos projetos de acolhimento familiar: prefeituras, Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares, Varas da Infância e da Juventude, Ministério Público e organizações da sociedade civil. Nesses projetos, a família acolhedora tem o papel de cuidar de uma criança ou adolescente de forma voluntária, por um período transitório. Esta família é acompanhada por profissionais especializados que a auxiliam em sua tarefa. Estes mesmos profissionais têm também o objetivo de apoiar a família de origem da criança/adolescente para que ela possa ter condições de cuidar e educar seu filho novamente.

Inúmeros são os motivos para a promoção deste tipo de acolhimento: questões sócio-econômicas; múltiplas problemáticas familiares, como drogadição dos pais, violência doméstica, violência sexual, detenção dos pais, enfermidades, entre outras – a maioria delas decorrente das condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Os primeiros países a formalizarem o Acolhimento Familiar foram os EUA, em 1910, a Inglaterra e a França, ambas em 1940, seguidos de Israel (1950), Espanha (1970) e Itália (1980), segundo dados do 1º Colóquio Internacional de Acolhimento Familiar (Rio de Janeiro, 2004). No Brasil, o acolhimento formal teve início na década de 90 do século passado, com o intuito de evitar a institucionalização de crianças e adolescentes. Atualmente, programas de acolhimento familiar estão presentes em diversos estados brasileiros, mas não há uma política pública nacional estabelecida.

A partir de 1949, com a promulgação da Lei de Colocação Familiar nº 560, foi desenvolvida uma experiência de acolhimento familiar nos Juizados de Menores do Estado de São Paulo. As crianças atendidas advinham de famílias pobres e tinham entre 0 e 14 anos. O acolhimento era temporário e a família acolhedora recebia um salário mínimo mensal. (BAPTISTA, 2006)

Segundo Colmán (2004), em 1964, o Serviço de Colocação atendia 47.439 menores, em 10.065 famílias. A maior parte desses menores recebia o subsídio para permanecer em suas próprias famílias (apenas 836 menores estavam em famílias substitutas), consolidando a forte tendência inicial de conceder o benefício para evitar que famílias pobres internassem seus filhos em abrigos. “Em 1964, por meio da Lei 8.435 de 03 de dezembro ficou estabelecido que o valor do benefício a ser pago por criança deveria estar compreendido entre o mínimo de 1/10 e o máximo de 1/3 do salário mínimo.” (COLMÁN, 2004:251)

Os serviços criados pelo Judiciário tinham uma característica modelar, isto é, funcionavam dentro de parâmetros técnico-profissionais considerados avançados para a época, numa perspectiva de evitar ao máximo a internação. Os profissionais tinham liberdade para criar modelos de intervenção e, sendo inclusive estimulados pelo juiz para tanto, acabaram tornando-se grandes especialistas em suas respectivas áreas (infratores, colocação familiar, orientação e acompanhamento). (COLMÁN, 2004:271)

O governo militar estabelecido em 1964 entendia que, em função de problemas sociais decorrentes da migração, crianças e adolescentes “marginalizavam-se”, o que os tornava alvo fácil de cooptação pelas forças comunistas internacionais. (COLMÁN, 2004)

Criou-se, na época, a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, em substituição ao SAM - Serviço de Assistência a Menores. As premissas da Fundação eram: assegurar prioridade aos programas que visassem à integração do menor à comunidade, por meio da assistência à família e da colocação em lares substitutos; criar instituições que se assemelhassem às de vida familiar e adaptar as já existentes nesse sentido; respeitar as diferenças locais; e incentivar as iniciativas de autopromoção das comunidades. Segundo Colmán (2004), na verdade, a Fundação tomava medidas coercitivas e corretivas contra menores, ou seus responsáveis, sem ter poder legal para tanto, já que os juízes de menores ficaram sem poder de intervenção.

Passados os primeiros anos de implementação da Fundação, começaram a surgir críticas e novas propostas sobre o atendimento ao “menor”, principalmente da parte de juízes de vários estados. O Serviço de Colocação Familiar manteve suas atribuições de concessão de benefícios, mas lhe foram retiradas atribuições como

adoção, tutela, internação, entre outras, o que reduziu consideravelmente o número de famílias que recebiam esses benefícios.

No período subsequente, 1980-1985, deu-se, em São Paulo, a passagem do Serviço de Colocação Familiar para o poder executivo, regulamentada pelo Decreto 23.625 de 01/07/1985, passando a denominar-se IAFAM - Instituto de Assuntos da Família, órgão pertencente à Secretaria de Estado da Promoção Social - SEPS. O IAFAM foi criado como uma coordenadoria e tinha como finalidade “contribuir para a realização dos objetivos da Secretaria, por meio do atendimento à família, fortalecendo as relações familiares no âmbito das relações sociais” (SÃO PAULO, 1985).

Sua criação teve como justificativa a necessidade de se dar uma resposta à institucionalização de crianças e adolescentes em função da pobreza da família. O instituto desenvolvia ações integradas a órgãos públicos e particulares. Seu público-alvo eram as famílias da classe trabalhadora expostas à situação de desemprego ou subemprego. Na prática, foram atendidas famílias de baixa renda, que dependiam da assistência pública para prover sua subsistência.

A ação se processava por meio de subsídio técnico e financeiro às famílias e ação comunitária com ênfase no trabalho sócio-educativo. O subsídio era visto pelos técnicos como uma categoria instrumental, e não como um fim em si mesmo. Tinha um caráter transitório e se processava em uma relação educativa que buscava a superação da crise. (SÃO PAULO, 1986a)

O trabalho sócio-educativo voltava-se às relações intrafamiliares e ao fortalecimento e consolidação de seus vínculos afetivos, mas buscava também posicionar a família como formada por cidadãos críticos na busca de soluções para seus problemas, avançando em sua cidadania e ainda fortalecendo seus mecanismos de participação social.

O IAFAM promoveu uma rediscussão sobre o conceito de família. Esta é vista como uma realidade cultural em movimento, como síntese de múltiplas determinações. Nesta concepção, a família é um grupo que se organiza em função de um fim comum, que se direciona em duas perspectivas: a luta pela sobrevivência; e a luta pela manutenção da própria organização e dos vínculos afetivos. Assim, os aspectos relativos à consangüinidade e estrutura jurídica da família deixam de ser relevantes para sua caracterização.

Depois de um ano de trabalho, os técnicos do IAFAM questionavam seu caráter normativo, pois não sabiam até que ponto a proposta de trabalho e sua metodologia chegavam íntegras aos órgãos que a colocavam em prática, na medida em que não lhe cabia operacionalizar a proposta que concebeu. Este foi um impasse, pois não havia como analisar a prática e seus resultados, já que não a executava nem tinha ascendência na ação.

Nesse contexto, no entanto, a conjuntura política, com o fim da ditadura militar, já havia começado a se modificar, verificando-se a articulação dos movimentos populares. Este foi o momento em que se começou a gerar o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que colocava a criança e o adolescente novamente no foco da justiça.

Com o ECA, o Judiciário passa a ser um poder forte e autônomo no controle da constitucionalidade do país, na garantia dos direitos de cidadania e na garantia dos direitos da criança e do adolescente. (COLMÁN, 2004:328) A tendência da maioria das propostas e ações voltadas à criança e ao adolescente, ao largo da história recente, com raras exceções, é ver o acolhimento familiar como uma alternativa à institucionalização de crianças e adolescentes.

Considera-se que as instituições tradicionais, de modo geral, não disponibilizam espaços individuais, impõem um excesso de regras, não permitem a participação das crianças e adolescentes nas decisões e não preservam suas histórias de vida, não permitindo às crianças a construção de uma referência diferenciada de cuidados e afetos.

Segundo Gueiros e Oliveira (2005), a institucionalização de crianças no Brasil teve início na época da colônia com os jesuítas, que retiravam as crianças indígenas de suas tribos para catequizá-las nas chamadas Casas de Muchachos, custeadas pela coroa portuguesa. Rizzini (2004:13) informa-nos que:

A análise da documentação histórica sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e /ou famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas.

A institucionalização de crianças e adolescentes tem sido uma alternativa utilizada historicamente no Brasil, seja para “educar” as crianças dentro dos

preceitos religiosos, seja por pura assistência, seja para “limpar as ruas”, pois representavam um “perigo para a sociedade”. Dessa forma, as crianças e adolescentes eram confinados nos chamados orfanatos, internatos, asilos, reformatórios, etc.

O abrigo ainda hoje é uma alternativa para a criança afastada de sua família, mas não é a única, nem a melhor para todos os casos, sendo, em princípio, uma medida provisória. A pesquisa “Por uma política de abrigos em defesa das crianças e dos adolescentes na cidade de São Paulo”, coordenada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NCA) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), demonstrou que em 2004, ano em que o estudo foi realizado, quase cinco mil crianças e adolescentes viviam em 190 abrigos na capital paulista.

Uma pesquisa efetuada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), embora tenha sido realizada em 2003, é um dos mais abrangentes estudos sobre a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. A pesquisa demonstrou que a grande maioria dos abrigados tinha família (86,7%), sendo que 58,2% mantinham vínculos familiares. Uma parcela significativa de crianças e adolescentes (32,9%) estava nos abrigos há um período de 2 a 5 anos, ainda que a medida de abrigo seja estabelecida como excepcional e provisória. (BRASIL, 2003)

Quanto às ações das instituições pesquisadas pelo IPEA especificamente desenvolvidas junto aos familiares dos abrigados, o Instituto constatou que 78,1% dessas instituições realizavam visitas domiciliares; 65,5% faziam atendimento social; 34,5% realizavam reuniões ou faziam grupos de discussão e apoio; e 31,6% promoviam a inserção em programas oficiais ou comunitários de auxílio ou de proteção à família. Mas, se fossem consideradas aquelas que desenvolviam conjuntamente todas essas ações, o percentual caía para 14,1%, o que corresponde a 83 abrigos, dos 589 pesquisados, sugerindo, segundo o ponto de vista de que parte este estudo, a falta de compreensão dessas instituições quanto à necessidade e importância da reinserção de crianças e adolescentes em suas famílias. (BRASIL, 2003)

Estas ações e posturas verificadas nos abrigos vão contra os preceitos atualmente veiculados sobre o direito da criança e do adolescente de conviver em família. O acolhimento familiar, ao contrário, é considerado uma alternativa para a reinserção de crianças e adolescentes no seio de suas famílias, sendo também uma

possibilidade de convívio familiar e comunitário. Essa alternativa é utilizada em vários² municípios brasileiros, como uma tentativa de garantir esse direito. Acredita-se que, na família acolhedora, a criança poderá vivenciar a dinâmica familiar, a construção de vínculos, o cuidado, os afetos e se inserir na cultura da família e do grupo social a que esta pertence.

No quadro das Políticas Sociais, o Acolhimento Familiar insere-se no campo da assistência que deve prover a segurança de convívio, entre outras.

A Segurança é uma exigência antropológica de todo indivíduo, mas sua satisfação não pode ser resolvida exclusivamente no âmbito individual. É também uma necessidade da sociedade que se assegure em determinada medida a ordem social e se garanta uma ordem segura a todos seus membros. As políticas sociais representam um dos instrumentos especializados para cumprir essa função. (VILLALOBOS, 2000:58)

Segundo Sposati (2004), a Assistência Social deve assegurar o convívio social. Ela “deve garantir que as pessoas, nas mais diversificadas situações, possam criar laços, encontrar saídas para sua situação de vida [...]. Isto supõe a não-aceitação de situações de reclusão e perda de relações [...]” (SPOSATI, 2004:47).

A Assistência Social opera nas situações de risco social³, que se instalam no campo relacional da vida humana, advindas do processo de convívio e de estabelecimento ou rompimento de vínculos sociais, agravado em uma sociedade onde impera a desigualdade sócio-econômica, geradora de pobreza e de vulnerabilidade social. (SPOSATI, 2004:41)

No capítulo terceiro da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que trata da base organizacional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), explicitam-se as seguranças da proteção social, entre elas a Segurança de Convívio ou vivência familiar:

[...] através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança, de segmento social mediante oferta de experiências sócio-educativas,

² Entre eles: São Bento do Sul - SC; Porto Alegre, Caxias do Sul - RS; Rio de Janeiro - RJ; Belo Horizonte - MG; Diadema, Franca, Campinas, Santos e São Paulo - SP.

³ “Risco Social não advém de situações físicas, psicológicas, biológicas, como a saúde, mas se instalam no campo relacional da vida humana. A Assistência Social está no campo societário e, como tal, são os riscos advindos dos processos de convívio, de (in)sustentabilidade de vínculos sociais que se colocam sob sua responsabilidade.” (SPOSATI, 2004)

lúdicas, sócio-culturais, desenvolvidas em redes de núcleos sócio-educativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, suas características e necessidades. (BRASIL, 2004:42)

O Acolhimento Familiar é um serviço de proteção especial determinado pela PNAS, voltado “[...] para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário” (BRASIL, 2004:40). Ademais, o Acolhimento Familiar relaciona-se intrinsecamente ao conceito de Convivência Familiar e Comunitária presente em documentos oficiais, além da Política Nacional de Assistência Social, tais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente; e o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC).

O ECA define, em seu artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

Ainda, em seu capítulo III, artigo 19, o ECA define: “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária.” (BRASIL, 1990)

O Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária é um documento oficial, publicado pelo Governo Federal em 2006. Ele é resultado do trabalho da Comissão Intersetorial para a Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, que articulou atores institucionais dos três poderes da República, das três esferas de poder, das diferentes políticas sociais básicas, das entidades de atendimento como os conselhos de Direitos, além de entidades civis de âmbito nacional. Participou também o UNICEF, mediante a disponibilização de consultores especialistas. O estudo é objeto de normatização específica por parte da Organização das Nações Unidas.

Elaborou-se um plano nacional e as diretrizes da política em questão, cujos eixos temáticos foram: a) análise da situação e sistemas de informação; b) atendimento; c) marcos normativo e regulatório; e d) mobilização, articulação e participação. Os estudos que culminaram na elaboração do Plano destacam o papel das políticas públicas de apoio sócio-familiar, valorizando a intervenção institucional nas situações de rompimento ou ameaça de rompimento dos vínculos familiares.

O documento estabelece critérios de funcionamento dos programas de acolhimento familiar, tais como: priorizar a localização da família acolhedora em local próximo à família de origem da criança/ adolescente acolhido; estabelecer critérios de seleção e preparação das famílias acolhedoras; incluir os procedimentos referentes ao acompanhamento sistemático de cada caso de acolhimento familiar; reforçar o princípio de transitoriedade e provisoriedade da medida, que prioriza as relações afetivas da criança / adolescente com sua família de origem.

1.3 O PROJETO PILOTO “FAMÍLIAS ACOLHEDORAS” EM SÃO PAULO

O Projeto Piloto “Famílias Acolhedoras”, uma iniciativa da SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, é uma ação decorrente da política social determinada pela Política Nacional de Assistência Social, uma medida de proteção da sociedade.

1.3.1 Objetivos, Fundamentos e Instituições envolvidas

O Projeto Piloto em São Paulo se destina às crianças, adolescentes e famílias (acolhedoras e de origem) de dois subdistritos da cidade, baseando-se numa ação conjugada de diversas instituições. O projeto tem base legal a partir da Lei nº 13.545, de 31 de março de 2003, que institui o programa, denominado “Família Guardiã”, no município de São Paulo. (Anexo I)

A coordenação geral do Projeto Piloto “Família Acolhedora” está a cargo da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e da Comissão de Implantação do Projeto – formada por representantes dos Parceiros Âncoras, dos Parceiros Institucionais, das Supervisões Regionais de Assistência Social de Pinheiros e de Santo Amaro, de Abrigos para Crianças e Adolescentes e da organização social executora.

Com o fim de executar o projeto, a SMADS firmou parceria com três instituições: a Agência Regional para Adoções Internacionais - Região Piemonte (ARAI), o Instituto Via Pública e o Instituto Rukha (parceiros âncoras). (Anexo II)

Alguns dos objetivos do projeto são:

- oferecer às crianças e aos adolescentes afastados temporariamente de suas famílias de origem oportunidades de convivência familiar e comunitária, além de assistência material, ética e educacional, em regime de guarda provisória em família acolhedora;
- preparar e acompanhar as crianças e os adolescentes no processo de transição abrigo-família acolhedora, para que o desabrigamento seja efetivado de forma que não ocasione mais prejuízos emocionais;
- capacitar e acompanhar as famílias acolhedoras no processo de convivência com as crianças e com os adolescentes, favorecendo relações afetivas que proporcionem um melhor desenvolvimento físico e emocional, outras formas de sociabilidade, respeito à individualidade, preservação de identidade e construção de autonomia. (SÃO PAULO, 2005:2)

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo firmou convênio com a Agência Regional para Adoções Internacionais - Região Piemonte (IRAI), da Itália, em 2004, com o objetivo de:

[...] desenvolver atividades de cooperação para difundir o direito à convivência familiar e a provisoriedade da medida de abrigamento de crianças e adolescentes, ampliando programas sociais que proporcionassem suporte às famílias de origem e promovessem a guarda familiar. (SÃO PAULO, 2005:4)

Constituiu-se ainda uma Comissão para planejar, monitorar e avaliar o desenvolvimento do projeto piloto na cidade de São Paulo. Integraram a Comissão os representantes da SMADS, das Supervisões Regionais de Assistência Social, da ARAI, do Instituto Via Pública, do Instituto Rukha, além dos parceiros institucionais: Corregedoria Geral da Justiça, por meio do Núcleo de Apoio Profissional ao Serviço Social e Psicologia do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Varas da Infância e Juventude dos Foros Regionais de Pinheiros e de Santo Amaro; e Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de

São Paulo (AASP-TJ). Participava também da Comissão o Instituto de Terapia Familiar de São Paulo (ITFSP), organização social executora do projeto junto às famílias.

1.3.2 A Implantação

As crianças acolhidas viviam em abrigos e foram indicadas pelo Poder Judiciário. A indicação das crianças foi realizada pela Vara da Infância e Juventude em conjunto com os abrigos.

Os dois acolhimentos realizados no projeto piloto e acompanhados neste estudo iniciaram-se em novembro de 2007. Uma família acolheu uma criança de quatro anos e outra um adolescente de dezesseis anos.

A família acolhedora, além de orientações e apoio emocional dos técnicos do programa, recebeu também um benefício monetário, que deveria contribuir para sua tarefa de cuidados. No presente caso, as famílias receberam um salário mínimo mensal para subsidiar algumas despesas com as crianças acolhidas (alimentação, vestuário, etc.).

O acompanhamento do processo se deu a partir de atendimentos sistemáticos às famílias. Utilizou-se a abordagem relacional-sistêmica no trabalho com as famílias e, mais especificamente, a terapia familiar com as famílias de origem.

Os atendimentos às famílias acolhedoras e as sessões com as famílias de origem foram realizados no ITFSP e gravados em vídeo, com autorização dos envolvidos, para posterior transcrição e análise, realizada pelos técnicos responsáveis. Excepcionalmente, a família de origem do adolescente foi atendida na SAS Santo Amaro, em função de sua dificuldade de deslocamento, o que inviabilizou a gravação das sessões.

Pretendia-se que a família fosse uma referência de afeto e cuidados para a criança e o adolescente que saíram dos abrigos, por um período transitório, de no máximo dois anos, até que eles retornassem às suas famílias de origem.

Para que se conheça, ainda que de forma genérica, a metodologia utilizada pelos técnicos do projeto junto às famílias, serão apresentados, a seguir, alguns conceitos sobre a visão relacional-sistêmica.

1.3.3 A Adoção da Metodologia Relacional-Sistêmica

A metodologia relacional-sistêmica fundamenta-se na visão de que o homem não é um ser isolado e de que a família é um sistema em transformação. Uma perturbação em um de seus membros acarreta perturbações no sistema familiar. Esta família interage com outros sistemas na comunidade: um todo dinâmico cujas partes estão inter-relacionadas, em um movimento circular de influências.

Segundo documento intitulado “Projeto Família Guardiã”, do ITFSP (2006), na visão relacional-sistêmica parte-se das premissas de que todos têm recursos e de que as crises e os sofrimentos se transformam em aprendizagens. É possível identificar e suscitar os saberes, as forças e as capacidades dos indivíduos, para que possam encontrar suas próprias soluções e superar suas dificuldades.

A visão relacional-sistêmica favorece o reconhecimento e a aceitação de diversos pontos de vista, incluindo as emoções e as habilidades. A inclusão das diferentes visões e competências dos envolvidos leva-os a se apropriarem e a se responsabilizarem pelas decisões e ações ocorridas no processo. Nesta perspectiva inclui-se o contexto mais global, mas também o único e singular.

A teoria geral dos sistemas, cujo iniciador foi Bertalanffy, tem uma matriz de tipo biológico, utilizada também nas ciências sociais. Bertalanffy introduziu o conceito de relação, de interação, definindo o sistema “[...] como um conjunto de elementos [...] que interagem entre si” (BERTALANFFY, 1975:56). Para o autor, os sistemas podem ser de diferentes tipos: fechado quando não tem relação com o ambiente (nem entrada, nem saída); e aberto quando estabelece intercâmbio com o ambiente, a partir de energia e informação, modificando-se com esse intercâmbio. “O conceito de sistema aberto cabe especialmente para o estudo dos organismos vivos, para os quais o intercâmbio é um elemento determinante de sua vitalidade.” (BERTALANFFY, 1975:64)

A característica mais importante de um sistema é sua composição em partes; porém, o todo não é simplesmente a soma das partes. Toda informação pode fazer com que se mantenha a estabilidade do sistema, ou pode provocar uma perda de estabilidade, favorecendo uma mudança. Pode ocorrer, então, o predomínio de processos de transformação que poderão levar à dissolução do sistema, ou a um endurecimento que faz com que ele perca sua flexibilidade, passando a dar respostas repetitivas, cada vez menos eficazes.

Segundo Rapizo (2002), recentemente, teóricos como Prigogine, Bateson, Maturana e Morin, entre outros, vêm considerando que os sistemas vivos biológicos, e mesmo sociais, funcionam distanciados do equilíbrio. Eles são auto-organizadores e não lineares. Dependem do meio para trocas, mas adquirem autonomia à medida que funcionam segundo leis singulares de sua constituição e de sua história de mudanças. A evolução de um sistema se dá numa combinação de acaso e história, na qual a cada patamar surgem novas instabilidades, que, amplificadas, geram novas ordens. Sistemas vivos são hipercomplexos e a constância do sistema é atingida por meio de mudanças. Assim, a instabilidade e a crise ganham novo lugar no pensamento sobre sistemas.

Esta visão implica a idéia de que o sistema tem e adquire, ao longo do tempo, seus próprios recursos para realizar mudanças. Os sistemas evoluem descontinuamente, usando a desordem para alcançar novas ordens, não sendo determinados pelo meio, mas por sua própria estrutura.

Para Maturana (1992), os seres vivos são sistemas em contínua produção de si mesmos. A constituição do ser humano está no domínio relacional, no conversar, que é, por sua vez, o entrelaçamento da linguagem e da emoção. O mundo em que vivemos não está dado, mas se configura na convivência, ou seja, na dinâmica de nosso operar como seres humanos.

A metodologia relacional-sistêmica trabalha, nesta dinâmica, recuperando as histórias de vida, as interações familiares e comunitárias, buscando entender o contexto, a rede social em que a família se insere e as possíveis interdependências e transformações que a própria família pode engendrar no processo de convivência, no qual se processam as superações.

As relações significativas dos sujeitos, entretanto, não são vividas somente e necessariamente no núcleo familiar, mas em múltiplas redes, numa diversidade de vínculos que está sempre em transformação. (SLUZKI, 2006) A família nuclear é sempre evocada, não necessariamente porque ela se constitui dessa forma, mas porque há um padrão, um modelo previamente definido, sem questionamentos.

Os vínculos familiares são mobilizados em princípio, mas não necessariamente, quando há situações difíceis. Não se mobilizam vínculos extrafamiliares, muitas vezes, porque as pessoas não se sentem autorizadas a fazê-lo; aí se encontra mais uma situação de direito do que de proximidade afetiva.

Sluzki (2006) lembra que relações não oficiais podem ser mais úteis em momentos de crise do que os vínculos familiares, porque a rede significativa não se limita à família nuclear ou extensa, mas a inúmeros vínculos interpessoais (amigos, relações de trabalho, estudo, etc.). Essas relações podem contribuir para a identidade e o reconhecimento do sujeito como indivíduo.

Acredita-se que num contexto favorável, de reconhecimento, de escuta e legitimação, aparecerão aspectos não explícitos, nos quais as potencialidades e competências podem emergir, tornando possível à família recontar e refazer sua própria história.

CAPÍTULO II - A TRAMA ONDE SE TECEM OS FIOS: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

2.1 POLÍTICA SOCIAL E FAMÍLIA

O Projeto “Famílias Acolhedoras” insere-se numa política pública que pretende ser uma alternativa à institucionalização de crianças e adolescentes, e, neste sentido, o projeto se vincula à Política Social.

É de fundamental importância para a compreensão deste tema realizar uma discussão sobre políticas públicas e família, já que esta é a trama em que se sustenta a questão do acolhimento familiar, dos vínculos e dos afetos.

2.1.1 A Política Social e a Centralidade na Família

A Política Social é um sistema resultante da interação de diferentes atores e integra: “proteção contra riscos, combate à miséria, desenvolvimento de capacidades que possibilitem a superação das desigualdades, exercício pleno da cidadania, redistribuição de riquezas, etc.” (IVO, 2004: 57)

As políticas sociais, para Ivo (2004), devem assegurar condições materiais de vida e exercício de direitos. As políticas sociais se constituem enquanto relações de poder e, nessa perspectiva, geram conflitos e definem o projeto de inclusão social da sociedade. Nesse sentido,

[...] as políticas sociais se articulam necessariamente com a dinâmica do crescimento econômico e são condicionadas pela natureza das relações entre capital e trabalho, estando diretamente relacionadas às tendências que conformam a dinâmica do mercado de trabalho em cada sociedade – principal mecanismo de inclusão social. (IVO, 2004:57)

Ainda segundo a autora, as políticas sociais estão vinculadas à construção da política mais ampla e incluem questões ideológicas, podendo aprofundar as desigualdades. Na perspectiva da política neoliberal, o mercado passa a ser o regulador das relações sociais e a política social passa a ser focalizada, e não universalizada, tomando como eixo central o combate à miséria e pobreza. (IVO, 2004)

O impacto das transformações sócio-econômicas das últimas décadas e o acirramento da desigualdade social refletem-se na crescente vulnerabilidade das camadas populares e na diminuição da capacidade das famílias de assumir funções como criar e educar seus filhos. Embora a concentração de riqueza no Brasil tenha diminuído, o país continua sendo injusto, pois o desempenho brasileiro avaliado pelo coeficiente de desigualdade de renda, conhecido como Gini⁴, que varia de zero a um (o mais desigual), era de 0,528 em 2007. (BELCHIOR, 18/09/2008)

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a renda ficou menos concentrada em 2007 em relação ao ano anterior, embora o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda a considere alta. Entre a população brasileira ocupada, os 10% com menores rendimentos detiveram 1,1% do total de rendimentos em 2007. Do outro lado, os 10% mais bem remunerados concentraram 43,2% do montante. (BELCHIOR, 18/09/2008) Portanto, apesar da redução na concentração de renda no Brasil, é evidente que há um longo caminho no sentido de diminuir esse descompasso.

Segundo Vecinday (2003), nos últimos anos, criaram-se novas práticas de reprodução social no contexto de crise do capitalismo monopolista e acumulação flexível de capital. Assistimos a uma reestruturação produtiva, a partir de avanços tecnológicos, que aumentou as atividades financeiras, levando a uma desterritorialização da produção, o que, por sua vez, gerou desemprego e precarização do emprego, criando um excedente de mão-de-obra.

Para Ivo, a via de retomada do crescimento da economia no Brasil, a partir da década de 90, rompe a articulação entre emprego e proteção social. Exemplo disso é a reorientação da política social, no sentido contrário à universalidade de cobertura da população, dirigindo-se para programas compensatórios de assistência à pobreza, orientados pelos efeitos, e não pelas suas causas. (IVO, 2004)

Ainda segundo a autora, na dinâmica da inclusão/exclusão social, vemos um paradoxo caracterizado por uma inversão entre o regime político democrático

⁴ O **Coefficiente de Gini** é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini (e publicada no documento "Variabilidade e Mutabilidade"), em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100). WIKIPÉDIA, s/d.

conquistado, que tende a incluir politicamente, ampliando a cidadania, e a dinâmica de uma economia que produziu altas taxas de desigualdade sócio-econômicas.

As políticas sociais são compostas por três núcleos básicos: direitos sociais básicos como previdência e Sistema Único de Saúde (SUS); programas emergenciais que garantem direitos constitucionais, mas que dependem da opção dos governante, como o Programa de Reforma Agrária, o FUNDEF e FUNDEB); e programas emergenciais voltados a situações de vulnerabilidade social de segmentos específicos e com caráter transitório como o Bolsa Família. (IVO, 2004)

As ações focalizadas, segundo Ivo, são programas, e não políticas, sendo constantemente afetadas por critérios financeiros ou demandas políticas, não se constituindo enquanto direito. Ivo sublinha que esses programas têm como pressuposto a idéia da incapacidade de suprir as necessidades mínimas da inserção via mercado de trabalho e, portanto, pretendem possibilitar acesso ao consumo oferecendo alguma condição de reprodução e inserção social. (IVO, 2004)

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2004), os programas de transferência condicionada de renda, dirigidos para o combate da pobreza, têm sido aplicados, durante a última década, em diversos países do mundo, e na maioria dos latino-americanos. Estes programas enfocam o manejo dos riscos sociais aos quais grupos mais vulneráveis estão expostos, mediante a concessão de benefícios sujeita a certas condições, como, por exemplo, a permanência das crianças na escola ou a freqüência aos serviços de prevenção relativos à saúde e à nutrição.

A Política Social no Brasil privilegia a transferência direta de renda às famílias, seguindo os preceitos do Banco Mundial. Se, por um lado, esse tipo de política traz maior poder de consumo às camadas mais pobres da população – pois atinge hoje mais de 11 milhões de famílias e 45,8 milhões de pessoas –, melhorando os índices de pobreza e indigência no país; por outro, não garante a segurança alimentar de todos os beneficiários. Destes, apenas 17%, segundo pesquisa coordenada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), estão em situação total de segurança. Sendo que 28% dos beneficiados encontram-se no que se denomina de insegurança leve: não passam fome, mas têm medo que isso aconteça no futuro. Já 34% das famílias se enquadram no chamado estágio moderado de insegurança, ou seja, há restrição de alimentos consumidos, mas não

há fome. E 21% delas vivem a insegurança alimentar grave, ou seja, faltam alimentos em casa e, por isso, não fazem todas as refeições. (GOIS, 28/06/2008)

Em princípio, parece haver um paradoxo na relação entre a Política Nacional de Assistência Social (e o SUAS - Sistema Único da Assistência Social) e a política social levada a cabo nos últimos anos no Brasil. A primeira se define como uma política de garantia de direitos que deve manter serviços, benefícios, programas e projetos que previnam ou reduzam os riscos sociais a partir de uma rede de proteção; e a segunda visa à reprodução dos excluídos do mercado de trabalho a partir de ações focalizadas, não se constituindo enquanto direito.

A Política Nacional de Assistência Social tem como usuários “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos [...]” (BRASIL, 2004:34), o que explicita que, na realidade, essas políticas, do ponto de vista de seu alcance, não estão totalmente em contradição com as de transferência de renda, já que pretendem atender populações vulneráveis e em situação de risco, não sendo universais.

Ao citar Castel, Vecinday (2003) discute essa questão a partir das chamadas políticas sociais de caráter universal ou de integração, que buscavam a homogeneização da sociedade e que foram substituídas por novas formas de política social, que trazem um discurso de valorização da participação da sociedade civil (parcerias entre o público e o privado), da responsabilidade individual, da descentralização e da focalização, investindo em populações mais vulneráveis e em situação de risco. O próprio projeto “Famílias Acolhedoras” é uma ação pontual que visa a atender camadas vulnerabilizadas, lançando mão da participação da sociedade civil e da responsabilidade individual, seja da família de origem, seja da família acolhedora.

Ainda segundo a autora, as políticas de integração cederam lugar às políticas de inserção dos desafiados, ou vulnerabilizados. Essas políticas, porém, não objetivam a inserção no mundo do trabalho formal, mas oferecem ações compensatórias, que não modificarão significativamente a vida dessas populações. (VECINDAY, 2003)

No projeto em questão, muitas são as dificuldades no que tange à inserção das crianças, adolescentes e famílias de origem na rede de proteção social. Esta não dá conta, muitas vezes, das demandas sociais das famílias quanto à

assistência, emprego, entre outras, o que pode prorrogar a possibilidade de a família resgatar seu filho a curto ou médio prazo

Citando Castel, a autora argumenta que, em épocas anteriores, as chamadas políticas sociais de integração tinham um cunho educativo e, nestas políticas, o Estado tinha uma função disciplinadora, a partir de um conjunto de práticas normatizadoras que invadiam o espaço privado (VECINDAY, 2003). Nesse contexto, quando a família não dava conta de suas funções, o Estado a substituía por meio de um conjunto de funções institucionalizadas em políticas sociais. Já neste novo modelo, o Estado redimensiona suas funções e, em vez de substituir a família, intervém nela, responsabilizando-a pela solução dos problemas advindos da própria estruturação sócio-econômica do capitalismo mundial.

“A família, antes incapaz, é hoje cobrada a fortalecer seu papel e superar suas problemáticas por meio de processos ditos educativos, e com a redução do gasto público.” (VECINDAY, 2003) Dentro dessa lógica, a família tem um lugar garantido no discurso das políticas públicas dos últimos anos no Brasil. Um dos objetivos do PNAS - Plano Nacional de Assistência Social é “assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária”.

Segundo Campos e Miotto (2006), a centralidade das políticas públicas na família coincide com o momento em que o Estado reduz a proteção social e leva as famílias a cobrirem a insuficiência do Estado. Para as autoras, no modelo protetivo o Estado tem o papel, a priori, de proteger as famílias e os indivíduos, o que se coaduna com as análises de Castel e Vecinday no que tange à política social integradora e ao papel do Estado nesse contexto.

Se a sociedade ou o Estado fossem acolhedores, não seriam necessários projetos como o “Famílias Acolhedoras”. As famílias biológicas do projeto em questão exemplificam esse tipo de política social, pois se encontram desprotegidas. Problemas relativos a emprego e baixos salários, pouco acesso às políticas de educação, saúde, habitação, segurança, assistência, entre outras, as fragilizam, gerando sofrimento, esgarçando vínculos intrafamiliares e comprometendo o cuidado com os filhos, fatores intrínsecos à convivialidade.

De acordo com Campos e Miotto (2006), no modelo denominado “familista” – ou seja, aquele que coloca na família extrema responsabilidade quanto à proteção social de seus membros – a satisfação das necessidades dos indivíduos se dá por

meio da família e do mercado. As famílias, independentemente de suas condições de vida, têm a função de cuidar e proteger seus membros, bem como é responsável pela socialização e integração deles. Nesse caso, quando não dão conta de cumprir essas tarefas, são culpabilizadas pela “miséria” e “desestruturação” familiar, reforçando a idéia de sua incapacidade.

Pode-se dizer que a lógica das políticas sociais em relação à família é aquela da cidadania invertida, ou seja, o acesso aos serviços e sua manutenção só se dá quando a família fracassa, só se dá pela comprovação de sua incapacidade em dar conta das atribuições que lhe são impostas. A família, nessa situação, pode se enfraquecer ainda mais ao tentar dar respostas sem ter condições para tanto e, nesse processo, seus limites podem ficar indefinidos, comprometendo seus laços internos.

O externo adentra a família e vai mudando sua configuração, pois ela é uma instituição, ainda segundo Campos e Miotto (2006), ao mesmo tempo privada e pública, e se modifica ao longo do tempo e em função dos contextos sócio-econômicos.

2.1.2 Família: conceitos e visões

A família nem sempre teve as mesmas configurações que conhecemos hoje. Podemos observar essas transformações por que passa a família em diversos estudos, entre eles o reconhecido trabalho de Ariès (1981), que demonstra como a família foi se modificando ao longo do tempo, tanto em suas relações internas como nas externas.

Segundo Ariès, antes do século XV, a vida pública adentrava a casa e a individualidade não existia. Até o século XIII, a sociabilidade ampla ainda imperava. As pessoas viviam misturadas e o sentimento de família não existia como o conhecemos hoje. Ao longo do tempo, a intimidade da vida privada foi ganhando terreno em relação à vizinhança e, assim, a casa perdeu o lugar de espaço público.

Aos poucos, a família foi se concentrando em torno de si mesma e dos filhos e foi surgindo o que conhecemos hoje como família moderna. “A reorganização da casa e a reforma dos costumes deixaram um espaço maior para a intimidade, que foi preenchida por uma família reduzida aos pais e crianças, da qual se excluía os criados, os clientes, os amigos.” (ARIÈS, 1981:267)

O autor relata ainda, a partir de um estudo das correspondências familiares da época, que a maior preocupação da família era com a saúde e a educação dos filhos. Outra característica da família moderna é a preocupação com a igualdade entre os filhos, o que não acontecia em épocas anteriores.

Costa (1999) demonstra que, no Brasil, na época da República, esse modelo foi reforçado com a política higienista. Nesta política, a família tinha regras e preceitos a seguir para se adequar à crescente industrialização e urbanização vigentes. Contudo, a partir da década de 1980, a crise econômica e o desemprego levam a uma crescente entrada da mulher no mercado de trabalho, bem como a uma diminuição do tamanho das famílias e a uma diversificação das composições familiares.

O conceito de família nuclear, com pai, mãe e filhos, convive com outros modelos, como famílias monoparentais, famílias chefiadas por mulheres, famílias que se compõem e recompõem com parceiros diferentes, etc.

Para Sarti (2003), os pais abrem mão de seus interesses pessoais para dar conta de manter a família e as obrigações para com os filhos. A família pobre, entretanto, passa por mudanças na época de criação de seus filhos, o que leva à inclusão dos membros da família extensa no cuidado das crianças e adolescentes. Esta tendência de presença da rede de relações de parentes para além do núcleo da família conjugal caminha na contramão do estudo de Áries e da crença generalizada de que o núcleo familiar se isolou na contemporaneidade.

No estudo elaborado por Sarti (2003), ficam claros os diferentes papéis da mulher e do homem no casamento. A maternidade é valorizada e os cuidados com os filhos dão legitimidade à mulher, definem seu papel no casamento. O homem, por sua vez, é aquele que deve suprir as necessidades materiais da família a partir de seu trabalho. O que não difere dos papéis, há muito tempo, atribuídos ao casal na família burguesa.

Contudo, a mulher acaba assumindo não só o papel de mãe, mas também de provedora da casa, pois o homem, ao ser excluído do mercado de trabalho em função do contexto econômico desfavorável ou mesmo por sua desqualificação profissional, não consegue cumprir o papel que lhe foi determinado, fazendo com que sua autoridade seja questionada. Desmoralizado, muitas vezes, abandona a família.

Por outro lado, segundo Sarti (2003), a valorização da maternidade pela mulher é uma forma de ser reconhecida pelo marido. Se ele não mais está presente, o reconhecimento da vizinhança não é suficiente, pois não resolve o problema da sobrevivência. Para tanto, muitas vezes, a mulher divide a maternagem com outros parentes e vizinhos.

A necessidade de segurança (financeira e moral), que pode ser proporcionada por um homem, faz com que a mulher, em grande parte dos casos, se case novamente. Esse novo casamento pode pôr em risco a relação mãe-filho, pois, quando nasce um filho desse segundo casamento, normalmente os filhos da primeira união são distribuídos pela família extensa, legitimando a lealdade da mulher ao marido. (SARTI, 2003)

Independentemente dos tipos de composição familiar existentes, a família é o meio em que as crianças crescem e se desenvolvem, constituindo um “[...] campo privilegiado de pertencimento social e emocional, matriz da identidade [...] congregação de experiências e entrelaçamento social [...]” (GREGORI, 2000:21). É no espaço familiar e comunitário que ocorre a socialização, a cooperação e a rede de afetos, bem como a aprendizagem sobre como lidar com rupturas, perdas e ganhos que promovam a construção e reconstrução da trajetória dos indivíduos. (ITFSP, 2006)

Apesar disso, e em função de diversas variáveis, muitas vezes, a família pode não dar conta de cuidar de seus filhos, chegando a violar direitos, por meio de agressões, abusos, negligência, decorrentes, na maior parte das vezes, de questões sócio-econômicas e dos sofrimentos vivenciados por seus membros em função da vulnerabilidade a que estão sujeitos. (BRASIL, 2004) Nessa dinâmica de fragilização das famílias, processos internos decorrentes da situação sócio-econômica podem atingir as relações familiares, os laços e as possibilidades de convivalidade. A sensação de fracasso, de não-superação das problemáticas vivenciadas, sejam elas econômicas, relacionais ou decorrentes de ambos os aspectos, compromete os vínculos afetivos e gera sofrimento.

Pode-se observar, a partir dessa problemática, a presença de processos expulsivos de crianças e adolescentes do seio das famílias. Muitas crianças e adolescentes passam a viver nas ruas ou em instituições que, em princípio, deveriam recebê-las temporariamente. Na maioria dos casos, porém, as instituições acolhem as crianças e adolescentes por longos anos, seja porque a família não

consegue superar as problemáticas que levaram ao abrigo, seja porque considera que seu filho será mais bem cuidado no abrigo, pois contará com recursos que não pode prover; seja, ainda, pela falta de compreensão sobre a provisoriedade do abrigo por parte dos operadores das políticas públicas.

Este fato nos alerta para as dificuldades encontradas por qualquer projeto de acolhimento familiar em sua realização no que tange aos recursos e possibilidades das famílias. O direito da criança e do adolescente ao convívio familiar é, então, por várias razões, desrespeitado. Este direito da criança deveria ser visto também como direito da família, ou seja, a família deveria ter condições de cuidar e educar, usufruindo, ela também, da convivência com seus filhos.

2.1.3 O sofrimento ético-político e o apego

Para se realizar a análise dos conteúdos submersos no processo vivido pelas famílias, serão apresentados, a seguir, os fundamentos teóricos dos indicadores de análise sobre o convívio familiar e comunitário.

Uma família fragilizada por não dar conta de cuidar de seu filho, entre outras questões, apresenta um sofrimento que não nasceu nela mesma, mas foi gerado socialmente. Este sofrimento, denominado por Sawaia (1995) de “sofrimento ético-político”, retrata a dor que surge da situação social de ser tratado e de se sentir inferior, sem valor. E demonstra, ainda, como as pessoas vivem no cotidiano as questões sociais dominantes em cada época histórica, questões estas que se materializam no sujeito.

No século passado, esse sofrimento era vivido como vergonha do outro, uma questão pública. No presente, a culpa é a emoção predominante de controle social. Esta última, diferentemente da vergonha, é individual e alienante. Hoje tudo se individualiza e o sujeito é visto como responsável por seu fracasso, conforme se discutiu, mais especificamente quando se tratou da política social. Citando Heller, Sawaia explica que a dor faz parte da vida, já que afetamos e somos afetados pelo outro, mas o sofrimento, apesar de ser vivido como dor, é resultante das injustiças sociais. (SAWAIA, 1999)

Na vida cotidiana, as pessoas têm de responder a problemas, mas não têm tempo para examinar todos seus aspectos, e então se valem das generalizações, fazendo com que o pensamento cotidiano se cristalize (HELLER, 1972). Esta condição aliena, e a alienação leva à vergonha e à exploração, faces de uma mesma moeda.

Estes conceitos auxiliam a compreensão do processo de afastamento da criança/ adolescente do convívio de sua família, bem como o entendimento da relação deste fato com a situação de vulnerabilidade social, com os diversos problemas cotidianos que se apresentam e com as decorrentes emoções vivenciadas pelos diferentes atores no processo.

De modo análogo, Paugam (2003) estuda a questão da pobreza na França e, mais especificamente, o sofrimento decorrente da exclusão de trabalhadores do mercado de trabalho. O autor criou o conceito de desqualificação social, que, de certa forma, se aproxima do conceito de “sofrimento ético-político”, apesar das diferenças dos contextos econômicos e sociais estudados e do fato de que se baseia na relação dos assistidos com os serviços de proteção.

Paugam estudou a relação dos sujeitos em estado de privação (não só material) com os serviços assistenciais públicos e categorizou-as em três tipos:

- A fragilidade apresentada nas pessoas que se recusam a ser vistas como assistidas, pois se movimentam no sentido de melhorar a situação vivenciada.
- A dependência é observada quando as pessoas desistiram de arrumar um emprego.
- A marginalização é observada quando as pessoas passaram por uma experiência de ruptura dos vínculos sociais e enfrentam uma série de problemas, como falta de moradia, perda de contatos com familiares, entre outros. Experimentam, então, um sentimento de inutilidade, em um processo visto por esses indivíduos como uma série de fracassos.

O conceito de desqualificação social traz à luz sentimentos vivenciados pelos sujeitos relativos à sua situação social, apesar de ele se aplicar com mais propriedade em países desenvolvidos. De qualquer modo, a desqualificação social confere a eles uma trajetória específica, ou seja, a pobreza altera suas identidades e

se torna um estigma nas suas relações com os outros. A humilhação os impede de desenvolver qualquer sentimento de pertencimento a um grupo social.

Segundo Paugam (2003), a sociedade define os pobres como aqueles que não têm autonomia, sendo reduzidos, na verdade, a uma categoria que os pasteuriza; o importante não é defini-los como pobres, mas analisar e definir quais vínculos eles estabelecem com a sociedade. O autor cita o discurso de moradores de um conjunto habitacional estigmatizado pela pobreza, já que abrigava, cada vez mais, um número maior de desempregados. Os moradores não negavam que residiam no local, mas faziam questão de dizer que não conheciam os vizinhos, que eram diferentes, etc., ou seja, demonstravam o que Paugam chamou de “identidade negativa”, que se caracteriza pela vergonha de se identificar, demonstrando humilhação por tal identificação. Este exemplo mostra, mais uma vez, o sofrimento ético-político vivenciado por indivíduos que apresentam um alto grau de vulnerabilidade social.

O sofrimento e a desqualificação social foram observados nos sujeitos das famílias de origem da criança e do adolescente inseridos no Projeto Piloto “Famílias Acolhedoras”, principalmente nos responsáveis diretos pelo cuidado dos filhos. A situação de vulnerabilidade social retratada na vida dessas famílias – em relação a emprego, moradia, educação, saúde – gera uma humilhação, uma culpa e um desacreditar em si mesmo, com conseqüências no cuidado com os filhos, esgarçando vínculos e afastando os membros da família.

Percebe-se que a situação sócio-econômica, o sentimento de humilhação e o “não dar conta” estão diretamente relacionados ao cuidado da prole e à qualidade desse cuidado. São nos contextos familiares e sociais, entretanto, que afloram os afetos, pois afetamos e somos afetados por outros e pelo grupo, e, nesse processo, significamos nossa ação no mundo e construímos valores. (SAWAIA, 2005) As pessoas, portanto, vivem em relação e, nesse sentido, são afetadas por outros, ao mesmo tempo em que os afetam.

Com base em Espinosa (1973), podemos afirmar que afetamos e somos afetados, pois quando encontramos um corpo que não se compõe com o nosso, sua potência parece se opor à nossa, diminuindo-a, e, nesse caso, viveremos o que se denomina “uma paixão triste”. Mas, ao contrário, quando encontramos um corpo que se compõe com o nosso, sua potência se adiciona à nossa. Nesse caso, as paixões que nos afetam são de alegria e nossa potência de agir é ampliada ou favorecida.

Espinosa qualifica três afecções como primárias: a alegria, que expressa o aumento da potência de agir; a tristeza, que expressa a diminuição da potência de agir; e o desejo, que é a própria essência do homem, enquanto concebida como determinada a fazer algo. (OLIVEIRA, 2000) As demais afecções, como amor, ódio, medo e esperança, entre outras, sempre nascem como desdobramentos dessas três, pois existem inúmeras combinações de sentimentos derivados dessas três afecções. (ESPINOSA, 1973)

Para Oliveira (2000), como o homem é um ser racional, pode escapar das afecções tristes pelo esforço da razão. Existem, portanto, dois modos de vida: o passivo, que fica entregue às afecções; e o ativo, que se dá pelo esforço da razão. Segundo Oliveira, a alegria está relacionada à ação e à liberdade, enquanto a tristeza relaciona-se à servidão e à paixão. Esta é uma afecção externa de que não conhecemos a causa e que faz o homem ser passivamente conduzido pelos sentidos e pela imaginação. Já a ação é a paixão compreendida, pois se tem uma idéia clara e distinta da causa e se buscam a alegria e a liberdade. O homem não eliminará as afecções tristes, mas poderá buscar um equilíbrio entre elas e as afecções alegres, única forma digna de viver, segundo o autor.

Estudar os sentimentos, afetos e emoções dos sujeitos envolvidos no processo de acolhimento pressupõe entrelaçar o individual e o social, buscando o tipo de sofrimento que a situação social desencadeou e a emoção capaz de trazer à luz aquilo que se denomina a potência de ação do sujeito na busca de alternativas de superação da situação social que gerou o sofrimento. O próprio cotidiano, então, pode abrir brechas para que se supere a alienação, possibilitando o surgimento de uma individualidade consciente, que muda a relação do indivíduo com a condução de sua vida, podendo ele, então, potencializar sua ação e se apropriar da realidade.

Pode-se entender o acolhimento e o cuidado como afecções alegres que despertam sentimentos bons, sendo o cuidar um elemento fundamental no estabelecimento de vínculos afetivos. O acolhimento seria, então, o encontro de corpos que se afetam mutuamente e que se compõem; suas potências se adicionam e as paixões que se afetam são de *alegria*, favorecendo e ampliando a potência de agir.

Existem muitas evidências de que os seres humanos, de todas as idades, serão mais felizes e mais capazes de desenvolver

seus talentos quando estiverem seguros de que, por trás deles, existe uma ou mais pessoas que virão em sua ajuda caso surjam dificuldades. (BOWLBY, 1982, apud ABREU, 2005:47)

Bowlby (1982, apud ABREU, 2005) amplia essa discussão ao trabalhar com o conceito de vínculo ou apego como uma necessidade básica e vital do ser humano. O ponto fundamental de sua tese é que “[...] existe uma forte relação causal entre as experiências de um indivíduo com seus cuidadores e sua capacidade posterior de estabelecer vínculos afetivos [...]” (BOWLBY, 1982:178). O autor considera ainda que o desejo de ser amado e protegido é parte integrante da natureza humana, quer nos anos da infância, quer na adolescência, bem como que a expressão de tal desejo deve ser esperado em todo adulto, especialmente em épocas de doença ou calamidade. (BOWLBY, 1982:205)

O apego é definido como “qualquer forma de comportamento que resulta em uma pessoa alcançar e manter proximidade com algum outro indivíduo, considerado mais apto para lidar com o mundo” (BOWLBY, 1990:232, apud ABREU, 2005:66).

[...] os vínculos não devem ser entendidos como sinônimos de relacionamentos, pois estes são diádicos, isto é, envolvem duas pessoas, ao passo que as vinculações são características de um “único” indivíduo em relação ao outro, mesmo quando se desenvolve um contexto de relação. Um segundo ponto que atesta esta diferença é o fato de os relacionamentos afetivos poderem ser tanto duradouros quanto breves, ao passo que os vínculos são, por constituição, longos e mais duradouros. (ABREU, 2005:134)

O comportamento de apego traz segurança, conforto e possibilita o desenvolvimento, pois, quando uma pessoa está apegada, tem um sentimento especial de segurança na presença do outro, podendo usá-lo como uma “base segura” a partir da qual explora o mundo.

O autor elaborou uma teoria que procura explicar como ocorrem os vínculos entre o bebê humano e o provedor de sua segurança e conforto e quais são as implicações dessa relação para a vida adulta. Diferentemente da psicanálise, que tentava explicar o apego a partir da alimentação (do impulso primário), Bowlby propôs, com base na etologia⁵, que, assim como em outras espécies animais, os

⁵ Etologia: ciência descritiva dos costumes e das tradições dos animais no seu ambiente natural.

bebês humanos seriam programados para emitir certos comportamentos que eliciariam atenção e cuidados e manteriam a proximidade do cuidador.

O comportamento de ligação ocorre nos filhotes de quase todas as espécies de mamíferos, e em certas espécies persiste durante toda a vida. Esse comportamento de ligação possui um valor de sobrevivência, sendo mais provável que tenha uma função de proteção, principalmente contra predadores.

O bebê humano traz em sua bagagem hereditária uma predisposição para apegar-se a outro ser humano que lhe seja receptivo e acolhedor. Bowlby descartou a hipótese do impulso primário, que associa a alimentação à razão pela qual a criança desenvolve um forte laço com a mãe, e a substituiu pelo sentimento de segurança, atribuindo a ele a noção de função biológica de proteção. (BOWLBY, 1990)

Embora o comportamento de apego ou ligação seja de fácil identificação nos primeiros anos, ele se prolonga durante toda a vida, diminuindo com o passar do tempo. Esses comportamentos podem se manifestar nos adultos quando, por exemplo, o indivíduo está consternado, doente ou assustado.

A teoria da ligação tem, entre outras características:

[...] o fato da formação de um vínculo é descrita como “apaixonar-se” por alguém, a manutenção ou conservação do vínculo é descrita como “amar” alguém e a perda como “sofrer” por alguém. A manutenção dessa relação é experimentada como fonte de segurança, e sua renovação, como geradora de alegria. As emoções são assim consideradas como um reflexo direto do estado dos laços afetivos da pessoa. (BOWLBY, 1982:172, apud ABREU, 2005:73)

Segundo as pesquisas de Abreu (2005), o comportamento de apego apresenta três padrões:

- Inseguro-evitativo: depois de um afastamento da figura de apego, a criança evita o contato com ela, mostrando-se mais amigável para um estranho. Não é raro comportamento hostil, com busca excessiva de atenção.
- Seguro: a criança revela grande atividade nas brincadeiras e, depois da ausência da figura de apego, retorna normalmente a suas atividades, demonstrando segurança.

- Inseguro-ansioso: revela uma oscilação de comportamento entre a busca e a proximidade, demonstrando uma mescla de insegurança que inclui tristeza/medo e intimidade/hostilidade. (ABREU, 2005:61)

Pode-se observar uma relação entre o padrão de vínculo de um bebê ou de uma criança mais velha e o padrão de cuidados que recebeu. Ressalta-se, entretanto, que estes padrões não estão predestinados a manterem-se inalterados pelo resto da vida.

Não podemos afirmar que padrões seguros são sempre melhores, pois padrões inseguros podem possibilitar um maior grau de habilidades.

Possuímos, então, um itinerário (relacional) principal a ser seguido, que foi baseado (e edificado) a partir de uma boa ou má vida de relações pregressas. Todavia, certas oportunidades encontradas no caminho oferecem-nos algumas possibilidades de alteração da rota principal, principalmente quando esta foi marcada por solidão e distanciamento humano. Encontros com pessoas seguras, relacionamentos estáveis, experiências de calor humano, todas estas categorias individualmente ou em conjunto, constituem-se em ocasiões nas quais os modelos internos de trabalho (a “rota” pessoal) possam ser revistos e, aproveitando as possíveis bifurcações do trilho (a perspectiva de bons relacionamentos), sejam alteradas as direções inicialmente tomadas. Neste momento, então, temos a chance de nos dirigirmos por caminhos menos solitários e vazios, mudando o curso de nosso desenvolvimento. Poderíamos afirmar que seremos, então, em nossa vida adulta o resultado das situações (e por que não dizer interações) com as quais nossa personalidade deparou-se ao longo de toda uma vida. (ABREU, 2005:89)

Para Bowlby, o conceito de vínculo relaciona-se ao conceito de cuidado. Cuidar é definido como comportamento complementar ao comportamento de apego e inclui responsabilidades, tais como prover ajuda e auxílio, conforto e confiança; uma base segura e que encoraja a autonomia.

O cuidador deve ser capaz de responder, de forma flexível, às necessidades que surgem; deve ter conhecimento adequado de como prover cuidado e estar disponível quando necessário. Precisa ter recursos emocionais e materiais, além da capacidade de colocar-se no lugar do outro. Essa gama de cuidados traz, a quem a recebe, bem-estar físico e emocional, com segurança e autonomia, o que resulta na transmissão de valores e na construção da identidade.

Para Bowlby, o cuidador pode ser considerado uma base segura a partir da qual a criança fará suas explorações e à qual regressará quando se cansar ou se assustar. No restante da vida, o indivíduo pode manifestar o mesmo padrão de comportamento, afastando-se por períodos cada vez maiores daqueles que ama, ainda que mantenha o contato. (ABREU, 2005)

Segundo Poletto e Koller (2006), a teoria do apego é utilizada no sentido de se buscar entender aspectos relacionados à resiliência. Esta pode, portanto, lançar mais luz às relações, emoções e superações vividas no processo de acolhimento. Para as autoras, crianças resilientes seriam aquelas seguramente apegadas (POLETTO, KOLLER, 2006:25), ou, ainda, uma presença, mesmo que pouco freqüente, mas estável e responsiva, na vida da criança pode ser um fator protetivo e contribuir para o estabelecimento de um modelo interno mais seguro de relação. (POLETTO, KOLLER, 2006:26)

Resiliência é “a capacidade do ser humano em responder a um trauma e de ser feliz apesar deste ter marcado sua vida”. (POLETTO, KOLLER, 2006:26) Nos estudos citados pelas autoras, o indivíduo é visto como um ser atuante, e quanto mais resiliente ele for às condições desfavoráveis e estressantes, mais ativamente desenvolverá estratégias que o beneficiarão, utilizando suas potencialidades e qualidades.

Como explicita Yunes (2006), a palavra “resiliência”, utilizada há não muito tempo nas ciências humanas, há muito é utilizada na física e na engenharia. Nesta última, resiliência é a “capacidade de um material absorver energia sem sofrer deformação [...] é a energia de deformação máxima que um material é capaz de armazenar sem sofrer deformações permanentes, após receber determinada solicitação” (YUNES, 2006:49).

Segundo a autora, há fatores considerados importantes para o desenvolvimento da resiliência, como experiências positivas que levem à auto-eficácia (crença do indivíduo em sua capacidade de desenvolver atividades específicas), à autonomia e à auto-estima, fazendo o indivíduo adquirir repertório capaz de capacitá-lo a lidar com mudanças.

Poletto e Koller (2006) comentam ainda que, em pesquisas recentes, são apontadas três fontes de resiliência:

1) atributos da criança, como ausência de deficiências orgânicas, temperamento fácil, idade precoce por ocasião do trauma e ausência de perdas e separações precoces; 2) atributos do ambiente como maternagem competente, boa rede de relações informais, apoio social formal (educação); e 3) atributos do funcionamento psicológico da criança como capacidade de resolver problemas, autonomia, boa auto-estima, empatia, desejo, capacidade de planejamento e senso de humor. (POLETTO, KOLLER, 2006:26-7)

A resiliência relaciona-se a

[...] fatores de risco que, por sua vez, estão relacionados a toda sorte de eventos negativos de vida que, quando presentes no seu contexto, aumentam a probabilidade do indivíduo apresentar problemas físicos, psicológicos e sociais. Já os fatores de proteção correspondem às influências que modificam, melhoram ou alteram respostas individuais a determinados riscos [...]. (POLETTO, KOLLER, 2006:31)

Segundo as autoras, “alguns estudiosos assinalam que uma criança encontra-se em situação de risco quando seu desenvolvimento não ocorrer conforme o esperado para sua faixa etária e para os parâmetros da sua cultura” (POLETTO, KOLLER, 2006:32).

As principais características da resiliência são: sociabilidade, criatividade na resolução dos problemas e um senso de autonomia. Mas a resiliência não pode ser considerada uma característica imutável do indivíduo, pois se as circunstâncias mudam, ela também muda. Sendo assim, a resiliência não é um traço individual, mas apresenta um caráter processual. (YUNES, 2006)

CAPÍTULO III - A TESSITURA DA TRAMA: A PESQUISA

3.1 EM BUSCA DO OBJETO DE ESTUDO

Neste capítulo sobre a metodologia da pesquisa, assim como na introdução, tomo a liberdade de utilizar o verbo na primeira pessoa, pois, apesar de tratar as questões aqui explicitadas de forma científica, descrevo uma trajetória muito significativa e um forte posicionamento pessoal, de modo que, em outro tempo verbal, soaria impessoal algo vivenciado de maneira intensa e repleta de aprendizados.

Ao iniciar a pesquisa sobre o Projeto “Família Acolhedora”, considerei necessário realizar um levantamento bibliográfico com o objetivo de alcançar maior aproximação ao tema, buscando conhecer os diversos estudos acadêmicos realizados nos últimos anos no Brasil, principalmente aqueles dirigidos à análise de experiências concretas de atendimento. Essa revisão bibliográfica incluiu especialmente dissertações de mestrado e teses de doutorado, mas também artigos em revistas, livros e textos variados, resultando na construção de parte do Capítulo I deste estudo, em que busco descrever, comentar e relacionar conteúdos relativos ao mote em questão.

Por outro lado, ao participar do início das atividades do projeto piloto, pude constatar muitas dificuldades no processo de implantação, a começar pela baixa adesão das famílias. Este fato foi avaliado pela equipe técnica responsável pelo trabalho junto às famílias a partir de diferentes fatores intervenientes. Tais fatores referem-se à divulgação do projeto, ao número de famílias candidatas a serem acolhedoras, às indicações de crianças e adolescentes para serem acolhidos e à fragmentação das instituições sociais envolvidas. (ITFSP, 2008)

A baixa adesão das famílias pode ter se dado em função de uma divulgação considerada deficiente – contando apenas com alguns cartazes nas Supervisões de Assistência Social e nos ônibus da região do projeto e com a veiculação de informações na rádio Central Brasileira de Notícias (CBN). Pode ser atribuída ainda à falta de conhecimento da população sobre as características de um projeto desse tipo e também à incipiente disseminação da cultura de acolhimento formal na sociedade.

Por outro lado, a cultura de abrigo em São Paulo é muito forte, sendo necessário tempo e ações sistemáticas para se implantar algo diverso do conhecido e aceito. O fato é que poucas famílias se candidataram, e daquelas que o fizeram e foram selecionadas, três desistiram antes mesmo de receberem as crianças. Apenas duas deram continuidade ao processo.

Apesar do contexto de colaboração entre os parceiros, houve dificuldades na relação das redes institucional e intersetorial, já que cada uma delas trazia uma cultura e uma forma de atuação diferenciada, trançando-se um caminho na busca da interação entre elas.

O trabalho das instituições parceiras iniciou-se em 2006, mas as famílias foram selecionadas no primeiro semestre de 2007 e em novembro do mesmo ano teve início o processo de acolhimento, um ano após a implantação do projeto. A demora seu deu em função do processo de construção da inter-relação das instituições e também porque demandou tempo o processo de desabrigo da criança e do adolescente, bem como a seleção e capacitação das famílias acolhedoras, realizada por meio de diversos encontros e visitas domiciliares. O atraso no início dos acolhimentos quase inviabilizou este estudo, em razão do risco relativo à restrição do tempo para o acompanhamento, a realização de entrevistas e a análise do material.

Pensando na impossibilidade de estudar esse projeto, busquei outra experiência de acolhimento familiar, o SAPECA de Campinas, para dar conta de discutir o tema em questão, e mantive, inclusive, alguns contatos com a coordenadora desse serviço, que se colocou à disposição e ainda disponibilizou a estrutura do programa para a minha pesquisa.

Felizmente, nesse ínterim, as famílias acolhedoras e as crianças foram definidas e pude, então, voltar ao meu projeto original, o que foi muito gratificante, pois fora a partir dele que meu interesse havia sido despertado.

3.2 DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS

3.2.1 Priorização da Abordagem Qualitativa

Para a abordagem das famílias, optei pela utilização da metodologia de pesquisa qualitativa, considerando-a adequada para entender o processo de

acolhimento familiar e sua contribuição para a construção e reconstrução de vínculos. Visei, portanto, o conhecimento da experiência social dos sujeitos, levando em conta seu contexto, de forma a compreender seu modo de ver o mundo e suas referências no âmbito do projeto, bem como seus referenciais de vínculos e convívio familiar e social.

Tomei como base a PNAS, que, em seu capítulo dedicado à “Análise Situacional”, afirma:

A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem [...] A unidade sócio-familiar por sua vez, permite o exame da realidade a partir das necessidades, mas também dos recursos de cada núcleo/domicílio. (BRASIL, 2004:14)

Partilhei, neste aspecto, da compreensão de que a pesquisa qualitativa parte da centralidade no sujeito, do reconhecimento da importância de sua experiência e dos significados que ele atribui ao que vive (MARTINELLI, 1999). Segundo Martinelli (1999), a relação humana é qualitativa, já que trabalha com esses significados que se constroem a partir da experiência.

Considero que as pesquisas quantitativas e qualitativas são complementares, e não excludentes, mas, dependendo do objeto de estudo e da intenção do pesquisador, pode-se privilegiar uma ou outra. Deste ponto de vista, é necessário superar a idéia de que o conhecimento qualitativo deve ser posto sob suspeita como fonte de informação, dado o grau de subjetividade em sua coleta. Ao refutar a idéia de que a pesquisa empírica é mais científica que a qualitativa, Demo (2001) argumenta que os dados obtidos na pesquisa quantitativa passam também, guardadas as diferenças, por interpretação do pesquisador; mesmo porque, apesar do esforço de objetivação desse tipo de estudo, o próprio dado é resultado de uma opção anterior.

Para aprofundar essa questão, o autor apresenta o conceito de “intensidade” para a pesquisa qualitativa em contraposição à “extensão” da pesquisa quantitativa. Contudo, mesmo que a extensão não seja secundária ou superficial, mas constitutiva dos fenômenos, para Demo (2001) a intensidade indica que os fenômenos não se esgotam nela, mas têm dimensões marcadas pela profundidade, pelo envolvimento e pela participação.

[...] o intenso [...] é profundo porque não se realiza apenas na superfície, perpassando o todo até suas dobras mais íntimas; é envolvente porque energiza a dinâmica das conexões entre as partes, fazendo com que expressem um todo; é participativa porque transforma objetos em sujeitos, à medida que reconhece em cada parte a autonomia para fazer o todo e dele divergir. (DEMO, 2001:22)

Trabalhar nesta perspectiva é optar pela exemplaridade, e não pela representatividade, ou seja, a preocupação está em captar o que é exemplar, realizando uma ponte entre o que é subjetivo e o que é social na construção de informações qualitativas.

3.2.2 Definição de Fontes

Na pesquisa qualitativa – que pretende incorporar à análise científica não apenas as experiências das pessoas, como vistas externamente (de forma considerada “objetiva”), mas especialmente as significações a elas atribuídas pelos próprios sujeitos – a fonte oral se torna um recurso privilegiado. A narrativa, sendo seu elemento intrínseco, permite ao sujeito narrar-se e, assim, contar sua história. A entrevista e o depoimento, combinados a outros recursos de observação sistemática, são fundamentais nesse tipo de pesquisa.

3.2.3 Sujeitos da Pesquisa

Foram focalizadas simultaneamente, durante o período de um ano, duas famílias acolhedoras e duas de origem, sujeitos do mesmo processo de acolhimento, uma no caso de uma criança e outra de um adolescente. Os sujeitos da pesquisa pertencem, portanto, a quatro famílias, que interagem, duas a duas, no processo de acolhimento de ambos.

Essas famílias foram consideradas suficientes como base da pesquisa, pois, dentro dos procedimentos da pesquisa qualitativa, trabalhar com poucos, mas qualificados sujeitos revela a densidade das experiências, mesmo em prejuízo de sua extensão.

3.2.4 Procedimentos

Os procedimentos de campo realizados foram:

- a) acompanhamento do atendimento às famílias, tanto de origem como acolhedoras, realizado pelas técnicas do ITFSP
- b) análise de parte dos vídeos gravados de atendimento às famílias realizados no ITFSP
- c) entrevistas com os sujeitos diretamente envolvidos no projeto, realizadas em seus domicílios, sendo os espaços formas de organização e interação observadas na ocasião
- d) Entrevista com a responsável pelo projeto no ITFSP

Nas entrevistas com os sujeitos, os conteúdos foram ora dirigidos, ora de livre escolha do entrevistado, por meio de falas e reflexões abertas, utilizando-se das narrativas orais. A postura adotada inspirou-se na compreensão dos significados envolvidos na relação entre pesquisador e pesquisado.

Para Portelli (1997), as entrevistas são momentos de troca entre pesquisador e narrador, ou melhor, há uma interação que se define também em função da postura do pesquisador e de sua busca de igualdade com o sujeito. “O campo de trabalho é significativo como o encontro de dois sujeitos que se reconhecem entre si como sujeitos, e conseqüentemente isolados, e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças [...]” (PORTELLI, 1997:23) Nesse sentido, a entrevista é o resultado da interação do narrador e do pesquisador; este pode ser um organizador do testemunho daquele, mas, ainda assim, o discurso resultante desse processo é de sua responsabilidade.

Não há neutralidade na pesquisa, mas, ao contrário, uma intencionalidade, e, nessa perspectiva, há participação do pesquisador, que vai revelando também características suas, pois o conhecimento é uma construção social realizada a partir da relação entre diferentes sujeitos. O pesquisador é aquele que se envolve com seu estudo e sai dele modificado também.

De fato, os contatos com os sujeitos da pesquisa foram enriquecedores, verdadeiros momentos de aprendizagem, pois cada entrevista foi um momento diferenciado e único, em que a voz dos entrevistados fazia eco na minha memória e

no meu conhecimento, alargando o horizonte da investigação por meio de descobertas e emoções que emergiam de suas histórias de vida.

Procurei ouvir o narrador para que fosse revelado aquilo que buscava inicialmente, mas também aquilo que parecia importante para ele, ampliando as possibilidades e as perspectivas iniciais. Tal procedimento torna-se obrigatório quando se compreende e respeita a profundidade do conhecimento desse narrador que vivenciou as situações, sem tomá-lo apenas como fonte de informações previamente estabelecidas, mesmo porque quem tinha mais conhecimento daquela situação era o entrevistado, visto como aquele que vivenciou o processo de abandono ou de acolhimento. O que interessava não era a história “verdadeira”, mas a história em seus significados para os sujeitos.

A exposição das minhas emoções e buscas alargava as fronteiras e, muitas vezes, abria espaço para novos relatos mais aprofundados e mais emocionantes dos narradores. Intensificava-se, assim, o caráter dialógico das entrevistas, que se tornou terreno comum e fértil de trocas e significados.

3.2.5 Plano de Análise

As premissas teóricas adotadas levam a entender o vínculo como a peça-chave do processo de acolhimento familiar, sendo este conceito priorizado na análise dos componentes da convivência familiar e comunitária. Os vínculos sustentam a identidade humana, a construção de valores e os projetos que dão sentido à vida, e os estudos de Bowlby, de que lançamos mão, afirmam essas possibilidades.

A partir da busca de uma definição da natureza e do processo de constituição do vínculo, tomei como pressuposto a existência de uma dependência de sua formação às relações que se travam no interior da família. A preocupação básica foi, então, verificar nas entrevistas, visitas e observações dos atendimentos realizados pela entidade responsável como os vínculos foram se constituindo, ou seja, em que medida a convivência foi se processando e construindo relações, seja na família acolhedora, seja na família de origem.

Para compreender os fatores que condicionam esse convívio e o surgimento do apego, bem como a capacidade de superação ou a resiliência dos envolvidos, levei em conta o contexto social em que se inserem as famílias e a história das

ligações e afetos vividos por elas, em suas formas diferenciadas, na tentativa de clarificar as vinculações e suas respectivas formas de expressão. Tais fatores se relacionam a variáveis, tais como: as formas de organização do grupo familiar e de seu processo e maneiras de superação de problemas e conflitos, incluindo os sofrimentos, alegrias, tristezas e, enfim, seu jeito de ver o mundo; as formas do “cuidado” dentro da família.

Pode-se pressupor que o convívio se sustenta em três fatores determinantes:

- a) o contexto sócio-econômico em que se inserem as famílias e o sofrimento ético-político das famílias de origem;
- c) o cuidado (vínculo), parte integrante do conviver;
- d) os afetos e a capacidade de “resiliência” dos envolvidos, no sentido de aprofundar a compreensão do processo de superação das problemáticas vivenciadas.

O entrelaçamento desses elementos determinantes foi considerado fundamental para que se pudesse dar conta de analisar simultaneamente contextos sociais, afetos e cuidados, já que se reconhece uma mescla, uma urdidura de diferentes tons e nuances, nem sempre com fronteiras nítidas, entre a influência dos três fatores já mencionados sobre a conformação das formas de conviver e estabelecer vínculos.

Contribuições da Sociologia e da Psicologia Social tomadas em conjunto, como no caso do conceito de “sofrimento ético-político” (SAWAIA, 2005), oferecem apoio teórico na observação, quanto à questão das emoções vividas no processo de abandono do filho, bem como quanto à questão da afetividade, do que afeta as pessoas e quais sentimentos e emoções vêm à tona nessa trajetória, ampliando ou diminuindo a potência de ação dos indivíduos.

Com base nesses referenciais teóricos, foram definidos e detalhados as variáveis e, posteriormente, os indicadores de seu comportamento, para uso nos procedimentos de coleta e análise dos dados.

3.2.5.1 Indicadores

Quanto à condição sócio-econômica, alguns indicadores são comuns à família de origem e à família acolhedora:

- Composição familiar
- Emprego e renda
- Condições de moradia
- Acesso à rede de proteção social
- Contexto cultural em que a família está inserida

Na primeira, considerando a diferença de posição entre família de origem e família acolhedora, foram investigados:

- Contextos das problemáticas vivenciadas
- Motivos da institucionalização da criança/ adolescente
- Perspectivas visualizadas quanto ao retorno do filho

Na segunda:

- Motivos que levaram a família acolhedora a entrar no Programa

Quanto ao desenvolvimento do vínculo, foram priorizados os cuidados e observada a relação entre o cuidador e a criança/ adolescente, tendo como indicadores:

Na família de origem

- grau de compromisso e interesse quanto ao retorno do filho;

Descritores

- participação nas atividades do projeto;
- manifestação de desejo do regresso do filho;
- busca de soluções para os problemas que acarretaram o afastamento do filho junto à rede de proteção social e aos profissionais do projeto.

- auto-imagem dos membros da família;

Descritores

- cuidado e higiene pessoal;
- satisfação com suas conquistas - atitudes/ ações/ produções.

- sentimentos despertados em relação à família acolhedora;
- clareza quanto à transitoriedade do acolhimento.

Na família acolhedora

- espaço físico e afetivo reservado à criança na família;

Descritores

- participação nas rotinas familiares;
- destinação à criança de espaço físico adequado;
- apoio na higiene pessoal e nas tarefas domésticas e escolares;
- participação em momentos de lazer e brincadeiras.

- grau de compromisso e interesse da família quanto ao acolhimento;

Descritores

- comparecimento às entrevistas;
- forma de receber os técnicos nas visitas domiciliares;
- comportamento quanto a outros compromissos assumidos no processo.

- auto-imagem dos membros da família;

Descritores

- cuidado e higiene pessoal;
- satisfação com suas conquistas - atitudes/ ações/ produções.

- sentimentos despertados quanto à família de origem;
- clareza quanto à transitoriedade do acolhimento.

Junto à criança e ao adolescente

- adaptação à realidade e à dinâmica das relações com os pais acolhedores e com irmãos ou outros parentes;
- desempenho escolar e suas condições de saúde;
- autonomia e auto-imagem da criança/ adolescente;

Descritores

- cuidado e higiene pessoal;
- satisfação com suas atitudes/ ações.

- Padrão do comportamento de apego;

Descritores (conforme caracterizados na proposta de Bowlby, apud Abreu, 2005:61)

→ inseguro-evitativo;

→ seguro;

→ inseguro-ansioso.

- manifestação do desejo de retorno à família de origem;
- clareza sobre a transitoriedade do acolhimento;
- desenvolvimento de relações na vizinhança e escola (amigos).

Quanto aos afetos, foram observados os sentimentos e as emoções presentes nas falas dos sujeitos e a potência de ação cotidiana dos principais envolvidos no processo, por meio dos seguintes indicadores:

- desejo de ser feliz;

Descritores

→ demonstra ter esperança em uma vida melhor;

→ tem planos, objetivos, desejos, projetos de vida, sonhos, buscas pessoais ou coletivas;

→ acredita na vida como uma experiência de crescimento que vale a pena ser vivida;

→ tem potência de ação aumentada, sentimento de confiança em si e no futuro.

- Alegria de estar entre amigos e familiares;

Descritores

→ mantém relações com amigos, parentes e vizinhos;

→ as relações lhe trazem alegria, conforto emocional, prazer e crescimento pessoal;

→ observa-se ajuda mútua e apoio de alguma ordem (emocional, financeiro, material, entre outros);

→ há sentimento de solidariedade, confiança no outro.

- Auto-reflexão crítica;

Descritores

- consegue olhar sua situação com crítica, questionando estruturas sociais que se relacionam à sua problemática;
- demonstra algum tipo de inconformismo ou indignação frente a seu sofrimento;
- capacidade de se indignar;
- capacidade de se questionar, de rever posições e posturas (flexibilidade).

- Resiliência.

Descritores

- demonstra sociabilidade;
- criatividade na resolução dos problemas;
- senso de autonomia e repertório que o capacite a lidar com mudanças;
- crença de que tem capacidade de desenvolver atividades específicas que considere relevantes para a superação de sua problemática.

3.2.6 Tratamento das Informações

A organização do material produzido no trabalho de campo obedeceu à valorização do que era recorrente nas narrativas e depoimentos dos sujeitos, condensando as experiências comuns das pessoas em relação ao projeto piloto. Porém, não deixamos de lado o que era diferente nas falas dos sujeitos, principalmente os elementos que pudessem trazer novas perspectivas de análise.

As entrevistas e narrativas foram gravadas e posteriormente transcritas. Também foi feita a transcrição de trechos de falas dos envolvidos registradas nas fitas de vídeo relativas ao atendimento às famílias na instituição, a fim de facilitar o aproveitamento posterior do material e a análise à luz dos referenciais teóricos e dos decorrentes indicadores.

As transcrições das entrevistas foram enviadas àqueles sujeitos da pesquisa que concordaram em recebê-las; um relatório geral, com considerações sobre o projeto piloto, também será encaminhado. Obtive dos entrevistados uma declaração por escrito de autorização de uso e publicação de seus depoimentos.

3.2.7 Classificação dos Temas Levantados

3.2.7.1 Características e antecedentes

A. Família de Origem

- a) Composição, trabalho e condições do domicílio
- b) Antecedentes familiares gerais
- c) Antecedentes do processo de acolhimento

B. Família Acolhedora

- a) Composição, trabalho e condições do domicílio
- b) Antecedentes do processo de acolhimento

3.2.7.2 Processo de acolhimento

A. Família de Origem

- a) Compromisso e posicionamento frente ao acolhimento
- b) Auto-imagem e satisfação com suas conquistas
- c) Acolhimento: outra forma de vínculo
 - i. Busca de superação da problemática que levou ao acolhimento
- d) Sentimentos vivenciados em relação à família acolhedora

B. Família Acolhedora

- a) Compromisso e posicionamento frente ao acolhimento
- b) Auto-imagem e satisfação com suas conquistas
- c) Acolhimento: convivência e cuidados dispensados à criança ou adolescente
 - i. Adaptação da criança ou adolescente à família acolhedora
 - ii. O processo do conviver em família: espaço físico e afetivo
 - iii. A convivência comunitária
- d) Sentimentos vivenciados em relação à família de origem

C. A criança ou o adolescente acolhido

- a) Adaptação à dinâmica familiar e ao convívio
- b) Apego, transitoriedade e desejo de retorno ao lar

CAPÍTULO IV - ENTRELAÇANDO OS FIOS: RESULTADOS

Neste capítulo serão expostos os resultados referentes ao acompanhamento e análise dos dois processos de acolhimento realizados dentro do projeto, separando-se os colhidos quanto à família de origem e os relativos à família acolhedora. As informações serão apresentadas de forma agrupada para cada uma das quatro famílias, seguindo-se as especificações relacionadas no capítulo anterior.

A forma como os temas especificados apareceram no contato com as famílias será inicialmente apresentada em separado para cada uma das famílias envolvidas no processo de acolhimento, e no final relatar-se-á o processo de trabalho da comissão responsável pelo projeto.

4.1 ACOLHIMENTO 1

4.1.1 Características e antecedentes

A. Família de Origem

a) Composição, trabalho e condições do domicílio

A criança acolhida é um menino de quatro anos, que chamaremos de Bruno. Sua mãe, aqui denominada Laura, tem vinte e sete anos. A avó materna (Ivone) é uma figura importante no processo de acolhimento, pois apóia Laura, apesar da relação conflituosa entre elas.

Laura não completou o ensino fundamental, trabalha como empregada doméstica em casa de família, recebendo mensalmente um salário mínimo e meio, mas apresenta dificuldade em manter-se nos empregos. Vive em dois cômodos alugados, num quintal com várias casas, onde moram outras famílias, na periferia da cidade.

Utiliza a rede de proteção social local, principalmente nas questões relativas à assistência e saúde. Na época da institucionalização de seu filho, utilizava também a rede pública de ensino, pois ele estava matriculado em uma creche.

A família vive, portanto, em um contexto de vulnerabilidade social, com muitas privações, em função da baixa escolaridade, baixa qualificação profissional, baixo salário e de um contexto cultural de pobreza e desamparo.

b) Antecedentes familiares gerais

Laura nasceu no interior da Bahia. Sua mãe era adolescente na época e não manteve um relacionamento mais estreito com seu pai. Casou-se quando Laura tinha um ano e teve outros três filhos.

Laura repetiu a trajetória de sua mãe, pois teve uma filha ainda adolescente, não conviveu com o pai da criança e migrou com sua mãe para São Paulo. Conviveu com sua filha por sete anos, pois o pai levou a menina de volta para a Bahia, onde ela viveu até o final de 2008. Sua filha, hoje com treze anos, veio para São Paulo e está vivendo na casa da avó materna.

Laura relata que sempre teve uma relação conflituosa com sua mãe e vivia épocas com ela e outras na casa de amigas. Teve outro filho de uma relação em que também não houve convivência. Na época, deixava o menino na casa de uma cuidadora quando ia trabalhar, até que esta desapareceu levando seu filho, e Laura não conseguiu mais contato com ele.

Mais tarde, manteve um relacionamento por três anos com o pai de Bruno, que, todavia, abandonou-a quando estava grávida de cinco meses. Sem trabalho, retornou para a casa da mãe, onde nasceu seu filho.

Como a relação com sua mãe continuava difícil, Laura foi morar com uma amiga e, a partir daí, viveu um processo de mudança de moradia constante. Foram vários locais e colegas diferentes, empregos e desempregos, numa condição de vida extremamente precária.

c) Antecedentes do processo de acolhimento

Encontrando-se desempregada e vivendo na casa de pessoas conhecidas, Laura abriu mão de seu filho por duas vezes. Na primeira, deixou-o com uma cuidadora que o encaminhou ao Conselho Tutelar. Depois de alguns dias, porém, Laura procurou o Fórum e levou seu filho de volta para casa. Na segunda vez, deixou de ir buscá-lo na creche pública que ele freqüentava. O Conselho Tutelar foi

acionado e determinou o seu abrigo. Bruno permaneceu por onze meses no abrigo.

Em agosto de 2007, a Vara da Infância e da Juventude indicou-o para o Projeto Piloto “Famílias Acolhedoras”. A decisão de incluir Bruno no projeto se deu em função da avaliação de que Laura desejava ter seu filho de volta, pois, entre outras manifestações, o visitava regularmente na instituição. Avaliou-se ainda que sua avó materna poderia ser um apoio tanto no processo de acolhimento como no regresso de Bruno para casa.

B. Família Acolhedora

a) Composição, trabalho e condições do domicílio

A família que acolheu Bruno é aqui denominada de Teixeira. É composta por pai, mãe e dois filhos jovens – a mais velha é universitária e trabalha, o menor estuda. O chefe da família, natural de São Paulo, aqui denominado Manoel, tem quarenta e dois anos, estudou até o ensino médio, é operário especializado e recebe remuneração de, aproximadamente, quatro salários mínimos mensais. Sua esposa, Monica, é dona-de-casa, nasceu no interior de Minas Gerais e não completou o ensino fundamental.

Manoel é o mais velho de quatro irmãos, seu pai é falecido e sua mãe casou-se novamente, mas não teve outros filhos. Monica tem cinco irmãos, seu pai é falecido. O casal mantém boa relação com a família extensa de ambos, mas não há uma proximidade cotidiana, apenas eventual.

A família vive em casa própria há vinte e um anos, em bairro periférico. A casa é modesta e percebe-se que foi sendo construída ao longo dos anos, mas tem dois mil metros quadrados de área verde, sala, cozinha, três dormitórios, garagem, dois banheiros, lavanderia, varanda e piscina.

b) Antecedentes do processo de acolhimento

A família Teixeira mantém um relacionamento bastante estreito com a comunidade católica do bairro, em função de sua participação nas atividades da igreja. Tem também um histórico de acolher, por tempo determinado, crianças

indicadas pelo Conselho Tutelar. Há cinco anos iniciou esse tipo de acolhimento voluntário e já havia acolhido, em períodos não superiores a um mês, dezessete crianças que, por determinação judicial, necessitavam se afastar de seus pais.

Os Teixeira souberam do Projeto “Famílias Acolhedoras” por meio do abrigo onde realizam atividades voluntárias e se candidataram.

4.1.2 Processo de acolhimento

A. Família de Origem

a) Compromisso e posicionamento frente ao acolhimento

O acolhimento se deu por determinação judicial e a assistente social do abrigo onde se encontrava Bruno se posicionou a favor da medida, o que fez Laura também aceitá-la, mas sem muita convicção e sem conhecimento sobre o processo.

Na primeira entrevista no ITFSP, da qual participou também Ivone, sua mãe, Laura se posicionou.

Estamos sabendo o que o abrigo contou; que como eu estou com dificuldades de cuidar do Bruno, ele vai ficar com uma família que não pode adotar, que vai ajudar a melhorar o ciclo entre eu e ele. Ele não me obedecia, então ela [assistente social] achou melhor ele entrar nesse projeto, mas eu não achava [...] Eu achava melhor o meu filho comigo.

A mãe de Bruno pareceu sentir-se incomodada com a situação, já que o acolhimento – algo novo e diferenciado – foi, de certa forma, imputado a ela, sem maiores informações que lhe trouxessem segurança, já que era uma das principais partes envolvidas no processo. Seu incômodo também se deu por sentir que no abrigo não havia risco de perder o amor de seu filho, mas na família acolhedora sim, o que pode ter sido sentido como uma ameaça.

No início, Laura pareceu não entender bem a questão da transitoriedade do acolhimento, pois demonstrou insegurança, imaginando que seu filho, vivendo com uma família com situação econômica melhor que a sua, poderia não querer retornar para casa. Ela denotou tal insegurança ao afirmar: “O ruim é que ele se apega fácil.”

No final da primeira entrevista realizada no ITFSP, Laura perguntou: “Demora para ele voltar?”

Durante todo o período de acolhimento, Laura mostrou interesse quanto ao retorno do filho, comparecendo às entrevistas e sessões quando solicitada. Muitas vezes, entretanto, remarcava-as, ou ainda manifestava a impossibilidade de cumprir os horários propostos, expressando pouca firmeza, pouca energia para superar as adversidades que se impunham no cotidiano. Laura revelou uma ambivalência neste sentido, já que quer seu filho de volta, ao mesmo tempo em que fala sobre a dificuldade em cuidar dele sozinha, em função de sua situação econômica e condição/ horário de trabalho, entre outras dificuldades.

b) Auto-imagem e satisfação com suas conquistas

Laura tem uma boa apresentação pessoal e preocupa-se com a forma de se vestir, bem como com sua higiene, o que, por um lado, pode revelar auto-estima. Entretanto, suas atitudes e seus posicionamentos denotam pouca confiança nela mesma, evidenciando baixa auto-estima. Esta talvez seja mais uma demonstração de sua ambivalência.

No que diz respeito às suas produções e conquistas, nem sempre se mostrava satisfeita. Revelava, por exemplo, arrependimento em ter saído de seu antigo emprego, e queixava-se muito de suas condições, sem visualizar muitas saídas. Na maioria das vezes, parecia ser incapaz de dar conta sozinha de sua vida e da de seu filho.

Havia, na maioria das relações que Laura estabelecia, um pedido de ajuda constante para superar as dificuldades e ter seu filho de volta. Esse pedido de ajuda se dava às vezes de modo implícito, e outras vezes parecia uma cobrança de apoio, tanto para com os profissionais como, e principalmente, para com sua mãe, como se ela fosse uma credora, numa relação de dependência.

c) Acolhimento: outra forma de vínculo

Laura vivenciou o acolhimento, em princípio, com apreensão e medo. Esse medo não se fazia presente sem fundamento, pois, além de não conhecer a família que acolheu seu filho, a mãe de Bruno teve uma história de perda de dois filhos, que

pode tê-la levado a criar uma fantasia com relação ao acolhimento e à perda de mais essa criança. Daí a fala recorrente, no início do processo, de que preferia seu filho com ela.

Durante o tempo em que Bruno viveu com a família acolhedora, Laura o pegava aos fins de semana e convivia com ele em sua casa ou na casa de sua mãe. Conheceu o casal acolhedor depois de um mês do início do processo, mas os encontros sempre se davam em locais públicos e somente para pegar e devolver a criança à família.

Sua ambivalência aparecia durante praticamente todo o processo, pois, ao mesmo tempo em que dizia querer seu filho, algumas vezes deixava de ir buscá-lo como combinado, ou se atrasava, deixando a família acolhedora e o menino apreensivos.

O acolhimento exigia dela um compromisso diferente daquele que requeria o abrigo. As rotinas e regras eram diversas. Lá ela visitava o filho uma vez por semana, aqui deveria conviver com ele nos fins de semana. Ela tinha de comparecer às sessões de terapia e, o mais importante, tinha de se estruturar para que seu filho pudesse retornar.

Com o tempo, Laura já não demonstrava apreensão com relação à perda do filho, pois passou a entender o processo e a valorizar os cuidados dispensados a ele pela família. De certa forma, o acolhimento também a liberava do compromisso cotidiano, com o qual tinha dificuldade em lidar. “Enquanto ele estava lá, tudo bem, porque eu não tinha essa preocupação dele ficar com alguém ou levar ele pra escola... [para ir trabalhar] Porque eu pegava ele no sábado e no domingo eu levava ele.” (Laura)

i. Busca de superação da problemática que levou ao acolhimento

Laura teve dificuldade, durante grande parte do processo, em se manter num emprego e se reestruturar materialmente. Isso denota também uma dificuldade emocional, pois, nas várias tentativas de busca de emprego, não conseguia negociar, por exemplo, um horário compatível com a rotina de seu filho (levá-lo à escola, buscá-lo, ficar com ele aos sábados). Aceitava as condições de trabalho em que, muitas vezes, era explorada, mas, em pouco tempo, se desentendia com os empregadores e saía do trabalho.

Sua relação com a mãe sempre foi conflituosa, mas Laura constantemente solicitava sua ajuda, como se ela tivesse obrigação de ajudá-la a cuidar do seu filho e, conseqüentemente, dela também. A mãe participou do processo e em vários momentos ofereceu apoio e cuidados a Bruno. Percebe-se, entretanto, que, apesar do apoio, há uma desqualificação em relação à filha, criticando-a em vários momentos e fazendo com que Laura sentisse que sua mãe não acreditava nela.

É difícil, eu não posso contar. É mais fácil eu contar com os outros do que com ela. Toda vez que eu vou lá, nós sempre discutimos, nunca tem uma relação de mãe e filha, sempre crítica. Ela nunca dá uma palavra amiga pra te confortar, sabe?
(Laura)

Essa relação é bastante complexa, pois há uma dependência mútua fincada numa forma de se relacionar em que sua mãe cobra para dar e Laura não tem como recompensar, mas também não reconhece o que ela dá. A cobrança constante de Laura – sempre reclamando ajuda – e sua falta de visão acerca do que recebe da mãe dão a entender que há uma dívida para com ela (Laura) que ainda não foi paga.

Há sempre uma queixa na fala de Laura, um “precisar do outro”, uma cobrança, que revela um desejo de ser cuidada, de proximidade. Encontra-se, ainda, estreita relação entre a forma pela qual descreve o relacionamento com a mãe e o modelo de vínculo que estabelece com o filho. Vínculo que parece fraco ou que revela pouco o afeto.

Ao longo do processo, entretanto, Laura foi adquirindo uma confiança maior em suas possibilidades e começou a se posicionar um pouco mais frente à mãe e às empregadoras, demonstrando senso de justiça e um incômodo em se submeter e reivindicando, cada vez mais, seus direitos trabalhistas. Sua mãe também foi se envolvendo mais ao longo do tempo, o que para ela é fundamental na superação das adversidades.

A criança retornou para casa depois de quase um ano de acolhimento. Laura queria o retorno do seu filho, mas ainda assim considerava prematura a decisão, pois julgava não estar preparada, já que não podia levá-lo para a escola em função de seu horário de trabalho, entre outras questões cotidianas.

Foi dado suporte a ela no sentido de matricular seu filho em uma escola particular, já que não havia vaga em creche pública. A assistente social do Fórum conseguiu um recurso, por seis meses, para pagar a mensalidade. O projeto tem

uma verba para ajudá-la com relação à moradia e, além disso, continua lhe oferecendo atendimento terapêutico. Sua mãe tenta apoiá-la e a família acolhedora continuou a relação com ela e com seu filho. Ele passa alguns fins de semana junto à família que o acolheu, não cortando um vínculo, hoje importante para ele.

Laura, apesar das queixas, diz:

Mas também é bom dele estar comigo, né? Ele é muito carinhoso. Quando eu levei ele pra minha mãe, ele disse: Ah mãe, eu vou sentir muitas saudades de você. Eu disse que também ia sentir saudades.

[...] Eu não sei como vai ser daqui pra frente... eu não quero perder meu filho de novo, eu quero ficar com ele, quero ter tempo com ele, quero poder levar ele pra escola.

d) Sentimentos vivenciados em relação à família acolhedora

Laura teve sentimentos diferenciados, em momentos diversos do acolhimento. Sentiu-se incomodada, em princípio, como já foi relatado, por medo de perder o filho, principalmente por considerar que ele se apega facilmente às pessoas. Demonstrou ciúme da mãe acolhedora no meio do processo, como se estivesse competindo com ela.

De uns tempos pra cá ela deu ciúmes. Quer dizer não sei se ela já sentia, mas de uns tempos pra cá está mais assim. Quando eu vou entregar ele pra ela e digo tchau Bruno e aí ele corre e dá um abraço no Manoel aí ela fala: Ah abraçou ele, preferiu ele.

Minha filha disse: Mãe, imagina o que esse menino não fala de você pra ela, então, ela tem ciúme mesmo. [...] Da última vez ela falou: Eu falei pra ele, você quer a tia Monica porque lá tem bicicleta? Eu vou comprar uma bicicleta pra você. Eu falei: não precisa, a bicicleta que tem lá é dele, onde ele for ela vai levar. (Monica)

Com o passar do tempo, entretanto, esses sentimentos foram se modificando, e a situação foi se tornando mais confortável e segura. “[...] eu nunca fui na casa deles, a gente nunca conversou assim muito; não teve muito contato, mas pra mim o Bruno ir pra casa de outra família foi bom porque eu não tinha tempo de ficar com ele [...]” (Laura)

B. Família Acolhedora

a) Compromisso e posicionamento frente ao acolhimento

A família acolhedora sempre se mostrou pronta a atender todas as demandas do projeto. Sempre compareceu às entrevistas pontualmente; todos os membros da família compareciam quando eram convidados e, quando da realização de visitas domiciliares, eram muito receptivos e abertos.

O projeto em si, já despertou assim, um encanto na gente... a proposta do projeto é a gente cuidar de uma criança, tirar ela do abrigo, com a certeza de que ela vai voltar pro lar. Isso brilhou os nossos olhos, né? Então, você vai ajudar a criança na formação dela, sem tirar a identidade dela, mantendo tudo que é dela, respeitando seus valores e o que a gente puder acrescentar, a gente ainda acrescenta, né? Isso deixou a gente muito contente. (Manoel)

O casal tem, portanto, muita clareza quanto à transitoriedade do acolhimento, fato verificado, mais uma vez, na fala do pai: “Toda criança tem que ter o seu lar e o lugar da criança é lá, então o que a gente puder fazer pra que essa criança possa ir logo pra casa, sem perdas, sem ser lesada é a vontade da gente.”

b) Auto-imagem e satisfação com suas conquistas

Os membros da família Teixeira demonstram cuidado consigo próprios, com sua alimentação, vestuário, etc. Preservam uma relação estável com familiares, vizinhos e comunidade e buscam lazer. Referem não querer muito mais da vida. Têm orgulho da profissão do pai, da trajetória que a filha está percorrendo (trabalha e estuda na universidade), têm orgulho da casa que construíram, durante muitos anos, com suas economias. As funções são bem definidas: o pai trabalha, a mãe cuida da casa, o filho estuda e a filha estuda e trabalha.

c) Acolhimento: convivência e cuidados dispensados à criança

i. Adaptação da criança à família acolhedora

Depois da capacitação da família realizada pelos profissionais do ITFSP, ela manteve alguns contatos com Bruno na SAS. Ele também passou um final de semana na casa dos Teixeira antes do acolhimento. Em seu retorno para o abrigo, Bruno manifestou o desejo de permanecer na casa da família acolhedora, para onde se mudou em novembro de 2007.

A mãe acolhedora relata que quando ele retornou ao abrigo, pediu para os responsáveis: “[...] eu quero falar com o juiz que eu não quero mais morar aqui, eu quero morar na casa da tia Monica. Aí pronto, aí eles aceleraram o processo. Isso quem contou pra nós foram as educadoras lá.”

Bruno não apresentou dificuldade de adaptação na casa e com os membros da família. Mas, segundo a mãe acolhedora, o menino ficou agitado nas primeiras semanas, pois não havia vaga na creche pública do bairro (mesmo com uma carta do juiz solicitando vaga) e ele ficou sem ir à escola de novembro a fevereiro. Possivelmente, sua agitação se deu também por vivenciar algo novo e desconhecido como o acolhimento, o que faz parte da adaptação num novo ambiente.

Foi a própria família que propôs utilizar parte da ajuda de custo para pagar uma escola particular para Bruno. Depois que passou a frequentar a escola, ficou mais calmo, segundo relata a mãe acolhedora.

ii. O processo do conviver em família: espaço físico e afetivo

O convívio de Bruno na família se deu de modo espontâneo e os espaços foram sendo oferecidos a ele de modo natural. Os cuidados foram dispensados por todos da família, mas principalmente pela mãe acolhedora, que o ajudava em sua rotina. Os limites eram negociados e visavam à sua segurança.

Bruno parece ter tido muita liberdade na casa da família acolhedora, não apresentando problemas escolares, de saúde, alimentação, sono e interação.

Ele come muito bem. Ele toma café e dali a pouco está cassando alguma coisa pra comer. Ele fala: Tia Monica, o que

tem pra comer? Que tal você me dar uma bolacha? Ou então, ele abre a geladeira e escolhe o que quer. Quando ele chegou aqui a vitória dele foi essa, né? Porque lá no abrigo ele não podia abrir e aqui ele abriu a geladeira e a gente não brigou. (Monica)

Bruno dormia no quarto da filha do casal, em cama separada. Movimentava-se pela casa de modo autônomo e livre; tinha brinquedos e brincava com todos da família.

A família acolhedora proporcionou conforto e confiança à criança por meio da flexibilidade das condutas e normas e da afetividade e alegria presentes em seu cotidiano. O pai da família revela a forma como tentam lidar com as crianças:

Aqui na nossa casa, as crianças se adaptam bem. Aqui não tem regime militar. Aqui é tranquilo. A nossa vida toca do mesmo jeito. Ele sabe o que pode e o que não pode. Quando ele faz o que não pode, ele faz por graça. A gente conversa com as crianças, nós somos amigos.

De fato, a impressão é de que Bruno não modificou a rotina da casa, ou melhor, parece que esta família está sempre pronta a receber uma criança.

É tão normal que não houve mudança na rotina. A nossa casa já é tão cheia de gente. O povo gosta de vir pra cá, às vezes as crianças ficam uns dias aqui. Para o Bruno, aqui é a casa dele. Ele sobe na balança, desce; mexe com os cachorros. (Manoel)

Bruno dormiu durante alguns meses no quarto do casal, até que as técnicas do ITFSP tomaram conhecimento de tal fato e solicitaram que ele mudasse de quarto, o que foi atendido sob certo protesto, pois o casal não considerava esta rotina um problema: “[...] Ele dormia no bercinho e pedia pra segurar minha mão. Ele dizia, tia me dá sua mão, ele segurava a mão e depois dormia.” (Monica)

Ele escolheu onde gostaria de dormir quando saiu do quarto do casal e manteve uma relação muito tranquila com os filhos da família Teixeira, que o tratavam como irmão.

É interessante notar a necessidade do casal de ter sempre uma criança em casa e de modo muito próximo: “Depois que ele voltar pra mãe, a gente está à disposição pra outra criança. A gente fala pra vir logo pra não ficar esse [lugar] vago, né?” (Monica)

Manoel reforça o discurso da esposa e deixa explícito um incômodo, talvez, uma certa ansiedade.

E nós até pedimos que não deixassem a gente nesse vazio. Porque se vai embora e a gente fica aqui sem uma criança, fica muito vazio em casa. Então, nós pedimos para as técnicas: Olha, não deixa esse espaço vago não. (Manoel)

Essa necessidade deixa transparecer uma questão que, apesar de pouco delineada, revela uma “falta”, um espaço de convivência não preenchido.

iii. A convivência comunitária

A família possibilitou também uma ótima convivência comunitária a Bruno, que conheceu e se relacionou com parentes da família, vizinhos e amigos da comunidade cristã do bairro.

E o nosso vínculo com a comunidade faz com que as crianças conheçam muita gente. Ele conhece muita gente. Ele já conhece o nome dos filhos dos amigos, pergunta se o fulano vem ou se a gente vai encontrar o fulano numa festa da comunidade. Se é o aniversário do filho de um amigo e a gente fala: nós vamos na casa do fulano; ele diz: nós vamos. Pode brincar lá? (Manoel)

Bruno conquistou a amizade de várias pessoas da comunidade, que se preocupam com ele e querem vê-lo, em uma franca convivência comunitária, revelando sua segurança nas relações e o possível sentimento de ser amado.

[...] visita vem às vezes só pra ver ele. Às vezes ligam e falam: o Bruno está aí ou está com a mãe dele? Aí eu falo: está aqui. Ah, então eu to descendo aí pra ver ele. Se não, aí falam: eu ia aí pra dar um abraço nele, mas já que ele não está depois eu passo.

d) Sentimentos vivenciados em relação à família de origem

A família acolhedora revela um aspecto religioso em seu discurso, do qual emerge, às vezes, um cunho um tanto moralista. Ao referirem-se às atitudes da mãe durante o processo de acolhimento, os Teixeira transparecem uma culpabilização, o

que não difere da forma como a sociedade, de modo geral, vê as mães que não dão conta de cuidar de seus filhos.

Laura deveria pegar seu filho aos fins de semana para manter a convivência com ele, mas nem sempre conseguia.

A mãe estava desempregada. Era pra mãe pegar ele no fim de semana, mas aí ela falava que não dava pra pegar porque ia fazer um bico... Se vai fazer um bico, não dá pra ficar com o menino, então aquele fim de semana ele não ia... às vezes arruma uma desculpa pra não pegar o menino no fim de semana. [...]

E nessa polêmica, o que acontece? Ela pega menos ele; ele vai ficando mais com a gente.

Então a gente não entende como será quando voltar pra mãe. Vai ter fase do desemprego, ela vai continuar fazendo bico. (Manoel)

Acho que ele é mais apegado à avó do que à mãe, ou talvez não. Talvez ele seja apegado à mãe, mas tem medo do que já aconteceu. (Monica)

Transparece subjacente no discurso do casal que a mãe não ama o filho como deveria, por isso o abandona.

O sentido de solidariedade cristã que se dá no ato de acolher crianças com este perfil é bastante forte nessa família, mas, ao mesmo tempo, responsabiliza a mãe pela situação do filho.

O fato de terem dado uma bicicleta de Natal para Bruno pode revelar uma competição com a família de origem e uma afirmação quanto às suas possibilidades materiais. Isto causou um incômodo muito grande para a mãe de Bruno.

O casal manifestou o desejo de continuar o contato com Bruno, mesmo depois de seu retorno para a casa de sua mãe.

[...] a gente não consegue devolver ele pra mãe, dar tchau, virar as costas. Não tem como. E começar tudo de novo com outra criança sem dar uma passadinha, sem ver se lá ele vai estar numa escolinha, sem ver se a mãe deixa ficar um fim de semana com a gente, né?

Senão todo esse trabalho fica todo no ar, né? (Manoel)

C. A Criança Acolhida

a) Adaptação à dinâmica familiar e ao convívio

Bruno demonstrava sentir-se bem na família acolhedora. Não apresentou problemas de saúde ou oscilações emocionais significativas; alimentava-se muito bem, brincava e dormia bem também. Manteve um bom relacionamento com as crianças da escola que passou a frequentar; realizava as tarefas escolares com regularidade e de forma tranqüila. Seu convívio social foi facilitado em função da própria característica da família, mantendo relações afetuosas com pessoas da comunidade e da família extensa do casal.

A mãe acolhedora relata sua rotina:

Ele acorda às 8h, 8h30min, aí ele escova os dentinhos, toma o café, brinca. Ele não é muito de ficar só. Se a gente vai pro quintal aí ele já vai pra balanço, corre, joga bola. Aí almoça, toma banho e vai pra escola. Às 5h ele volta, aí quer vídeo game, joga um pouco, janta e dorme lá pelas 9h30min.
(Monica)

Quando da visita domiciliar realizada, percebeu-se que Bruno se sentia muito à vontade. Estava deitado no sofá vendo televisão, depois foi até a cozinha - onde o casal se encontrava - para pegar algo para comer, sentou no colo de Monica, conversou um pouco, depois retornou ao sofá. Enfim, parecia tranqüilo e seguro.

b) Apego, transitoriedade e desejo de retorno ao lar

Nesse contexto, Monica era a principal figura de apego de Bruno. Um apego seguro, pois permitia a ele explorar o ambiente e estabelecer relação com estranhos de modo natural. Se algo o incomodasse ou o levasse a sentir medo, ele buscava imediatamente o colo da mãe acolhedora.

A convivência foi intensa e Bruno se apegou de tal forma que começou a expressar o desejo de continuar na família, pois a questão da transitoriedade da medida é muito difícil de ser entendida por uma criança de 4 anos, que está ainda

construindo a noção de tempo. Apesar disso, sempre se reforçava para ele que ficaria apenas por um tempo com a família Teixeira.

Por várias vezes, o menino verbalizou o desejo de que Monica fosse sua mãe e reivindicou sua permanência na família.

Ele já chegou a me chamar de mãe. Eu corrigia, eu não sou sua mãe. Sua mãe é a Laura, muito linda, não sei o que... e tentava falar só bem [da mãe dele]. Mas ele dizia: você parece que é a minha mãe. [...] Ele já falou: eu queria ter nascido da sua barriga. Eu queria estar dentro da sua barriga. Aí eu disse: Um menino desse tamanho na minha barriga, você é doido... e ele: não tia Monica, quando eu era bebê.

Bruno pode ter vivido o que Bowlby (1982) chama de apaixonar-se pela figura de apego quando da construção do vínculo. A manutenção da relação é uma fonte de segurança e sua renovação gera alegria, mas a possibilidade da perda leva o sujeito a sofrer por alguém. “É um apego muito grande. Ele vai pra lá no sábado. Quando ele chega domingo, ele fala: tia, eu chorei. E eu pergunto: chorou, por quê? Ele responde: chorei com saudades de você.” (Monica)

Mas, por outro lado, mais ao final do processo de acolhimento, Bruno começou a dar sinais mais concretos de sua vinculação com a mãe e algum desejo de retornar.

Bruno foi ao litoral por duas vezes com a família acolhedora. “Ele trouxe uma foto da praia pra ela [mãe].” (Monica)

Num diálogo entre o casal e Bruno, pode-se notar uma fala menos hostil com relação à mãe.

Monica: Se ela fosse minha mãe eu tava lá morando com ela, dormia lá com ela naquele edredom novo que ela comprou.

Manoel: Aquele azul, novo.

Bruno: que é de luta.

Monica: E aquele copo que você falou que ela comprou pra você.

Manoel: É um copo especial?

Bruno: É

Manoel: É do Bruno o copo?

Bruno: É de Mickey.

Esse foi o momento em que os profissionais da instituição responsável pelo trabalho com as famílias decidiram que Bruno deveria retornar para a sua casa. Isso

porque o apego com a família acolhedora ficaria cada vez mais forte e o retorno mais difícil, e também porque Laura estava empregada e morando em casa alugada, sozinha. O retorno foi decidido ainda porque a mãe continuava a manifestar o desejo de ter seu filho de volta.

A família acolhedora, de todo modo, também se preocupava com a continuidade do acolhimento.

[...] foi selecionada uma criança que tinha possibilidade de voltar para o lar em curto prazo, foi esse o estudo para que a criança pudesse vir pra gente. Agora vem pra gente, o nosso amiguinho está aqui há nove meses. O nosso vínculo é forte com ele, mas nós somos adultos né? Agora eu quero ver a cabeça dele. Eu vejo que é perigoso, ele está cada vez se distanciando mais. (Manoel)

Depois de praticamente um ano de acolhimento, Bruno retornou para a casa da mãe e os dois continuaram o acompanhamento terapêutico, no sentido de apoiá-los nessa nova fase de convivência.

4.2 ACOLHIMENTO 2

4.2.1 Características e antecedentes

A. Família de Origem

a) Composição, trabalho e condições do domicílio

O adolescente acolhido é um rapaz de dezesseis anos, aqui chamado de Luiz. Ele tem três irmãos que vivem com sua mãe, Sofia, e o padrasto, João, na periferia da cidade.

Sua mãe tem trinta e cinco anos e não completou o ensino fundamental, mas retomou os estudos em 2008. É dona-de-casa, trabalhou vários anos como autônoma montando bijuterias. Há pouco tempo conseguiu um emprego regular, em uma empresa de limpeza, para complementar a renda familiar.

O padrasto do adolescente, de trinta e quatro anos, trabalhava como porteiro em um condomínio e recentemente foi promovido ao cargo de encarregado,

recebendo um salário mensal de dois salários mínimos. A família vive em dois cômodos e cozinha. Os três filhos do casal (quinze, treze e sete anos) estudam em escola pública.

A rede social da família é restrita, o casal sai pouco e mantém os filhos a maior parte do tempo em casa. Há uma rigidez muito grande nas regras e um controle das rotinas cotidianas por parte do pai.

b) Antecedentes familiares gerais

Sofia nasceu no interior de Pernambuco e migrou para São Paulo com os pais e a irmã quando tinha três anos de idade. Ela tem quatro irmãos e mais três meio-irmãos por parte de mãe.

Seus pais se separaram quando Sofia tinha doze anos e ela e a irmã foram morar com uma senhora que residia no mesmo bairro. Durante sua estada nessa casa, esteve internada na FEBEM, porém a causa não é explícita. Depois deste fato, voltou a viver com a mãe, com a qual sempre teve uma relação conflituosa.

Seu pai faleceu em um acidente de caminhão, juntamente com sua segunda esposa, quando tinha trinta e sete anos. Sua mãe ainda é viva, mas está muito doente. Reside próximo à sua casa, mas, ainda assim, elas têm pouco contato.

Sofia tem dois irmãos envolvidos com drogas e uma irmã adolescente que teve um filho há pouco tempo; todos vivem com sua mãe.

João é o filho mais velho de sete irmãos. Seus pais se separaram quando ele tinha quinze anos. Seu pai era usuário de drogas e faleceu aos quarenta anos de idade. A partir da morte de seu pai, João cuidou dos irmãos e da casa, pois sua mãe trabalhava para sustentar a família.

João também teve dois irmãos usuários de drogas, que acabaram falecendo, pois se envolveram com o tráfico. Hoje sua mãe é aposentada por invalidez e reside com dois filhos, perto da sua casa. Ele mantém uma relação bastante estreita com a mãe.

Sofia engravidou aos dezessete anos e teve Luiz, mas preferiu não tecer comentários sobre essa relação. Quando Luiz tinha três meses de idade ela foi morar com João, que na época tinha 17 anos. Teve mais três filhos com ele.

Ressalta-se que, dos quatro meninos, três têm alguma dificuldade na fala, sendo Luiz, gago. A família vive em um contexto de vulnerabilidade social e

apresenta uma gama de problemas sociais, como violência, drogas, esgarçamento de vínculos e rigidez moral.

c) Antecedentes do processo de acolhimento

Luiz morava com a família até por volta dos sete anos de idade, quando começou a desobedecer as regras impostas pelo padrasto. Certo dia, Sofia soube, pelo professor de Luiz, que ele não ia à escola havia um mês. Luiz faltava às aulas e ficava na rua.

Aí um dia que ele passou um tempo sumido... eu tive que sair do serviço pra procurar esse menino. Ele não voltou pra casa porque ele começou a andar por aqui, a pegar a bicicleta dos outros, a sumir, a dar perdido, sumia e não sabia onde ele ficava. (Sofia)

Sua mãe e seu padrasto tiveram de pagar a bicicleta roubada e este último, na ocasião, agiu com violência, batendo muito nele.

Aí o João deu uma corça no Luiz, deu uma surra de cinta e ele fugiu de casa e foi arrumar briga com o pessoal que mexe com droga lá em cima. [...] Ele não contou direito a história pro pessoal do porquê ele tava marcado daquele jeito; o João se excedeu um pouco, foi forte e ficou marcado. (Sofia)

Aos onze anos Luiz já estava envolvido com drogas e tráfico, momento em que sua mãe e seu padrasto resolveram procurar ajuda do Conselho Tutelar.

Quando ele aprontou com o próprio pessoal das drogas lá em cima, pegou dinheiro... eles deram uma corça no Luiz que ele veio embora peladinho, só de cueca, rasgaram a roupa dele e disseram... que se ele aparecesse de novo lá eles iam matar ele. Aí eu pensei: esse moleque não vai mais poder ficar aqui, já deu dor de cabeça demais.

O sofrimento da mãe se revelava no cotidiano.

Eu não dormia, cada tiro que eu escutava a noite, sei lá se era bombinha, o que era, eu não dormia, ficava naquela janela ali; ficava desassossegada. Ficava andando de madrugada nesse quintal aqui. Às vezes subia lá em cima no portão e ficava

olhando a rua, ficava ouvindo as vozes do pessoal que ficava na rua. Ficava perturbada, não comia, não dormia direito.

Luiz foi abrigado pela primeira vez em 2002, a pedido de sua mãe. A partir desse momento, foram várias institucionalizações, fugas e retornos ao lar. “A primeira vez que ele saiu de casa e foi pra um abrigo foi difícil, parecia que eu estava abandonando, largando uma coisa pra trás... aí eu vim de lá chorando, um aperto, uma dor assim que dá, né?” (Sofia)

Entre esses abrigamentos, houve um período de um ano em que Luiz passou a dormir num carro abandonado perto da casa da mãe. Foi reabrigado num CRECA (Centro de Referência da Criança e do Adolescente) em 2007 e, nesse período, passou por um tratamento para dependência química numa comunidade terapêutica por três meses.

Em agosto de 2007, sem ter se libertado das drogas, foi encaminhado para o Projeto “Família Acolhedora”.

B. Família Acolhedora

a) Composição, trabalho e condições do domicílio

A família que acolheu o adolescente é composta pelo chefe da família, André, de quarenta e dois anos, sua esposa, Emília, de trinta e seis anos, e dois filhos adolescentes, uma moça de quinze anos e um rapaz de dezesseis, adotado.

André, com nível de escolaridade fundamental incompleto, trabalha como porteiro e tem renda mensal de aproximadamente dois salários mínimos, complementados pelo aluguel da parte inferior da casa própria onde reside a família e, ainda, pelo salário de Emília, que, com o mesmo nível de escolaridade do marido, trabalha em telemarketing. A família vive em casa própria, espaçosa, com vários cômodos, em bairro com estrutura de serviços e comércio.

Esta família acolhedora, ou melhor, a família extensa do casal também tem uma história de vulnerabilidade, violência e perdas importantes de pais e irmãos, de modo violento.

André nasceu na Bahia. Sua mãe teve sete filhos de relacionamentos diversos. Não conheceu o pai e sua mãe faleceu quando ele tinha 18 anos. Após a

morte de sua mãe, André saiu de casa e foi acolhido por uma vizinha, por um tempo, até que fosse para casa de parentes.

Emília nasceu em São Paulo e teve seis irmãos. Sua mãe faleceu quando tinha nove anos e seu pai quando tinha quatorze. Depois disso, passou a morar com seus irmãos mais velhos que já trabalhavam.

b) Antecedentes do processo de acolhimento

Emília trabalhou como mãe social em uma instituição, por aproximadamente sete anos, onde conheceu, inclusive, seu filho adotivo. A instituição se constitui de alguns lares e cada um deles tem um casal com no máximo dois filhos.

O casal chegou a acolher 12 crianças ao mesmo tempo. Algumas ficavam até os 18 anos, outras retornavam para a família e outras, ainda, eram adotadas; aconteciam até mesmo adoções internacionais.

O filho adotado do casal, Felipe, foi acolhido por vários anos no Lar onde Emília trabalhava. Seus pais estavam detidos e a tentativa de retorno para a família extensa não foi bem-sucedida. Retornou para sua família de origem, porém não conseguiu permanecer lá e voltou à instituição.

[...] ele fugiu e voltou pro Lar e falou que só tinha voltado porque era eu que estava lá. Aí eu falei pro meu marido: esse aí acho que é mandado pra nós. Fomos ao fórum e fizemos a adoção, ele já estava com dez, mas nós estávamos com ele desde que ele tinha seis anos. (Emília)

Como Emília visitava as crianças do Lar depois de se desligar da instituição, obteve informações sobre o projeto piloto e se interessou por ele. Quando a família se candidatou para o projeto, Emília deixou explícito que preferia não acolher crianças pequenas, já que na instituição onde trabalhava sentia muito quando tinha de se separar delas, pois dizia se apegar demais. “É muito complicado quando a gente tem uma convivência... porque a gente faz um vínculo com a criança e depois [a criança] vai embora.” (Emília)

Com a experiência acumulada e um histórico de cuidado a crianças por tempo determinado, Emília e André acreditavam que seria um desafio acolher um adolescente com a problemática de Luiz.

4.2.2 Processo de acolhimento

A. Família de Origem

a) Compromisso e posicionamento frente ao acolhimento

Quando Sofia soube da possibilidade de seu filho participar do projeto, passando do abrigo à convivência numa família, considerou esse fato como uma nova alternativa para Luiz, mas, ao mesmo tempo, ficou incomodada. “[...] perguntaram se eu queria. Eu falei: bom, se for pro bem dele e pra ele mudar pra melhor eu aceito. [...] aí eu pensei seja lá o Deus quiser... se ele ia pra casa de outra família e ia continuar estudando pra mim estava bom.” Com o passar do tempo, Sofia foi compreendendo melhor como se dava o acolhimento e se tranquilizando em relação ao projeto.

A mãe de Luiz mostrou-se sempre pronta a atender as solicitações e exigências do projeto, comparecendo à maioria das sessões e atendimentos de forma regular. Já o padrasto e os irmãos do adolescente compareceram irregularmente às atividades propostas. Os irmãos compareciam de forma inconstante, mas João foi deixando de cumprir o compromisso, alegando incompatibilidade com seu horário de trabalho, até que não participou mais das sessões.

O atendimento à família de Luiz não era realizado no ITFSP, mas na SAS da região, para garantir a presença dos membros da família, em função da distância e do tempo de locomoção até a instituição. Entretanto, mesmo quando as técnicas se dispuseram a realizar as sessões na residência da família, o padrasto de Luiz não comparecia e raramente os filhos participavam.

b) Auto-imagem e satisfação com suas conquistas

As pessoas da família preocupam-se com sua imagem. O ambiente da casa é limpo e organizado e a aparência dos membros da família demonstra que se cuidam.

Sofia fala com orgulho da promoção de João, e também se orgulha por ter retomado os estudos há um ano, mas ainda assim não refere outras conquistas relacionais. Não tece nenhuma observação que demonstre orgulho de seus filhos.

c) Acolhimento: outra forma de vínculo

A partir do acolhimento, Luiz passou a ir para a casa de sua mãe aos finais de semana quinzenalmente e, mais tarde, semanalmente. A convivência era dificultada pela rigidez das regras da casa e também pela dificuldade de relacionamento de Luiz com seus irmãos e seu padrasto. Mesmo com o passar do tempo, o convívio entre os irmãos não parece ter avançado muito, pois sempre havia conflitos quando Luiz estava em casa.

A relação dos irmãos é boa, mas vira e mexe eles entram em conflito, um quer ser melhor que o outro, um quer mandar mais que o outro, aí fica aquela competição... dizem para o Luiz que ele devia ter ficado onde estava mesmo. Eles não param pra pensar para falar as coisas e magoa ele e ele fica meio sentido. (Sofia)

Luiz expõe seu incômodo com relação aos irmãos:

Meus irmãos estão com ciúmes [...] mas é porque eles praticamente não foram criados comigo, eu saí de casa desde os sete anos e só ia pra casa, depois saía, ia embora, só de passagem. Pra eles, sou irmão, mas ao mesmo tempo, um estranho. Só vou lá como visita; é chato pra mim. (Luiz)

João mantém contato com Luiz, mas sem maior intimidade. Parece que a única relação um pouco mais prazerosa entre eles se estabelece quando jogam videogame juntos; esta é a forma como se relacionam. “Quando o Luiz vem, ele cumprimenta o João, ele faz a parte dele. O João, daquele jeito dele meio ‘destranbelhado’, ainda assim, conversa com o Luiz.” (Sofia)

O padrasto sempre diz que, para ficar em sua casa, Luiz tem de seguir suas regras, e sua mãe aceita tal imposição, assumindo-a também.

[...] eu não quero que vá pra rua [...] esta é a regra aqui [...] é da casa pra escola, da escola pra casa. O Luiz tem um pouco de dificuldade porque ele sabe que voltar pra casa é pra ficar

só dentro de casa [...] Nessa casa eu moro há sete anos... eu achei melhor vir morar aqui por causa das grades, porque aqui não tinha como ninguém fugir pra sair pra fora. (Sofia)

João, o padrasto de Luiz, sempre acusava a mãe pela situação de seu filho. “O João dizia que era culpa minha porque eu não olhava direito [...] mas nada do que ele ‘aprontava’ eu sabia.” (Sofia)

Por outro lado, a mãe demonstra que compreende a situação de Luiz, pois viveu algo semelhante.

Eu entendo o Luiz porque eu tentei ajudar ele. Porque teve uma fase da minha vida que também aconteceu isso comigo, só que diferente dele. Ele teve algum recurso onde ele pode ir pra um lugar diferente, pode alguém cuidar dele pra tirar ele daquele lugar. Comigo foi diferente, morava com minha mãe, mas não ficava muito em casa, fui aprender alguma coisa da vida morando com os outros. (Sofia)

A mãe de Luiz parece ter dificuldade em lidar com essa situação e acaba tentando se vincular ao companheiro e ao filho ao mesmo tempo, vivendo uma situação ambígua, em que aceita as regras impostas pelo marido e justifica suas atitudes, mas, ao mesmo tempo, e implicitamente, pede ajuda ao filho. Muitas vezes, diz que vai abandonar o marido, mas, durante o tempo em que Luiz esteve acolhido, acabou, ao contrário, oficializando sua união com João.

Luiz freqüentemente assume esse papel que sua mãe lhe deu, esse lugar de protetor. “A partir do momento em que eles [os irmãos] falam alto com a minha mãe aí eu fico nervoso, e falo: Tem que respeitar sua mãe. Ela que deu a luz a você.” (Luiz) Sofia também comenta sobre a atitude do filho: “[...] ele não gosta de ver eles me respondendo; de ver eu ter que falar duas ou três vezes. Aí ele fala: Se a mãe está falando vocês tem que ficar quietos.” (Sofia)

Quanto ao acolhimento, Sofia valoriza o processo e a família acolhedora e percebe uma mudança no comportamento do filho.

Ele mudou muito [...] o comportamento dele, o modo dele falar, dele agir... Só tenho que dar graças a Deus. [...] Foi bom pra ele porque ele teve outro ambiente, ele teve que crescer, mudar a cabecinha dele, apesar de que já vinha mudando aos pouquinhos, né? Mas hoje ele está mais maduro, a cabeça dele está mais aberta. (Sofia)

i. Busca de superação da problemática que levou ao acolhimento

Ao longo do processo, o casal tomou algumas atitudes para que Luiz retornasse; uma delas, inclusive, relativa à disposição dos móveis na casa. Compraram uma tricama e a colocaram na sala conjugada à cozinha, pois, antes disso, os filhos dormiam no quarto do casal. Mas, ainda assim, quando Luiz fosse para casa, dois irmãos deveriam dormir juntos, já que seriam quatro em uma tricama, o que deixava claro que ainda não havia lugar para ele.

O fato de Luiz ter tido algumas recaídas com relação ao uso de drogas durante o acolhimento deve ter dificultado a sua relação com a família e a possibilidade de seu retorno, já que esta é uma questão difícil para o casal, principalmente para João. Apesar da referência ao desejo de retorno do filho, com o passar do tempo, as iniciativas para tanto foram se tornando mais escassas.

Passado um ano do acolhimento, ainda é difícil o retorno de Luiz para sua família.

O João disse que não achava bom ele voltar agora, porque ele não está preparado pra receber o Luiz de volta. Ele falou que se ele não voltasse e ficasse lá, que pra ele não fazia diferença... Ele se preocupa com o Luiz, mas [...] ele não demonstra [...] ele quer cuidar, mas daquele jeito estranho dele, eu não sei explicar direito. (Sofia)

Sofia compara sua casa com a da família acolhedora e parece considerar esta última melhor para seu filho.

Apesar da casa da Emília ser maior que aqui, o Luiz sai, entra, vai jogar bola, não sei que, todo dia, tem o curso... ele lá tem mais liberdade do que aqui. Aqui ele vai ficar mais preso. Eu acho que seria melhor ele ficar mais tempo lá. [...] Eu quero que ele volte, mas não quero que ele fique à toa, pra ele não ficar aqui só preso; procurar fazer alguma coisa, trabalhar, fazer algum curso. (Sofia)

Sofia considera complexo o retorno de Luiz também porque a sua relação com os irmãos ainda é muito frágil. “[...] A volta dele pros irmãos é difícil. Se perguntar se queriam que ele voltasse, eles falam que sim, que sentem falta, mas quando ele está aqui já é diferente.” (Sofia)

d) Sentimentos vivenciados em relação à família acolhedora

O primeiro sentimento que surge para Sofia é de insegurança, por não conhecer a família acolhedora e por ter medo da possibilidade de perder o amor do filho. Parece sempre haver uma fantasia quanto à situação econômica da família acolhedora, uma sensação de que o filho poderia não voltar mais por estar com pessoas capazes de lhe possibilitar uma condição melhor de vida.

[...] mas aí veio uma questão, eu não sabia como [...] a família é rica, tem dinheiro? [...] Aí minha cabeça começou a viajar. Se for gente que tem dinheiro vai querer estar agradando... aí corria o risco deles gostarem muito da criança e quererem ficar com ele. (Sofia)

A forma como foi trabalhada a família de origem no início do processo comprometeu sua compreensão sobre o acolhimento e trouxe dúvidas.

Um dia eles me ligaram e disseram que a família já estava indo lá visitar o Luiz, e que eles gostaram muito dele, já conhecem toda a história dele e aceitaram ficar com ele. Aí eu perguntei, mas assim tão rápido? Caramba. Mas não falaram como era a outra família. Só soube quando ia visitar o Luiz e ele dizia que eles eram legais, que conversavam bastante. (Sofia)

Ao tomar conhecimento do tratamento dispensado pelo filho à família acolhedora, Sofia demonstrou um incômodo, em função da possibilidade de perder seu lugar.

Foi a primeira vez que a gente se viu e foi um choque. O Luiz pra se sentir mais a vontade, começou a chamar o S. André de pai André e a Emília de mãe Emília e assim cada vez que a gente se falava, ele dizia: A mãe Emília é assim, mãe Emília não sei o que; pai André é assim. (Sofia)

Com o passar do tempo, essa sensação se dissipou e Sofia se mostrou mais tranqüila com relação ao seu lugar de mãe, inclusive porque Luiz sempre demonstrou o desejo de voltar para casa.

B. Família Acolhedora

a) Compromisso e posicionamento frente ao acolhimento

A família acolhedora sempre se mostrou comprometida com o acolhimento. O casal e Luiz compareceram aos atendimentos nos dias e horários marcados e os outros filhos, quando foram chamados, sempre compareceram também.

A família se mostra muito disponível para desempenhar o papel que esperam dela, envolvendo-se nas questões do adolescente. A mãe acolhedora, desde o início, foi muito continente com Luiz, procurando alternativas na busca de soluções para as problemáticas vivenciadas e buscando a rede de proteção social para ajudá-lo.

[...] acabou [o Agente Jovem⁶], mas parece que agora vai ter um novo projeto. Eu vou até lá pra ver se vai ter continuidade, como vai ser [...] mas eles já tão vendo um curso no Jovem Aprendiz e eu vou ver se posso encaixar os dois [filhos].
(Emília)

A família tem clareza da transitoriedade do processo e não considera este fato um problema, ou melhor, entende a importância de o adolescente retornar à sua família de origem.

b) Auto-imagem e satisfação com suas conquistas

Os membros da família acolhedora de Luiz preocupam-se com sua higiene e aparência; têm, portanto, uma boa auto-imagem. A filha legítima do casal, apesar de também se preocupar com a aparência, apresenta um problema de obesidade e problemas comportamentais, mais sentidos nos últimos meses por seus pais, que referem terem se esquecido de olhar para a própria filha.

⁶ O Projeto Agente Jovem é um programa federal, sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O programa é voltado a jovens de 15 a 17 anos em situação de risco e vulnerabilidade social. Entre seus objetivos estão garantir a permanência do jovem no sistema educacional e proporcionar experiências práticas que preparem sua futura inserção no mercado de trabalho.

Tanto o pai como a mãe citam, com freqüência, que também sofreram com violência e drogas na família, mas conseguiram superar as adversidades e construir suas vidas. Orgulham-se dos trabalhos que vêm conseguindo ao longo do tempo, sempre melhores que os anteriores, e orgulham-se também pelas conquistas que vêm em Luiz durante o processo. “[...] é como se eu fosse uma pessoa vencedora, porque o jeito que ele chegou e agora do jeito que ele vai sair é uma vitória pra nós.” (André)

c) Acolhimento: convivência e cuidados dispensados ao adolescente

i. Adaptação do adolescente à família acolhedora

No início do processo, a família visitou Luiz no abrigo algumas vezes, depois na SAS da região, antes de ele ir para sua casa. A relação se estabeleceu de modo espontâneo e empático, e o acolhimento foi iniciado sem problemas.

Luiz não apresentou dificuldades na adaptação à casa e aos membros da família acolhedora. Mas os filhos da família sentiram-se invadidos, principalmente o filho com quem Luiz passou a dividir o quarto.

O Felipe, a Tatiana [filhos do casal acolhedor], eles já estavam ficando bravo, ficavam com ciúmes. Eu tentava me envolver com os dois. E dizia pra eles: Eu estou aqui pra vocês me ajudarem, me darem uma força, não pra tomar o seu lugar, essa não é a minha intenção, jamais. A mãe Emília e o pai André sabem, porque vocês já são filhos dele. Eu estou aqui pra vocês me darem uma força e me ajudarem a voltar pra minha casa. Mas isso pra cabeça deles foi meio difícil. O Felipe queria me expulsar do quarto. (Luiz)

Os irmãos deixavam explícito o incômodo, e Luiz tentava lidar com esse sentimento e se aproximar. Entretanto, não deixavam de conversar, jogavam videogame juntos, enfim, não parecia ser uma relação que gerasse muito sofrimento, porque as questões estavam claras e eram discutidas. “[...] mas a gente conversa normal, já tivemos brigas também por causa de roupa”. (Luiz)

Os filhos sentiram ciúmes também porque Luiz e Emília começaram a conviver muito intensamente, pois ela era referência para ele, sua maior figura de

apego na família. “Quando eu cheguei aqui era assim, mãe Emília subia, eu subia, era corda e caçamba.” (Luiz)

ii. O processo do conviver em família: espaço físico e afetivo

Durante praticamente todo o ano, a rotina diária do adolescente na casa da família acolhedora começava às 6h, quando acordava, pois às 8h deveria estar no curso profissionalizante (captura de vídeo), um projeto do governo federal. À tarde, das 13h às 16h, Luiz participava do Projeto “Agente Jovem”, da prefeitura, no qual aconteciam várias atividades complementares à escola e preparatórias para o ingresso no mercado de trabalho. Das 19h às 22h Luiz freqüentava a escola pública em que estava matriculado.

As funções do casal com relação aos filhos estavam muito claras. Emília cuidava e André mantinha a autoridade paterna, impondo limites, sendo vigilante, mas educando também.

O que está sendo importante pra mim é que eu estou dando responsabilidade pra ele, pra ele crescer e saber o que vai fazer e o que não vai. Minha função é essa, não é de cuidar, mas de dar responsabilidade, de criar ele, de ensinar as coisas pra ele, trocar chuveiro, a fazer qualquer coisa. [...] (André)

O processo de acolhimento foi bastante difícil para a família acolhedora, pois no início Luiz ainda estava envolvido com drogas e o casal teve de apoiá-lo por meio de muito diálogo e, ao mesmo tempo, estabelecer limites e controlá-lo. “[...] mas a gente tem que ensinar [...] tem que dar a corda e puxar [...] pode estar caindo neve, vai pra escola. Eu ligo às vezes na escola pra saber se ele está ou não.” (André)

Emília o acompanhava aos serviços de saúde e o casal esteve sempre atento ao comportamento de Luiz. Apesar das dificuldades, André e Emília se mostravam abertos e disponíveis para proporcionar novas alternativas para Luiz e não se observou, em suas falas, qualquer queixa ou esmorecimento.

Depois de alguns meses, quando Luiz se recuperou, começou a estudar mais, participar de outros projetos para jovens; começou, inclusive, a namorar. “Eu quero saber quem é a namorada, com quem que ele está andando. Eu já fui na casa da namorada dele, já conhecemos o pai dela. Pessoal legal.” (André)

Luiz, porém, teve algumas recaídas durante o processo e, nestes momentos, algumas vezes, deixou de voltar para casa. “Outro dia ele chegou à 1h da manhã aqui e nós atrás pra cima e pra baixo. Aí eu já dei uma carcada [bronca] nele. Outro dia foi a mesma coisa, chamamos ele pro quarto e arrepiamos, falamos um monte para ele.” (André)

Emília reforça a fala do marido, mas mostra que está presente para apoiar Luiz.

E eu sou assim desse jeito, eu vou falar, não vou brigar não vou fazer escândalo, mas depois a pessoa vê a consequência [...] E com ele era do mesmo jeito, eu falava pra ele: é você que tem que buscar, porque eu não vou ficar indo pro CAPES⁷, me abalar daqui até lá, perder horas de reunião sendo que o problema não sou eu, é você. Eu estou aqui pra te ajudar; então, mostre seu esforço, que eu vou te ajudar mais e mais, até que conseguimos. (Emília)

Emília é a pessoa com quem Luiz tem mais vínculo na família acolhedora e ela expressa a garantia da continuidade da relação para ele.

O Luiz é uma pessoa que a gente não vai perder contato, tenho certeza, porque do mesmo jeito que ele vai lá pra casa da mãe dele, vai chegar um fim de semana, ele vai ligar pra cá e falar estou indo aí, vou passar o fim de semana. Eu sempre falei pra ele que eu quero ele super bem, desde que eu conheci o Luiz. Quando você voltar aqui em casa, você traga sua esposa mais tarde, traga os meus netos, né? [risos]. A gente quer o seu bem e quero que você venha aqui me trazendo coisas boas. (Emília)

iii. A convivência comunitária

A família tem uma boa relação na comunidade onde vive. Apesar de não ser muito constante, a família mantém um bom relacionamento com os parentes, o que possibilitou a Luiz um relacionamento diverso e rico, diferentemente do que ocorria em sua família de origem. Jogava bola no bairro, participava de projetos na comunidade. Havia sempre um olhar atento do casal para saber onde e com quem o jovem andava. “Eu já falei pra eles [...] quando for sair avisa, fala em tal lugar. Porque, se acontecer alguma coisa com vocês ou se a gente precisar de vocês, a gente sabe onde buscar.” (André)

⁷ CAPES – Centro de Atendimento Psicológico e Social

d) Sentimentos vivenciados em relação à família de origem

A mãe acolhedora parece ter a dimensão da problemática e da dificuldade em Luiz retornar à casa de sua mãe.

E o João fala mesmo que não se sente seguro. Ele não sente firmeza que o Luiz pode se afastar de vez [das drogas]. Ele já perdeu irmãos envolvidos com drogas. Depois que eu fui na casa dele, que nós conversamos bastante, é que eu consegui compreender o João. (Emília)

E alerta Luiz quanto ao seu retorno. “A paciência que a gente tem, a tolerância que a gente tem ele não tem na casa dele; então [se dirigindo ao Luiz] você se mantenha longe disso [drogas], porque voltando pra sua casa não vai ser a mesma coisa.”

Ao mesmo tempo, porém, em que aceita os motivos da família de Luiz, Emília parece tecer uma crítica pela não-superação dos problemas.

Teve esse período [um ano] e eles não conseguiram, pode ser que eles não consigam. Eu consigo compreender a situação deles também, porque o Luiz é da família, mas ele passou muito tempo fora, então aquele vínculo [...] eles têm que estar abertos pra receber e o Luiz também [tem que estar] aberto pra receber essa afetividade, mas é complicado. Eu sinto que pra eles é complicado, porque ele não tem a mesma facilidade de compreender do mesmo jeito da gente. (Emília)

O fato de os pais acolhedores terem passado por problemas de envolvimento com drogas em suas famílias de origem e terem superado essa questão sem maiores traumas parece que faz com que eles se sintam fortalecidos frente à família de Luiz, que não superou tais questões, o que valoriza, para a família acolhedora, sua trajetória.

C. O adolescente acolhido

a) Adaptação à dinâmica familiar e ao convívio

Luiz foi consultado com relação à possibilidade de conviver numa outra família quando estava institucionalizado e aceitou a proposta.

Foi bom porque a gente conversou. Antes disso a tia lá do [abrigo] falou se eu queria ir pra um CRECA [Centro de Referência da Criança e do Adolescente] ou pra uma família acolhedora. Aí eu falei é melhor uma família, né? Porque lá vai ter mais cuidado, é uma família mesmo. (Luiz)

Luiz não teve problema de adaptação na família acolhedora. Houve um respeito mútuo desde o princípio; uma afetividade e transparência que facilitou a relação e a vida em família.

Apesar dos irmãos deixarem claro que a presença do adolescente na família incomodava, Luiz compreendeu os motivos dos irmãos e soube lidar com essa questão. “[...] mas eu entendo, porque de repente chega outro filho e não desgruda da mãe deles.” (Luiz)

b) Apego, transitoriedade e desejo de retorno ao lar

Luiz compreende muito bem a questão da transitoriedade do processo e, ainda que pense em sua independência e autonomia, já que completará dezoito anos em data não muito distante, deixa claro seu desejo de retorno ao lar.

Às vezes eu tenho vontade de voltar pra casa e, se eu estiver trabalhando, é bom porque eu ajudo lá e guardo um dinheiro pra mim, porque eu não vou morar a vida toda com meus pais. Eu até estou querendo fazer os meus dezoito anos logo, arrumar um empreguinho bom aí [...] eu já tenho até uma casa pra ficar. (Luiz)

Mesmo tendo sido informado de que não necessariamente precisaria voltar para a casa de sua mãe ao final do processo de acolhimento, Luiz insiste em afirmar que para o projeto terminar ele teria de voltar à sua família de origem, apresentando dificuldade em aceitar que isso talvez não seja possível. Após um ano de acolhimento, quando foi feita a proposta de seu retorno e sua família afirmou que não estava preparada para recebê-lo, Luiz reagiu como se não soubesse dessa possibilidade.

Eu fiquei até surpreso porque eu estava preparado pra voltar pra casa depois do Ano Novo. Mas se eu to preparado e eles não, você vai se adaptando na casa e dá um jeito, né? Mas se ainda não é hora... (Luiz)

Luiz não consegue se conformar com o lugar que lhe é reservado na sua família: o filho de outra relação de sua mãe antes de sua união com seu padrasto. Seu desejo de ser aceito como filho é percebido claramente em suas falas.

Quando minha mãe conheceu meu padrasto, acho que eu tinha uns dois anos. [...] O cara me pegou minha mãe grávida, eu não tinha nem nascido ainda. Era pra ele ser meu pai, porque eu não vi quem era meu pai. Eu só vi minha mãe e ele; era pra ele ser meu pai, entendeu? Mas com o passar do tempo, a minha mãe me contou e parecia que ele não gostava de mim, porque eu não era filho dele. Ele me assumiu porque eu estava na casa dele, mas de sentimento não sei. Materialmente, pra cuidar, dar casa, comida sim, mas sentimental, mas passar afeto, o carinho, a não ser da minha mãe, dele não. Eu falo isso na frente dele, ele pode até falar que deu e tudo, mas não deu. (Luiz)

Luiz não conhece sua história, ou seja, sua identidade e sua origem são envoltas em segredo, comprometendo, certamente, sua auto-estima, seu apego, suas relações. Entretanto, ele não demonstra revolta por não saber quem foi seu pai, por não tê-lo conhecido ou por não ter clareza de sua trajetória quando pequeno. Parece que não questiona sobre sua origem ou seu passado para manter-se fiel à sua mãe.

Para não entrar em conflito com a mãe, direciona sua revolta para o padrasto, culpando-o e eximindo sua mãe de culpa.

[...] eu sei que ele teve uma má criação, ele já me contou, mas se eu tiver os meus filhos, o que eu não tive eu vou tentar passar pra eles. Passar atenção, carinho, criar eles como um filho, jamais eu vou criar eles do jeito que eu fui criado, senão eles podem virar um destrambelhado da vida que nem eu virei. (Luiz)

Durante o período de acolhimento, todavia, Luiz enfrentou vários problemas, desde a questão das drogas, passando pelos estudos e pelos relacionamentos. Frequentou a escola durante todo o período letivo e foi aprovado; conseguiu também finalizar o curso profissionalizante e participar de um projeto para jovens na comunidade denominado “Agente Jovem”. “A gente tem que se esforçar né? Eu passei de ano.” (Luiz)

O problema referente à fala – gagueira – que ele apresenta teve uma surpreendente melhora. “Hoje ele não está falando como falava, ele chegou aqui

gaguejando de tudo. Ele tinha medo de falar com as pessoas, agora já não tem. Isso é muito legal nele, quer aprender cada vez mais.” (André)

Luiz refere-se ao período do acolhimento como um período bom, em que ele sentiu apoio e afeto.

Agora mudou muito. Depois que eu vim pra cá a cabeça deu pra fortalecer. A experiência aqui foi boa. Eles já tinham experiência. Está sendo bom, eles têm que ter uma paciência. O que não tive da minha mãe e do meu pai, mais do meu pai, o André me deu, a mãe Emília. (Luiz)

4.3. PAPEL E DESEMPENHO DA EQUIPE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E DO PODER JUDICIÁRIO

A Comissão de Implantação constituía-se no fórum de discussão e decisão sobre os rumos do projeto. Questões que iam desde a seleção e capacitação das famílias acolhedoras até o dia-a-dia do trabalho com as famílias, tanto as de origem como as acolhedoras, eram matéria de discussão durante todo o processo.

A SMADS era responsável pela coordenação geral do projeto, além de assumir as ações de divulgação e de articulação da rede de proteção social encarregada de atender às necessidades da criança, adolescente e famílias.

Além da indicação de crianças e adolescentes para participarem do projeto, cabia ao Judiciário formalizar o acolhimento, a partir da realização de uma audiência com a família acolhedora e da assinatura de um documento em que ela se comprometia com o processo.

Bruno e Luiz foram indicados para o acolhimento pelo Poder Judiciário, por meio das Varas da Infância e Juventude do Foro Regional de Santo Amaro, em conjunto com os abrigos, já que suas mães mantinham contato com eles, visitando-os com frequência, o que indicava a manutenção de vínculo, aspecto importante, já que um dos critérios para a indicação era a possibilidade de retorno à família de origem. Desta indicação não participaram, portanto, os demais parceiros.

Foi o Judiciário também que determinou a guarda provisória da criança ou adolescente em benefício da família acolhedora e acompanhou os casos por meio de relatórios e das reuniões da Comissão. O Instituto de Terapia Familiar de São Paulo - ITFSP, por sua vez, foi responsável pela dimensão técnica do projeto, tendo como função selecionar, capacitar e atender às famílias antes, durante e após o

acolhimento. O Instituto atuou também no processo de desabrigamento da criança e do adolescente e na aproximação deles às famílias acolhedoras.

Após a pré-seleção no CRAS, as famílias acolhedoras foram encaminhadas para a seleção no ITFSP, que levava em conta, para tanto, a motivação das famílias, o entendimento sobre a transitoriedade da medida, a compreensão da não-possibilidade de adoção e, ainda, a impossibilidade de a criança ou o adolescente constituir-se numa tentativa de solução para os problemas familiares.

Era observado, ainda, como a família organizava sua história, a comunicação verbal e não verbal dos seus membros, o desenvolvimento do ciclo vital familiar, a rede social e institucional a que pertenciam, entre outros aspectos psicossociais.

A responsável pelo ITFSP, Tai Castilho, comenta que, entre a indicação do abrigo, a concordância do Judiciário e o desenrolar do processo burocrático, até que o juiz convocasse a família, passaram-se mais dois meses.

Esse tempo inviabilizou um acolhimento, pois a situação da família candidata mudou, não sendo mais a mesma de quando havia sido avaliada. Há uma morosidade entre a indicação e o início do trabalho do ITFSP; até chegar a ordem do juiz para começar o processo de acolhimento. Várias tentativas de apressar esse processo foram feitas, mas em função das instâncias inter-setoriais e da rede isso era difícil. (Tai Castilho)

Depois de realizada a seleção, teve início a capacitação das famílias. Os principais temas abordados foram: legislação, noções sobre dinâmica do desenvolvimento infanto-juvenil, dinâmica familiar e ciclo vital da família e suas transições, reflexão sobre a criança e o adolescente institucionalizado, reflexão acerca do acolhimento (negociação de conflitos, limites, regras de convivência, garantia de vínculos já existentes anteriormente, condições do subsídio financeiro), narrativas de histórias e experiências de acolhimento, sobre o respeito às diferenças culturais, além de outros temas, entre eles especialmente o dos aspectos relativos ao retorno da criança ou adolescente à sua família de origem, principalmente quanto às implicações, para a família acolhedora, do processo de separação.

O acompanhamento do processo junto às famílias acolhedoras se deu por meio de encontros quinzenais e, quando necessário, semanais, tanto na sede do ITFSP como em visitas domiciliares.

Para as famílias de origem, a abordagem foi diversa. Elas foram atendidas em terapia familiar incluindo a criança ou adolescente. A terapia com as famílias se pautava em acolher seu sofrimento, apoiar o acesso à rede de proteção social e ajudar na busca de alternativas para o seu desenvolvimento, entre outras questões.

O Instituto de Terapia Familiar de São Paulo encaminhava relatórios mensais para o Poder Judiciário sobre o andamento dos casos e para a SMADS sobre a estrutura do projeto (seleção de famílias, capacitação, etc.).

A análise e encaminhamentos dos casos eram discutidos na Comissão.

Os casos eram discutidos na Comissão. Todos os passos que o Instituto deu com relação às famílias; as visitas domiciliares, as sessões de terapia, [...] por exemplo, já havia passado um tempo que Bruno estava acolhido quando a equipe se deu conta, numa visita domiciliar, que ele dormia de mãozinha dada, num bercinho de criança pequenininha [...] isto tudo era discutido na comissão. (Tai Castilho)

A diretora do ITFSP comenta também a dinâmica da comissão, em que as discussões, muitas vezes, acabavam em conflitos entre as instituições, mas sempre se tentava chegar a um consenso. Houve apenas uma vez, durante todo o processo, a necessidade de votação na comissão.

[...] houve uma votação quando as técnicas do Instituto não concordaram que Laura e sua mãe dessem uma entrevista na TV, porque consideramos que elas estavam num momento muito delicado e expor sua dor seria uma coisa muito delicada. Mas houve uma reação do pessoal de divulgação da SMADS que achava que tinha que divulgar o programa. Nós levamos para a comissão que votou contra a ida das pessoas para a TV. Os votos de todas as instâncias tinham o mesmo peso. (Tai Castilho)

Apesar dos conflitos, o desenvolvimento do trabalho, as reuniões e as discussões trouxeram ganhos, já que houve uma maior articulação e reconhecimentos mútuos.

A responsável pelo Instituto comentou que uma discussão sobre a seleção de uma família acolhedora pode trazer elementos para a equipe fazer uma reflexão. Em princípio, as técnicas do Instituto tinham dúvidas com relação ao ingresso de determinada família no projeto. Os membros da comissão levantaram questões que fizeram as técnicas refletirem se não estariam idealizando a família acolhedora, o

que as fez repensar a questão do perfil das famílias. Para Tai Castilho, “apesar dos conflitos, houve muito aprendizado na comissão”.

Realizavam-se reuniões semanais da equipe do ITFSP, em que eram discutidos os casos e se decidia sobre os encaminhamentos necessários. Todo o trabalho era pautado na metodologia relacional-sistêmica e nas decisões da Comissão Central do projeto.

CAPÍTULO V - O TECIDO E SEUS ENTREMEIOS: O PROCESSO DE ACOLHIMENTO E AS SUPERAÇÕES POSSÍVEIS PARA A CONVIVÊNCIA FAMILIAR

Neste capítulo será discutida a prática do projeto piloto à luz dos referenciais teóricos, realizando-se também alguns paralelos com outras experiências e estudos sobre acolhimento comentados no primeiro capítulo. Trata-se de uma tentativa de efetuar aproximações com o objeto de estudo: o convívio e seus componentes em um projeto público de acolhimento familiar.

5.1 OS VÍNCULOS EM UM CONTEXTO DE SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

O vínculo se pauta, entre outros aspectos, na construção de laços afetivos e cuidados, e se relaciona ao contexto social da família, bem como à visão que seus membros têm de si mesmos e dos outros. O contexto social em que se inserem as famílias de origem estudadas gera vulnerabilidades e uma dificuldade na superação dos problemas, já que, na prática, os direitos sociais não são garantidos.

Essas problemáticas não superadas geram, por sua vez, sofrimentos para as famílias, pois elas se sentem incapazes, já que há uma percepção de que a responsabilidade é apenas individual, fazendo imperar a sensação de fracasso. Apesar de ser um sofrimento gerado socialmente, é sentido individualmente e, ainda, se reverte em culpa, pois as famílias o experimentam como se lhes fosse impossível dar conta de sua vida e do cuidado do filho. Laura explicita esse sentimento de forma clara:

Eu não queria abandonar meu filho, eu dei um filho, tenho outra que está na Bahia com o pai dela, eu pensei que ele [Bruno] podia ter outra família, mas eu não tive coragem, eu deixei ele na creche, mas eu não consegui [...] eu não conseguia dormir imaginando, ele era acostumado comigo, pensava se ele estava chorando... se ele comia bem...

O cotidiano destas famílias exige uma luta pela sobrevivência que suscita um desgaste enorme na busca de soluções para problemas, o que dificulta a reflexão crítica (HELLER, 1972), imobiliza o pensamento e acaba por aliená-las.

Nas famílias de origem pesquisadas, também podemos observar uma trajetória em que a situação de vulnerabilidade faz com que suas relações sociais sejam restritas, pois raramente sentem-se pertencentes a um grupo social. Como diz Paugam (2003), enfrentam um cotidiano solitário, com poucos vínculos sociais. Nesse contexto, a família extensa pode, então, ganhar uma dimensão importante na tentativa de manter os vínculos, como no caso de Laura, o que Vitale (2002) também aponta ao se referir às famílias monoparentais femininas. Pode, ainda, haver um esgarçamento dos vínculos, a ponto de a família manter contatos sociais muito escassos, como no caso da família de Sofia e Luiz.

Os laços intrafamiliares também acabam sendo comprometidos nessas famílias, pois o sentimento de solidão e o “não dar conta” estão diretamente relacionados ao cuidado da prole e à qualidade deste cuidar. Há, portanto, visivelmente, um entrelaçamento do social e do individual, que gera sentimentos, emoções e afetos. Estes últimos entendidos no sentido de afetar e ser afetado pelo outro, criando a possibilidade de potencializar ou não a ação dos sujeitos na busca de alternativas para a superação da situação social que levou ao sofrimento, como nos ensina Espinosa (1973).

Percebe-se, principalmente no caso de Laura, que sua emoção era de tristeza e sua potência de ação estava diminuída, pois parecia, em vários momentos do processo, sem forças para enfrentar e superar a situação. Vivia uma “paixão triste” e não conseguia se aproximar afetivamente de seu filho; ao mesmo tempo, demonstrava uma culpa por tê-lo abandonado e um desejo de tê-lo de volta.

Sofia, por seu turno, parece ter uma fragilidade que não a faz lutar pelo retorno do filho, apesar da dor de não tê-lo próximo.

O tipo de vínculo desenvolvido com os filhos revela-se na relação. Observa-se, muitas vezes, que o padrão de apego de uma criança repete o padrão que sua mãe desenvolveu em sua família de origem, conforme possibilidade comentada teoricamente por Abreu (2005). No caso de Laura e de Bruno, o padrão de apego pode ter se repetido, assim como no caso de Sofia e Luiz.

As histórias de vínculo de Laura e de Sofia guardam uma semelhança, pois ambas, ainda que tenham tido histórias turbulentas e infelizes de relacionamento com seus pais, ainda demonstram capacidade de apegar-se, principalmente Laura.

Talvez possa se pensar que, em contextos de vulnerabilidade social e sofrimento ético-político, os padrões de apego se reproduzam. Neste estudo, pode-

se observar que os padrões de apego se repetem nas duas gerações. As condições sócio-econômicas e toda a problemática dela decorrente podem compor um contexto que não favoreça a superação dos padrões.

Esses padrões, todavia, podem ser modificados no decorrer da vida, pois novos e significativos vínculos estabelecidos no decorrer da trajetória do sujeito podem alterar aquele padrão, como mostra Abreu (2005). Há a possibilidade de alteração de rota na vida quando se tem oportunidade de interagir com pessoas seguras e de viver experiências de calor humano.

5.1.1 Aproximações quanto aos padrões de apego no acolhimento 1

Observa-se uma tendência ansiosa-ambivalente em Laura, porque, muitas vezes, parece não ter controle sobre sua própria vida e se submete para tentar sobreviver; é pouco resiliente, portanto.

Laura busca obter amor e cuidado, ao mesmo tempo em que se sente angustiada com a possibilidade de ser esquecida, o que aumenta sua exigência afetiva. Laura, entretanto, não tem confiança de que será apoiada, parece mesmo que espera uma rejeição, comportamento presente nesse tipo de apego.

Bruno, muitas vezes, apresenta comportamento semelhante com relação à mãe. Não confia na possibilidade de ela auxiliá-lo. Parece ter medo que sua mãe não permaneça com ele. Ao mesmo tempo em que busca proximidade, resiste ao contato, demonstrando também um apego inseguro-ansioso.

Uma manifestação desse comportamento de Bruno pode ser observada quando, na família acolhedora, aguardava sua mãe. “Ele fica ansioso, ele fica achando que ela não vem mais. Então se tem que ficar ali, preenchendo o tempo. [...] Ele fala: Ela não vai vir, ela não vai vir.” (Monica)

Por outro lado, Bruno desenvolveu um apego que parece bastante seguro com a mãe acolhedora. Será que o desenvolvimento de um padrão seguro poderá auxiliar Bruno a modificar o padrão de apego com sua mãe? Será que Laura, a partir da experiência de acolhimento e da relação estabelecida por seu filho com a família acolhedora e com sua própria mãe, poderá rever modelos internos e ter a oportunidade de refazer sua história, por um caminho menos solitário, com mais vigor e esperança, revisitando o vínculo com seu filho?

O estudo mereceria um tempo maior de acompanhamento para verificar como a relação entre Laura e Bruno poderá se reconstruir, já que faz pouco tempo que ele voltou para casa, mas a observação realizada até aqui mostra que algo vem se modificando nela. Verificam-se demonstrações de afeto entre eles, o que não era muito observável durante grande parte do processo de acolhimento.

Bruno teve a oportunidade de um convívio muito intenso na família acolhedora e na comunidade. Seu apego seguro à mãe acolhedora poderá ser um elemento que facilite sua reinserção na família de origem.

Por outro lado, a família que o acolheu mostrou-se muito continente e ofereceu muito afeto, mas até com certo exagero, o que pode ter criado uma situação que, ao invés de ajudar na construção de laços com a família de origem, talvez a dificulte.

A família que acolheu Bruno justifica o acolhimento pela questão da solidariedade religiosa, como acontece com a maioria das famílias acolhedoras pesquisadas por Cravo (2006), mas apresenta uma necessidade de ter crianças pequenas sempre em casa para preencher algum espaço vazio (emocional), como se quisesse provar que sabe acolher; sabe ser maternal e paternal.

Se, por um lado, são muito acolhedores com a criança, por outro, são um tanto hostis, em alguns momentos, com a família de origem, o que pode ser observado em certas falas, como a de Manoel: “[...] dá a impressão que o menino só atrapalha ela.” Ou, ainda, quando se refere a ela de forma um tanto quanto pejorativa: “Porque uma mãe que deixa o menino num lugar, não se consegue deixar ela cem por cento.” (Manoel)

Não se pode ter uma visão idealizada da família acolhedora, pois qualquer família tem dinâmicas, problemas e formas de se relacionar próprias. Entretanto, um dos princípios da seleção de famílias para o programa considerava que a criança ou o adolescente acolhido não poderia se constituir numa tentativa de solução para os problemas familiares. Há de se investigar essa questão, portanto, na seleção e durante todo o processo, de modo que não se use o acolhido para “preencher um vazio familiar”, como parece ter acontecido neste caso, ou, ainda, para que se trabalhem os limites do acolhimento para além da questão da transitoriedade da medida.

As técnicas que atuaram com as famílias tinham esta questão clara, tanto que decidiram pelo retorno do filho, em conjunto com a mãe de Bruno, logo que esta

conseguiu uma estrutura mínima. A diretora do ITFSP chama a atenção, também, para o perfil das famílias acolhedoras com as quais tiveram contato na seleção.

A gente começou a perceber que algumas características das famílias que se apresentavam eram semelhantes, no sentido de serem famílias que precisavam ter sempre um “filho em casa”; queriam alguém que suscitasse os cuidados maternos e paternos, etc.

A partir desta observação no caso estudado, deve-se recomendar que, quando se tratar de uma criança pequena, com maior prontidão para um apego mais fácil e rápido a um cuidador empático, o período de acolhimento tenha uma duração diferenciada, não muito longa, para não dificultar seu retorno ao lar.

De qualquer modo, a convivência familiar foi garantida para Bruno durante o acolhimento, tanto na família acolhedora como na família de origem, e o vínculo pode continuar, o que traz referências de afeto tanto para ele como para Laura.

5.1.2 Aproximações quanto aos padrões de apego no acolhimento 2

Cabe citar que, por se tratar de um adolescente, o próprio Luiz, ao explicitar suas opiniões e desejos e refletir sobre a experiência de acolhimento, traz elementos mais estruturados para a análise.

A necessidade de Luiz de ser aceito é sentida na maior parte de suas falas, bem como seu desejo de retornar ao lar. Parece, todavia, haver um segredo não revelado, ou segredos não revelados em sua família, o que gera desconfiança, sofrimento e fantasias, segredos esses relativos, por exemplo, à sua própria origem. Não se fala sobre seu pai, sobre a relação de sua mãe com ele; não se fala sobre o período em que sua mãe foi interna de uma instituição para menores, entre outras questões não explícitas.

Como na família acolhedora as relações são muito transparentes, as questões explicitam-se e há diálogo, Luiz sentiu-se acolhido e amparado, pois parecia ser de amparo que ele mais precisava quando iniciou o processo.

Observa-se o respeito, a paciência e a esperança na família que acolheu Luiz, o que facilita o caminho para sua independência. Como diria Szymanski (2002), houve uma “solicitude autêntica”, com um cuidar autêntico que levou em conta a existência do outro, facilitando sua autonomia.

O acolhimento foi para ele uma oportunidade de conviver numa família, o que há muito não acontecia em sua vida, já que as difíceis tentativas de convívio com sua família de origem foram muito esparsas e ainda repletas de frustrações.

Há uns três anos atrás eu vivi dois anos na rua [...] Teve um dia, eu sai [...] voltei e dormi na porta de casa. Tava tudo fechado, eu peguei o cobertor que fica na máquina de lavar e deitei no chão. O João chegou, abriu a porta e me cutucou, pulou e entrou, chamou minha mãe e pediu pra ela tirar eu de lá. Ela me perguntou pra onde eu ia e eu disse que não sabia. É triste você chegar pra mãe e ela mandar você pra rua. Porque onde está sua mãe, o seu lar é ali, né? Não foi fácil não. (Luiz)

No processo de acolhimento, Luiz passou a conviver mais com sua família do que convivia quando estava institucionalizado, ou em situação de rua, pois passava fins de semana inteiros na casa de sua mãe, convivendo com ela, com os irmãos e o padrasto, numa experiência diferenciada, tornada um aprendizado para todos.

Seu comportamento de apego com a mãe parece ter a mesma base daquele construído entre Bruno e Laura, guardadas as diferenças entre os contextos, histórias de vida e idades. Sofia também pode ter construído um padrão de apego ambivalente, já que tem uma história de relação com a mãe de muito sofrimento e abandono.

Embora os padrões de apego, facilmente observáveis na criança pequena, sejam difíceis de serem verificados em jovens e adultos (DALBEM, 2005), parece que Luiz construiu um padrão de vínculo ansioso/ ambivalente, o que em adolescentes relaciona-se a relatos de conflitos familiares, alto grau de controle entre os membros da família e falta de compreensão da dinâmica do funcionamento familiar. Além disso, o adolescente com esse tipo de apego evita confrontos, mantendo estratégias passivas de enfrentamento dos problemas. (DALBEM, 2005)

Depois de um ano de acolhimento, Luiz tinha conseguido mudar sua relação com as drogas, além de estudar o ano todo, ser aprovado e manter um relacionamento amoroso por sete meses. A relação segura com a mãe acolhedora pode ter contribuído para que ele se tornasse mais resiliente, pois, como argumentam Poletto e Koller (2006), a resiliência não é um traço imutável do sujeito,

mas tem um caráter processual, ou seja, dependendo das circunstâncias, as pessoas podem se tornar mais ou menos resilientes.

Quando se concretizou a impossibilidade de seu retorno para casa, uma das alternativas discutidas com Luiz foi buscar uma vida mais autônoma. Essa independência se daria a partir de um trabalho e um local de moradia (possibilidade já apontada por uma tia, que alugaria um cômodo para ele), já que ele completará dezoito anos. Luiz vê esta proposta como uma possibilidade, mas, ainda assim, deseja retornar para casa. Uma de suas primeiras falas neste sentido foi, ainda no período de atendimento na SAS, no início do processo, quando disse querer provar que podia viver em família, na sua família.

Na família de Luiz, entretanto, lembrando a afirmação de Sarti (2003) ao se referir à família por ela considerada “pobre”, os projetos pessoais são deixados de lado, pois o que importa é garantir a subsistência. O padrasto de Luiz tenta garantir a sobrevivência da família, trabalhando muito e sendo provedor; todavia, impõe muitas regras, exigindo obediência de todos. A mulher dá preferência à conservação da segurança financeira e moral advinda do marido, em detrimento de sua relação com o filho de uma relação anterior.

Sua família talvez não o receba de volta, também em função do que ele representa para sua mãe, que não consegue ver sua própria história repetida no filho; e ainda em função da posição do padrasto, que não aceita um filho de outra relação de sua mulher e não consegue lidar com alguém que fuja ao seu controle. Enfim, a família de Luiz parece não ter condições de absorvê-lo, de inseri-lo em seu contexto no atual momento.

5.2 SUPERAÇÕES E GANHOS SECUNDÁRIOS DO PROCESSO

O acolhimento pode ser encarado como um meio para que os sujeitos se reinventem, atualizem suas relações, aproveitando-se da possibilidade de um terceiro que possa trazer referências de convívio e ingredientes para a construção de uma maior autonomia e de uma nova qualidade na convivência.

Conforme Sluzki (2006), a rede significativa em que acaba se constituindo a família acolhedora pode ser útil em momentos de crise, pois essas vinculações podem perdurar e contribuir para a identidade e o reconhecimento do sujeito como indivíduo, mais do que o núcleo familiar poderia nesses momentos.

Tanto as famílias de origem como as famílias acolhedoras obtiveram ganhos significativos no processo. No contexto do projeto as emoções são vividas e os afetos acontecem; as pessoas afetam e são afetadas. Apesar do pouco convívio direto que tiveram entre si, as famílias se afetaram, pois o convívio dos filhos efetivou trocas entre elas. Nesse sentido, podemos dizer que os afetos atravessaram as fronteiras, potencializando a ação dos sujeitos. Estar em relação leva, portanto, à construção de significados, e nessa construção os indivíduos se reconhecem e se constituem.

Pode-se nomear como “ganhos secundários do processo” alguns avanços dos indivíduos das quatro famílias envolvidas no acolhimento. Estes ganhos não estão diretamente ligados ao retorno da criança e do adolescente aos seus lares, nem se pode dizer que são decorrência direta do projeto. Contudo, este pode ter consolidado e impulsionado os ganhos obtidos pela criança e pelo adolescente.

O papel que André se colocou durante o acolhimento, de responsável pela autoridade paterna, impondo as regras e dando limites, fortaleceu seu papel de pai e provedor na família. Ele buscou outro trabalho, e hoje se sente mais valorizado; ganhou altivez e autoconfiança. Emília, por sua vez, passou a trabalhar novamente e pretende retomar os estudos. O filho adotivo do casal, em certa altura do processo, pediu aos pais que o levassem para reencontrar sua família de origem. Reviu seus familiares e pôde rever sua história. Certamente, este fato tem muito significado para ele, e é muito significativo também que tenha ocorrido durante o período de acolhimento de Luiz em sua casa.

Por outro lado, mesmo não sendo um indicador do projeto, notou-se que o padrasto de Luiz conseguiu um trabalho de maior responsabilidade e melhor remuneração. Sua mãe retomou os estudos e começou também a trabalhar em um emprego formal. E, ainda, o casal oficializou sua união, definindo, talvez para Luiz, o seu lugar na família de forma mais explícita.

O fato de a família que acolheu a criança ter deixado claro o desejo de continuar a manter contato estreito com o menino, e inclusive com sua mãe, pode levar a pensar que essa família acolhedora não precise mais de diversas crianças em sua casa, como antes do acolhimento, bem como que a relação com Bruno pode ter modificado essa necessidade do casal, a partir de uma nova forma de vínculo experimentada, mais plena.

Laura e sua mãe, apesar de ainda manterem uma relação conflituosa, não romperam relações durante todo o processo - o que aconteceu diversas vezes na história dessa relação -, pois também puderam experimentar outro tipo de convivência, em função dos cuidados que tiveram de dispensar ao menino nos fins de semana, o que levou a uma aliança necessária entre elas, a uma nova forma de convívio.

Nota-se que, no próprio cotidiano do projeto, a convivência pode impulsionar a superação de muitas questões que causavam sofrimento ou que não podiam ser assumidas, possibilitando mudanças nas relações e na própria vida das pessoas envolvidas, potencializando suas ações e dando marcas pessoais a elas. Estas mudanças reais levam a salientar que o próprio processo de acolhimento, conduzido pelos profissionais, coloca um sinal mais positivo nas relações de convivência, ao ser ele mesmo muito continente em relação a todos os envolvidos. Cria-se uma plataforma de segurança para o desenvolvimento de relações, dificilmente experimentada anteriormente.

A reflexão sobre todo o processo não caminha, portanto, somente no sentido da observação sobre o objetivo último do projeto piloto – o retorno à família de origem –, pois é muito mais ampla. São mesclas de vidas, emoções, sentimentos, sofrimentos, aceitações e aprendizagens de todos os indivíduos envolvidos que fazem de um processo de acolhimento algo muito rico e repleto de vida. Apesar das problemáticas, dos “erros”, há muitos “acertos” e as pessoas continuam buscando melhorar sua condição de vida e a qualidade de suas relações.

5.3 O PROJETO DE ACOLHIMENTO NO CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA

Os avanços individuais dos sujeitos e, principalmente, a oportunidade que a criança e o adolescente tiveram de conviver em família aconteceram no contexto de um projeto de política pública, mesmo sendo ele, ainda, um piloto. Nesse sentido, há de se relacionar a experiência dos sujeitos às diretrizes das instituições envolvidas no trabalho.

O projeto seguiu as recomendações do Plano Nacional de Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, além das determinações presentes no ECA e na Política Nacional de Assistência Social. Uma característica do projeto, que respeita os preceitos legais, é ser

intersetorial, na medida em que a complexidade das ações envolve questões de várias ordens – jurídicas, psicossociais, financeiras, institucionais, assistenciais, entre outras – e deve contar com instituições especializadas nas diferentes áreas. Esta característica, por sua vez, constituiu-se num exercício de gestão democrática, como aquele citado por Franco (2004) na construção de um programa de acolhimento familiar no município de Franca; uma experiência que contou com diversas instituições em sua constituição.

Sendo os parceiros instituições de cunhos diferenciados, apresentam culturas e formas de atuação também diferenciadas. As decisões, em muitos momentos, foram repletas de negociações, o que dificultou alguns processos, como, por exemplo, na questão do consentimento do acolhimento por parte da família de origem e, ainda, de seu conhecimento acerca das famílias acolhedoras.

O acolhimento familiar neste projeto segue uma determinação judicial que teve o consentimento das famílias de origem, pois, em princípio, houve uma consulta às famílias, à criança e ao adolescente para que aceitassem a medida. A forma, entretanto, como essa consulta foi feita levou a uma pressão sobre essas famílias, aproximando-se de uma imposição da aceitação, pois elas tiveram de decidir sem muita informação sobre o processo, como fica claro na fala de uma das mães, já mencionada à página setenta e um deste estudo.

Esta falta de atenção ao direito de opção, dentro de condições de real liberdade, equivaleu à minimização da sua autonomia, trabalhando no sentido de reforçar o sentimento de fracasso das famílias e gerando nelas mais culpa e sentimento de impotência.

Paralelamente a essa questão, ainda outra semelhante deve ser levantada, a respeito da visão que os operadores têm da família de origem e de como ela é tratada nas políticas públicas. Ela se relaciona às informações que as famílias de origem receberam sobre aquelas que iriam acolher seus filhos. As mães relataram que não receberam informações suficientes sobre as famílias acolhedoras no início do processo, mesmo estas já estando selecionadas e iniciando o contato com seus filhos. Este fato gerou insegurança e fantasias sobre a condição sócio-econômica e afetiva das famílias, suscitando sofrimento quanto à possibilidade da perda do amor e do possível retorno à convivência com o filho.

Cabe ressaltar, entretanto, que mesmo que as famílias tivessem recebido todas as informações sobre o acolhimento, ainda assim poderiam sentir

insegurança, pois enquanto o filho estava no abrigo parecia que não havia oportunidade iminente de alguma mudança. Ao contrário, as famílias ficam ameaçadas no momento em que os filhos passam a viver em outra família; este fato é sentido como um risco.

Este procedimento pode ter acontecido em função da própria estrutura do projeto: com muitas instituições envolvidas, os diferentes papéis podem ter se confundido e, portanto, elas podem ter deixado de lado o cuidado com relação à introdução das famílias de origem no acolhimento. De todo modo, não se justifica a negligência para com as famílias nesse momento inicial.

Este fato comprometeu a visão do projeto, em princípio, pois, além das famílias de origem desconhecerem as características das famílias acolhedoras, não tinham ciência do tipo de atendimento que seria dispensado ao seu filho e, ainda, em que condições o acolhimento se realizaria. O envolvimento das famílias de origem pode ter sido dificultado, na medida em que se exigiu um compromisso frente a uma medida da qual elas tinham pouco conhecimento.

O comprometimento exigido relativo à disponibilidade de tempo e de envolvimento em um processo de terapia familiar, o retorno do filho em tempo determinado, entre outras exigências, poderiam ter concorrido para o insucesso do projeto. O envolvimento das famílias foi se dando, contudo, gradativamente, ao longo do processo, a partir do trabalho terapêutico, que lhes possibilitou enfrentar problemas e desfazer fantasias, buscar alternativas e se reaproximar dos filhos.

Pode-se observar nas experiências relatadas que a separação entre pais e filhos gera sofrimento e sensação de fracasso para os pais. A institucionalização reforça esse fracasso e o acolhimento também pode reforçá-lo, dependendo de como se lida com as famílias no processo.

A família de origem não é menos capaz, nem menos qualificada que a família acolhedora. A comparação, porém, acontece tanto para a família de origem, como para a acolhedora, e esta comparação pode fragilizá-las ou fortalecê-las. Normalmente, quem se fragiliza na comparação é a família de origem, por viver uma situação de vulnerabilidade social, agravada pela crise que gerou o afastamento do filho, o que não se apresenta na família acolhedora. Esta comparação vem das próprias políticas sociais, que desqualificam as famílias que “não dão conta” do cuidado de seus filhos, reforçando o sentimento de sua incompetência.

As competências das famílias biológicas ficam submersas, assim, sem condições de expansão por se encontrarem numa situação de vulnerabilidade social (AUSLOSS, 1996), enquanto as famílias acolhedoras podem exercitar suas competências porque não estão vivendo uma situação crítica e podem, então, aparecer socialmente como generosas e capazes.

Outra questão relaciona-se à convivência entre as famílias de origem e acolhedoras. Baseadas em experiências anteriores, as instituições responsáveis pelo projeto consideraram, talvez por excesso de cuidado, que o contato entre as famílias deveria acontecer de modo gradual e que, em princípio, não deveria haver muita proximidade, pois podem ter acreditado que seria uma dificuldade para a criança ou para o adolescente ter de lidar com as famílias e os diferentes vínculos.

Este pressuposto não se confirmou ao longo do processo; ao contrário, o conhecimento mútuo mostrou que há uma maior compreensão da família acolhedora quando esta sabe dos motivos que levaram a família de origem a se afastar de seu filho. Além disso, a convivência entre os acolhidos e as famílias ficou mais fácil a partir do momento em que estreitaram os laços, fazendo com que a criança e o adolescente pudessem viver os vínculos de forma mais maleável e segura.

As próprias famílias explicitaram o incômodo que lhes causava a situação de não se conhecerem.

As famílias deveriam ter tido contato desde cedo. A gente comentava que deveríamos ter esse contato antes, porque quando eu fui na casa da Sofia é que eu consegui compreender, eu senti um pouco mais e precisa disso. A gente conversar [...] vai saber a visão que eles tinham da gente também? (Emília)

Eu pensei também [...] poxa vida já faz tanto tempo, tinha que ter pelo menos um vínculo, conversar. Era só por telefone, ou esbarra no ITF, na SAS [Supervisão de Assistência Social], muito rápido. Só teve um dia que nós fomos pro Fórum que conversaram mais um pouquinho. (Luiz)

Eu não tive assim muito contato com a família Teixeira, porque eles vinham, pegavam o Bruno; às vezes eu ia, buscava. Mas eu nunca fui na casa deles, a gente nunca conversou assim muito; não teve muito contato. (Laura)

Embora já se conhecessem, só depois de aproximadamente dez meses de acolhimento começou a haver mais trocas entre as famílias, especialmente as

ligadas ao adolescente, pois aquelas que se relacionavam com a criança, em função dos encontros e das combinações para os fins de semana, foram obrigadas a se verem e se falarem mais.

Se as famílias pudessem ter convivido mais desde o princípio, os ganhos talvez tivessem sido maiores e, sobretudo, poderia ter sido mais proveitosa a convivência tanto para a criança como para o adolescente, haja vista que, como observado por Rizzini, Rizzini, Naif e Baptista (2006), a proximidade entre família acolhedora e família de origem torna a reintegração mais eficaz.

Analisando questões mais estruturais, algumas dificuldades do projeto permanecem, tais como a divulgação e adesão das famílias. Deve-se pensar em novas estratégias para a divulgação de um projeto desconhecido para a maioria das pessoas em uma cidade com a dimensão e complexidade de São Paulo. Tornar o acolhimento familiar conhecido ainda levará algum tempo, pois é uma questão cultural. Para tanto, é preciso desenhar estratégias mais abrangentes e vislumbrar alternativas para garantir o direito ao convívio familiar e comunitário às crianças.

Outra questão mais estrutural diz respeito à rede de proteção social. Ela deve se tornar mais efetiva no sentido de garantir direitos às famílias de origem e seus filhos. Sem um apoio desse tipo não é possível melhorar as condições das famílias. Muitas necessidades da criança, do adolescente e das famílias foram encaminhadas à rede de proteção social. Várias necessidades foram atendidas por meio do projeto para jovens na comunidade, o curso profissionalizante, o atendimento na área da saúde, mas a questão da falta de uma vaga em creche no caso do Acolhimento 1 ainda revela que não há garantia ao direito à educação infantil, além da burocracia e morosidade dos encaminhamentos presentes nas instituições públicas. O acompanhamento do Bruno revelou o peso que isso teve em seu processo de adaptação na nova situação de acolhimento.

Frente aos objetivos do projeto, de recolocação na família de origem, pode-se dizer que houve um caso de sucesso com o retorno da criança para a família de origem, e outro que não alcançou o objetivo, pois o adolescente continua na família acolhedora, apesar da tentativa de retorno ao lar.

O projeto, embora não tenha atingido plenamente os objetivos propostos, traz reflexões da máxima importância. O retorno, no caso da criança (Acolhimento 1), ainda merece observação e trabalho de acompanhamento, com vistas a

fortalecer ainda mais os laços entre mãe e filho e entre estes e a avó materna, para que o retorno garanta o direito da criança à família.

Por outro lado, embora o adolescente não tenha retornado para sua família de origem, superou vários problemas e tem mais condições emocionais de buscar sua independência. O processo de acolhimento ainda não tem seu prazo de dois anos finalizado, de modo que não há como se dizer que ele terminou com insucesso.

Conhecer as histórias de vida e acompanhar o processo de acolhimento é, inegavelmente, muito importante para entender o projeto e as implicações deste na vida das pessoas envolvidas. Dialoga-se aqui com França (2004), que afirma ser a família acolhedora um instrumento para a compreensão do processo de afastamento e reinserção de crianças e adolescentes em suas famílias de origem, realizando-se um diagnóstico a partir de suas histórias de vida e, assim, possibilitando uma ampliação do conhecimento e do alcance desse tipo de política pública.

Neste estudo pode-se perceber que há muitas variáveis no conviver; ele é um processo dinâmico, repleto de emoções e interações, que aproxima os sujeitos e leva-os a assumirem suas dificuldades e desejos, seja na família acolhedora, seja na família de origem.

O projeto piloto, enquanto política pública, descortina elementos que podem aprimorar as questões tanto estruturais como aquelas referentes à postura dos operadores da política, para que, a partir desta experiência, se possa efetivar um programa mais amplo para o município de São Paulo.

ARREMATAS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso lembrar que os esforços deste tipo de projeto, que cria oportunidade de um convívio familiar de transição, facilitando o aparecimento de vínculos e relacionamentos, miram o retorno de crianças e adolescentes à sua família de origem. O projeto é uma das alternativas da ação profissional destinada a garantir o direito de crianças e adolescentes conviverem bem em suas próprias famílias.

A passagem pela família acolhedora mostrou-se um momento precioso para a aprendizagem de modelos do “conviver”, de natureza diferenciada em relação aos vividos anteriormente na família de origem. Não vai nessa afirmação um julgamento de valor, pois ela não é nem melhor, nem pior, do que a família de origem. Cada uma delas possui dinâmicas próprias, formas de afeto e tipos de convívio diferenciados e ricos que se constituem em modelos, principalmente para a criança e para o adolescente, mas também para os outros indivíduos das famílias envolvidas.

O fato de a criança e o adolescente criarem um novo vínculo não parece comprometer os estabelecidos anteriormente com sua família de origem; ao contrário, traz novos elementos para atualizá-los.

O vínculo não é relação, de acordo com Abreu (2005), ele é constituído na relação, mas é próprio do sujeito; já os relacionamentos envolvem necessariamente duas pessoas e podem ou não ser duradouros. O vínculo se constitui no sujeito a partir da convivência, podendo ser esgarçado ou rompido, a depender dos contextos em que os indivíduos estão inseridos, das dinâmicas e problemáticas vivenciadas. Da mesma forma como se fragiliza, o vínculo pode, todavia, se restabelecer, quando se restaura a convivência e, principalmente, a sensação da possibilidade existencial dela, quando se oferecem novas formas, sob outra dinâmica e dimensão.

A família acolhedora é, em princípio, um elemento externo que perpassa as relações da família de origem e lhe oferece novas formas de olhar e novas possibilidades de apego. Isto se dá em função das relações que vão se estabelecendo entre famílias, criança, adolescente e dos aprendizados mútuos relativos às rotinas, dinâmicas, regras, atitudes, afetos, alternativas para a solução de problemas, apoios interpessoais, entre outras formas do conviver.

Com o decorrer do tempo, a família acolhedora, de elemento externo, passa a participar mais intimamente das dinâmicas da família de origem, e o fato de não perderem o vínculo com os acolhidos faz com que, necessariamente, não percam a relação com a família de origem. O critério de favorecimento de contatos simultâneos com as duas famílias, durante o processo de acolhimento, e da permanência dessa proximidade após o término dele, encaminha para que a “acolhedora” possa se tornar parte de sua “família extensa”, mantendo, e inclusive aprimorando, as trocas e os afetos. Este é um dos maiores ganhos do projeto, pois, na medida em que os vínculos são mantidos, eles podem trazer segurança de afeto e a própria possibilidade de “ter com quem contar”.

Na experiência aqui analisada, podem-se observar essas formas novas criadas, tais como: pedir apoio nos momentos difíceis para a família acolhedora, poder discutir as dificuldades do filho em conjunto, bem como seus sucessos, sentir-se parceiro no cuidado com o filho, compreender e respeitar os motivos do outro, poder conviver de modo tranquilo sem achar que há riscos de perda do amor do filho, ter a certeza de que saberá do futuro do filho acolhido temporariamente, pois não pretende perder contato. Entre outras coisas, estas são conquistas do conviver presentes nas relações deste projeto.

Nos acolhimentos estudados, verificaram-se, no decorrer do processo, possibilidades de convivência familiar e comunitária de qualidade diferente, tanto na família acolhedora como na família de origem. Isso porque o projeto acabou possibilitando o convívio da criança e do adolescente com suas famílias a partir de outra forma de vínculo. No caso da criança, contribuiu para que a mãe mantivesse o desejo de ter seu filho de volta; no caso do adolescente, contribuiu para dar maior transparência às relações intrafamiliares, definindo o seu papel em sua família, pelo menos até o presente momento de desenvolvimento do projeto.

Estas duas experiências de vida, bastante diferentes e riquíssimas, levam certamente a algumas reflexões semelhantes sobre o convívio: os vínculos podem ser revistos, e as formas de apego, apesar de determinantes e estruturantes do indivíduo, podem ter novos significados quando se encontram pessoas que representem um porto seguro para onde se pode voltar.

Logicamente, o retorno da criança e do adolescente para suas famílias de origem, objetivo último do projeto, é um importante indicador de seu sucesso. Deve-se considerar, entretanto, que problemáticas fundadas há muito na vida das famílias

não são matéria para meros experimentos de laboratório, aspectos manipuláveis como elementos químicos. Fala-se aqui de contextos complexos de relações, de vidas que se entrelaçam e que se interpenetram, de sofrimentos e desafios, cujo futuro não pode ser avaliado apenas por um único fator, mesmo se este for o desejado desenvolvimento da capacidade para retomar imediatamente o vínculo com a família de origem.

Mas, nesse caso, o que é então sucesso?

As inúmeras possibilidades criadas pelas formas de convívio que o projeto abarcou permitiram aos indivíduos, tanto individualmente como nas relações familiares, avançar na compreensão do que é conviver, suas possibilidades e seus limites.

O acompanhamento do trabalho do projeto, realizado na pesquisa, permite afirmar que ele guarda um potencial de grande valia para os operadores de políticas sociais e faz emergir questões de fundo para se pensar o convívio nas situações de risco e vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Cristiano Nabuco de. **Teoria do Apego: fundamentos, pesquisas e implicações clínicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

ANDERY, Maria Amália. et. al. **Para Compreender a Ciência**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1988.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ªed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AUSLOSS. Guy. **A Competência das Famílias**. Lisboa: Climepsi Editores, 1996.

BÁLSAMO, Pilar Uriarte. **Substituindo famílias - continuidades e rupturas na prática de acolhimento familiar intermediada pelo Estado em Porto Alegre, 1946 /2003**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2005.

BAPTISTA, Rachel. “Compreendendo o processo de acolhimento familiar”. In: BAPTISTA, Rachel. **Acolhimento familiar, experiência brasileira: reflexões com foco no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), PUC/Rio, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410372_06_cap_03.pdf>.

BELCHIOR, Luisa. “Menos concentrada, renda do brasileiro cresce, mas em ritmo menor “. **Folha Online**. Seção Dinheiro. São Paulo, 18/09/2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u446207.shtml>>. Acesso em: dez. 2008.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1975.

BOWLBY, John. **Formação e Rompimento dos Laços Afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

_____. **Apego e perda: apego, a natureza do vínculo**. Vol. I da Trilogia Apego e Perda. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANT DE CARVALHO, Maria do Carmo (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Subsídios para elaboração do Plano Nacional de Promoção, Defesa e garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, abril de 2005. Disponível em: <www.dpge.rj.gov.br/docs/SubsidiosPLANODCFC>. Acesso em: julho 2005.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <www.ipea.gov.br/TemasEspeciais/especiais.php>. Acesso em: jan. 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: 15 de outubro de 2004.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. Senado Federal. **Lei nº 8069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

CABRAL, Claudia (Org.). **Acolhimento familiar: experiências e perspectivas**. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; GUARÁ, Isa Maria Ferreira de Rosa; BRANT DE CARVALHO, Maria do Carmo. **Guarda Familiar: desafios e propostas**. Série "Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente". nº3. São Paulo: IEE-PUC/SP/CBIA, 1994.

CAMARGO, Vera Lucia Kelemen. **Famílias Acolhedoras: um estudo comparativo**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), PUC/SP, São Paulo, 2007.

CAMPANINI, Annamaria; LUPPI, Francesco. **Servicio social y modelo sistémico: una nueva perspectiva para la práctica cotidiana**. Buenos Aires: Paidós, 1996.

CAMPOS, Marta Silva; MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso. “Quem cobre as insuficiências das Políticas Públicas?: contribuição ao debate sobre o papel da família na provisão de bem-estar social”. **Revista de Políticas Públicas**. vol.10, n.1. São Luiz, Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, janeiro/junho 2006

CASTEL, Robert. “As transformações da questão social”. In: BELFIORI-WANDERLEY, Mariângela; BOGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC, 2007.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Espinosa: uma filosofia da liberdade**. São Paulo: Moderna, 2005.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COLMÁN, Silvia Alapanian. **A Formação do Serviço Social no Poder Judiciário: Reflexões sobre o Direito, o Poder Judiciário e a intervenção do Serviço Social no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 1948-1988**. Tese (Doutorado em Serviço Social), PUC/SP, São Paulo, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

CRAVO, Franciane Vieira. **O Perfil das Famílias Acolhedoras do Programa Famílias de Apoio de São Bento do Sul**. Monografia (Pós-Graduação em Metodologias de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco), Universidade Estadual de Santa Catarina, UDESC, Florianópolis, 2006.

DALBEM, Juliana Xavier; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. “Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento”. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Vol.57, nº1. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:

<<http://146.164.3.26/seer/lab19/ojs/viewarticle.php?id=62&layout=html>>. Acesso em: jan. 2009.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Campinas: Papyrus, 2001.

DENARDI, Evelini. **Pesquisa revela situação dos abrigos na capital paulistana**. São Paulo, PUC/SP. Disponível em: <www.pucsp.br/publique/cgi/cgilua.exe>. Acesso em: dez. 2004.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

ESPINOSA, Baruch. **Ética, Tratado da Correção do Intelecto**. Coleção Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Mães e Pais em Situação de Abandono: quando a pobreza é fator condicionante do rompimento dos vínculos do pátrio poder**. Tese (Doutorado em Serviço Social), PUC/SP, São Paulo, 2001.

FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Muitas Memórias, outras Histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez, 2002.

FRANÇA, Marina. **Famílias acolhedoras: alternativa de atendimento à população infanto-juvenil que necessita ser retirada de sua família de origem?** Dissertação (Mestrado em Serviço Social), PUC/SP, São Paulo, 2004.

FRANCO, Abigail Aparecida de Paiva. **A família Acolhedora na Comarca de Franca: análise crítica do processo de implantação**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), UNESP, Franca - SP, 2004.

GARCIA, Narjara Mendes; YUNES, Maria A. M. "Resiliência Familiar: baixa renda e monoparentalidade". In: DELL'AGLIO, Débora; KOLLER, Silvia H.; YUNES, Maria Ângela (Orgs.). **Resiliência e psicologia positiva: interfaces do riso à proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

GOIS, Antônio. “28% dos que recebem Bolsa Família temem passar fome”. **Folha Online**. Seção Brasil. São Paulo, 28/06/2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u417114.shtml>>. Acesso em: dez. 2008.

GREGORI, Maria Filomena (Coord). **Desenhos Familiares: pesquisa sobre família de crianças e adolescentes em situação de rua**. São Paulo: Alegro, 2000.

GUEIROS, Dalva Azevedo; OLIVEIRA, Rita de Cássia S. “Direito à convivência familiar”. **Serviço Social e Sociedade**. nº81. São Paulo: Cortez, mar. 2005.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

ITFSP - INSTITUTO DE TERAPIA FAMILIAR DE SÃO PAULO. **Projeto Família Guardiã**. São Paulo, 2006.

_____. **Relatório de Avaliação do Projeto Piloto Família Acolhedora**. São Paulo, 2008.

IVO, Anete Brito Leal. “A Reconversão da Questão Social e a Retórica da Pobreza nos anos 1990”. In: CIMADAMORE, Alberto; DEAN, Hartley; SIQUEIRA, Jorge (Org.). **A Pobreza do Estado: reconsiderando o papel do estado na luta contra a pobreza global**. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2004.

JOSSO, Marie Christine. “As figuras de ligação nos relatos de formação: ligações formadoras, deformadoras e transformadoras”. **Educação e Pesquisa**. Vol. 32, nº2. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151797022006000200012&script=sci_arttext&lng=e!n>. Acesso em: jan. 2009.

LOWENTHAL, David. “Como conhecemos o passado”. **Projeto História**. nº17. São Paulo, PUC/SP, 1998.

LUNA, Matilde. **Acogimiento familiar: respuesta social y de Estado em el cuidado de la infância**. Buenos Aires: Lúmen, 2001.

LUNA, Sergio Vasconcelos. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2000.

MARIOTTI, Humberto. "O viver". In: ZAUHY, Cristina; MARIOTTI, Humberto. **Acolhimento: o pensar, o fazer, o viver**. São Paulo: Secretaria Municipal de Saúde, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

_____. **Identidade e Família**. Palestra proferida no Núcleo de Estudos da Família -PUC/SP. São Paulo, 2007.

MATURANA, Humberto Romecín. **El sentido de lo humano**. Santiago do Chile: Editorial Universitária, 1992.

MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. *Vínculo*. São Paulo: Melhoramentos, 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=vínculo>>.

MINAYO, M. Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social - Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Wanderley C. "Espinosa: um pedagogo da Alegria?" **Revista Eletrônica Print by FUNREI**. São João del Rei: Metadnoia, 2000. Disponível em: <www.funrei.br/publicações/metanoia>. Acesso: jan. 2008.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: EDUC: Cortez, 2003.

POLETTO, Michele; KOLLER, Silvia H. "Resiliência: uma perspectiva conceitual e histórica". In: DELL'AGLIO, Débora; KOLLER, Silvia H.; YUNES, Maria Ângela (Orgs.). **Resiliência e psicologia positiva: interfaces do riso à proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

PORTELLI, Alessandro. "A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais". **Tempo**. Vol.1, nº2. Rio de Janeiro, UFF, 1996.

_____. "Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral". **Projeto História**. nº14. São Paulo, PUC/SP, 1997.

RAPIZO, Rosana. **Terapia sistêmica da família: da instrução à construção**. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2002.

RIZZINI, Irene. **A Institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC/Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

_____ ; RIZZINI, Irmã; NAIF, Luciene; BAPTISTA, Rachel. **Acolhendo Crianças e Adolescentes**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF/ CIESP; Rio de Janeiro, RJ: PUC/Rio, 2006.

SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Promoção Social. **IAFAM - Instituto de Assuntos da Família**. São Paulo, 1985.

_____. Secretaria de Estado da Promoção Social. **Relatório Síntese do Encontro de Técnicos do IAFAM**. São Paulo, 1986a.

_____. Secretaria de Estado da Promoção Social. **O IAFAM diante da Questão Familiar**. São Paulo, 1986b.

_____. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Programa Família Guardiã: Projeto Piloto**. São Paulo, 2005.

_____. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Projeto Piloto: Família Acolhedora**. São Paulo, 2006.

SARTI, Cynthia. **A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2003.

SAWAIA, Bader Burihan. "A falsa cisão retalhadora do homem". In: MARTINELLI, Maria Lucia (Org.). **O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as áreas de saber**. São Paulo: EDUC/ Cortez, 1995.

_____. “O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão”. In: SAWAIA, Bader B. **As artimanhas da Exclusão - uma análise ético-psicossocial**. São Paulo: Vozes, 1999.

_____. “Família e Afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades”. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez/ Instituto de Estudos Especiais/ PUC/SP, 2005.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SLUZKI, Carlos E. **A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. et. al. **A Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão de análise**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. “Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social”. **Serviço Social e Sociedade**. nº77. São Paulo: Cortez, mar. 2004.

_____. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

SZYMANSKI, Heloisa. “Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança”. **Serviço Social e Sociedade**. nº 71. São Paulo: Cortez, set. 2002.

TERRA DOS HOMENS (Org.). **Do abrigo à família**. Rio de Janeiro: Booklink, 2002.

VALENTE, Janete Aparecida Giorgetti. **O acolhimento Familiar como Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária. Mestrado em Serviço Social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), PUC/SP, São Paulo, 2008.

VECINDAY, Maria Laura. “El proceso de globalización y su impacto en los patrones de regulación sociopolítica”. **Revista Serviço Social & Sociedade**. Ano XXIV, nº76. São Paulo: Cortez, 2003.

VILLALOBOS, Verônica. “O Estado de Bem-Estar Social na América Latina: necessidade de redefinição”. **Cadernos Adenauer - Pobreza e Política Social**. São Paulo: Fundação Conrad Adenauer, 2000.

VITALE, Maria Amália Faller. “Famílias monoparentais: indagações”. **Serviço Social e Sociedade**. nº 71. São Paulo: Cortez, set. 2002.

YUNES, Maria Ângela Mattar. “Psicologia positiva e resiliência: foco no indivíduo e na família”. In: DELL’AGLIO, Débora; KOLLER, Silvia H.; YUNES, Maria Ângela (Orgs.). **Resiliência e psicologia positiva: interfaces do riso à proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ANEXOS

Anexo I

LEI Nº 13.545, DE 31 DE MARÇO DE 2003

(Projeto de Lei nº 562/96, do Vereador Arselino Tatto - PT)

Institui o Programa Família Guardiã, para propiciar convivência familiar à criança e ao adolescente, afastados temporariamente da família natural por ordem judicial e dá outras providências.

MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 25 de fevereiro de 2003, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Família Guardiã, que tem por objetivo propiciar convivência familiar à criança e ao adolescente afastados de sua família de origem temporariamente, por determinação do Poder Judiciário.

Art. 2º - O Programa Família Guardiã consistirá em acolhimento temporário de crianças ou adolescentes em ambiente familiar, autorizado por Termo de Guarda provisória expedido pelo Poder Judiciário.

Art. 3º - São beneficiárias do Programa Família Guardiã as crianças e adolescentes:

I - cuja guarda esteja sub judice nas Varas da Infância e Juventude da Capital de São Paulo;

II - que estejam abrigadas.

Art. 4º - O Programa Família Guardiã tem como pressupostos:

I - o acompanhamento da criança ou do adolescente e da família pelo Poder Judiciário, por meio de sua equipe técnica;

II - o acompanhamento da criança ou do adolescente e da família pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º - Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - seleção das famílias ou indivíduos;

II - capacitação das famílias ou indivíduos;

III - preparação da criança ou adolescente para o encaminhamento à Família Guardiã;

IV - acompanhamento do desenvolvimento da criança e do adolescente na Família Guardiã;

V - acompanhamento sistemático da Família Guardiã;

VI - atendimento e acompanhamento da família de origem, visando à reinserção familiar;

VII - diligenciar para que a família de origem mantenha contatos com a criança ou adolescente colocado na família substituta, nos casos em que não houver proibição do Poder Judiciário.

Art. 6º - Podem inscrever-se no Programa os maiores de 21 anos, sem restrição de gênero e estado civil, interessados em ter sob sua responsabilidade crianças e adolescentes e zelar pelo seu bem-estar, na forma estabelecida na regulamentação da presente lei.

Art. 7º - Após a inscrição na Secretaria Municipal de Assistência Social por meio da equipe responsável pela avaliação e seleção realizará a avaliação e seleção dos

requerentes, encaminhando seu parecer à Vara da Infância e Juventude mais próxima do domicílio dos requerentes.

Parágrafo único - Todos os requerentes selecionados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social serão inscritos no Cadastro Único de Guarda da Secretaria Municipal de Assistência Social, disponível ao Poder Judiciário, garantido o sigilo das informações.

Art. 8º - Ao requerente será entregue uma carta de indicação, que deverá instruir o pedido de guarda junto à Vara de Infância e Juventude que recebeu o laudo elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 9º - A habilitação ao Programa ocorrerá mediante a comprovação da obtenção da guarda em seu favor e a assinatura de um Termo de Compromisso pelo guardião.

Art. 10 - Cada família ou indivíduo poderá ter sob sua guarda, para fins de inserção do Programa Família Guardiã, no máximo, 02 (dois) beneficiários, criança ou adolescente.

Parágrafo único - Somente nos casos de grupos de irmãos poderá haver a aceitação de mais de 02 (dois) beneficiários, com o correspondente repasse financeiro.

Art. 11 - As famílias ou indivíduos participantes estarão sujeitos à avaliação sistemática e controle periódico por técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social, do Poder Judiciário e dos Conselhos Tutelares.

Art. 12 - A permanência da família ou indivíduo no Programa estará condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

I - o cumprimento rigoroso de seus deveres de guardião, nos termos da legislação aplicável e da decisão que lhe atribuiu a guarda;

II - frequência regular ao Programa de Acompanhamento às Famílias Guardiãs da SAS, respeitando o limite de faltas estabelecido;

III - atendimento a todas as convocações feitas por SAS ou pelo Poder Judiciário, ressalvadas as hipóteses de ausências justificadas por caso fortuito ou força maior;

IV - apresentação, quando solicitado, de documentos relevantes para a avaliação do desenvolvimento da criança e/ou do adolescente, inclusive aqueles atinentes a sua progressão escolar;

V - (VETADO)

VI - (VETADO)

Art. 13 - A desistência do Programa por parte da família guardiã poderá ocorrer a qualquer tempo, sendo o Poder Judiciário informado pela Secretaria Municipal de Assistência Social imediatamente.

Art. 14 - Para cada criança e adolescente assistidos será concedido auxílio pecuniário mensal, a título de ajuda de custo, a ser gerido pela família guardiã.

Art. 15 - O auxílio pecuniário terá o valor de 01 (um) salário mínimo mensal para todas as crianças e adolescentes.

Art. 16 - O repasse do auxílio financeiro pela Prefeitura do Município de São Paulo será concedido aos candidatos que, satisfeitos os requisitos da presente lei para inscrição no Programa, tenham obtido a guarda da criança ou adolescente por decisão do Poder Judiciário.

Parágrafo único - Em casos excepcionais de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais, a serem definidas na regulamentação à presente lei, o auxílio financeiro poderá ser fixado em até 03 (três) salários mínimos.

Art. 17 - O auxílio pecuniário mensal será concedido enquanto a criança ou adolescente permanecer sob a guarda da família ou indivíduo, podendo ser calculado pró-rata nas hipóteses em que a permanência tiver períodos inferiores a 01 (um) mês.

Art. 18 - A participação dos requerentes no Programa Família Guardiã não gerará vínculo empregatício ou profissional com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 19 - O beneficiário fica obrigado a efetuar o ressarcimento da importância que tiver recebido ilicitamente, devidamente corrigida, nos termos da legislação em vigor.

Art. 20 - Ao servidor público ou entidade conveniada ou parceira que concorrer para a concessão ilícita do benefício, aplicar-se-ão as sanções civis, penais e administrativas previstas na legislação vigente.

Art. 21 - A Prefeitura do Município de São Paulo poderá celebrar convênios com entidades de direito público, bem como estabelecer parcerias com empresas e entidades de direito privado, patronais e sindicais, visando ao desenvolvimento das atividades relativas ao Programa de que trata esta lei.

Art. 22 - A Secretaria Municipal de Assistência Social será responsável pela coordenação geral do Programa Família Guardiã, estabelecendo normas e procedimentos para sua implantação, controle, acompanhamento e fiscalização.

Parágrafo único - No primeiro ano o Programa Família Guardiã será implantado gradativamente em região escolhida da cidade, decidida em comum acordo com o Poder Judiciário.

Art. 23 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, conforme percentual deliberado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, suplementadas se necessário.

Art. 24 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 31 de março de 2003, 450º da fundação de São Paulo.

MARTA SUPLICY, PREFEITA

LUIZ TARCISIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos

JOÃO SAYAD, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

NELI MÁRCIA FERREIRA, Respondendo pelo Cargo de Secretária Municipal de Assistência Social

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 31 de março de 2003.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 13.545, DE 31 DE MARÇO DE 2003

RETIFICAÇÃO

DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003

No Secretariado - Leia-se como segue e não como constou:

ALDAÍZA SPOSATI, Secretária Municipal de Assistência Social

Anexo II

PROJETO PILOTO FAMÍLIA ACOLHEDORA

1 APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, no cumprimento de sua missão institucional e na condição de gestora plena da Política de Assistência Social, assume a atribuição de implantar o Sistema Único da Assistência Social – SUAS na cidade de São Paulo. O SUAS é o sistema nacional que articula e promove ações de proteção social básica e especial e afiança as seguranças sociais próprias da política (acolhida, convívio, autonomia, rendimento, garantias de direitos, de medidas, de equidade e de proteção social).

Na perspectiva de ampliar a oferta de serviços de proteção social básica e especial e de assegurar efetividade à ação da SMADS no enfrentamento de graves questões sociais, foram instituídos dois programas estratégicos e complementares que articulam e integram serviços e benefícios: o **São Paulo Protege** e o **Ação Família**.

O **Programa Ação Família – viver em comunidade** dirige-se prioritariamente à população mais vulnerável da cidade e considera que os investimentos públicos, no campo da assistência social, serão mais produtivos se focados e articulados a outros fins. Assim, possibilitará a formação de uma sinergia que amplie o acesso desta população à rede de serviços, visando o rompimento do círculo vicioso da pobreza e da vulnerabilidade social, substituindo-o por um círculo virtuoso dinâmico que conduza à situações emancipatórias e sustentáveis.

O Programa Ação Família deverá promover a inclusão social da população mais vulnerável tendo como unidade de ação a família. Portanto, a estratégia da SMADS é promover o fortalecimento e emancipação da família por meio da articulação da rede de serviços de assistência social, trabalho, educação, saúde, cultura, esportes e lazer bem como o acesso à informação, como condições mínimas para o exercício da cidadania.

O Programa **São Paulo Protege** é destinado ao atendimento de indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social. Este programa amplia a presença do poder público na abordagem das pessoas em situação de rua, encaminhando-as à

rede de serviços e aos programas emancipatórios de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, no caso de jovens e adultos.

Direcionando as ações para o público infanto-juvenil, o sub-programa **São Paulo Protege suas Crianças** define estratégias de atuação diferenciadas, considerando a natureza da vulnerabilidade e do risco social aos quais está exposto o público infanto-juvenil.

Este sub-programa inclui serviços de proteção social básica e especial. Os serviços de proteção social especial – área criança e adolescente – são: abrigos, casas de acolhida e também os centros de referência da criança e do adolescente, que foram reestruturados e ampliados no decorrer de 2005 e 2006; serviços de proteção jurídico-social e apoio psicológico a crianças, adolescentes e jovens, e também, às famílias em situação de risco; abordagem de rua; serviços de proteção e apoio às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração; serviço de proteção às crianças e aos adolescentes ameaçados de morte e, serviços para a pessoa portadora de deficiência⁸.

Dentro deste sub-programa estão sendo executadas ações para a implantação do Serviço Família Acolhedora na Cidade de São Paulo⁹, que tem como **objetivo geral promover a guarda familiar temporária de crianças e adolescentes que são afastados de suas famílias, com prognóstico de retorno, priorizando ações para a reinserção destes às famílias de origem**. Este Serviço tem como objetivos específicos:

- oferecer uma resposta mais humana e personalizada de atendimento ao grupo infanto-juvenil que, temporariamente, precisa ser afastado de sua família de origem;
- oferecer às crianças e aos adolescentes afastados temporariamente de suas famílias de origem, oportunidades de convivência familiar e comunitária, assistência material, ética e educacional, em regime de guarda provisória em família acolhedora;
- propiciar às crianças e aos adolescentes o atendimento de suas necessidades individuais de uma forma mais particularizada e afetiva, procurando minimizar os

⁸ Referência: Prefeitura da Cidade de São Paulo.

⁹ Atualmente, as ações realizadas são destinadas à implantação do Projeto Piloto Família Acolhedora, objeto maior deste documento.

- prejuízos físicos e emocionais ocasionados pelo afastamento temporário de sua família de origem;
- preparar e acompanhar as crianças e os adolescentes no processo de transição abrigo-família acolhedora para que o desabrigo seja efetivado de uma forma que não ocasione mais prejuízos emocionais;
 - capacitar e acompanhar as famílias acolhedoras no processo de convivência com as crianças e com os adolescentes favorecendo relações afetivas que proporcionem um melhor desenvolvimento físico e emocional, outras formas de sociabilidade, respeito a individualidade, preservação de identidade e construção de autonomia;
 - preparar e acompanhar a família de origem por meio de entrevistas, grupos, visitas domiciliares, encaminhamentos e inserção na rede de proteção social (serviços, programas, projetos e benefícios de SMADS, de outras Secretarias afins e recursos da comunidade), visando criar condições para o retorno da criança e do adolescente ao lar;
 - produzir e divulgar regularmente materiais técnico-operativos, fornecendo subsídios para o acompanhamento e a avaliação contínua do Serviço Família Acolhedora na Cidade de São Paulo.

2 HISTÓRICO

Em 2004, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social celebrou convênio com a Agência Regional para Adoções Internacionais – Região Piemonte, da Itália, visando o desenvolvimento de atividades de cooperação para salvaguardar os direitos da infância. O objetivo geral do convênio é o desenvolvimento de atividades de cooperação entre os partícipes, para difundir o direito à convivência familiar e a provisoriedade da medida de abrigo de crianças e adolescentes, ampliando programas sociais que proporcionem suporte às famílias de origem e promovam a guarda familiar.

A partir da celebração do convênio, foram executadas diversas atividades na cidade de São Paulo, para atingir os objetivos propostos. Em setembro de 2004, foi realizado o Congresso Internacional Família Guardiã – Brasil, com o intuito de dar início ao Projeto São Paulo – Turim – A.R.A.I – Região Piemonte – PMSP/SMADS – Via Pública, pela proteção integral de crianças e adolescentes. Este Congresso

contou com a presença de especialistas internacionais, juízes, profissionais da área da infância e da juventude, profissionais de saúde, administradores, educadores, conselheiros tutelares e docentes.

Buscando difundir o direito à convivência familiar e a provisoriedade da medida de abrigamento foi lançada, durante o Congresso Internacional, a pesquisa “Reordenamento de Abrigos Infante-Juvenis da Cidade de São Paulo: Construção da Política Interinstitucional de Defesa dos Direitos de Convivência Familiar e Comunitária das Crianças e Adolescentes de São Paulo”. Esta pesquisa foi de iniciativa e coordenação dos profissionais da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal e Justiça de São Paulo – AASPTJSP e do Núcleo da Criança e do Adolescente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP; teve seus resultados publicados com os recursos oriundos do convênio entre esta SMADS e a A.R.A.I. – Região Piemonte.

Em relação ao desenvolvimento de ações para promover a guarda familiar, logo após o Congresso, foi constituída uma Comissão para planejar, monitorar, supervisionar e avaliar a implantação e o desenvolvimento do Projeto Piloto – Família Acolhedora na cidade de São Paulo. A Comissão de Implantação do Projeto é composta por representantes dos seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, Supervisões Regionais de Assistência Social, ARAI – Agência Regional para as Adoções Internacionais – Região Piemonte, Instituto Via Pública, Instituto Rukha, Corregedoria Geral da Justiça por meio do Núcleo de Apoio Profissional ao Serviço Social e Psicologia do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Varas da Infância e Juventude dos Foros Regionais de Pinheiros e de Santo Amaro e Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – AASP-TJ.

Em março e abril de 2005 ocorreu um seminário de capacitação, organizado e ministrado pela Comissão de Implantação, no Espaço de Aprender Social – Espaso – SMADS, dirigido a profissionais das Supervisões Regionais de Assistência Social, técnicos das Varas da Infância e Juventude, profissionais dos abrigos para crianças e adolescentes e conselheiros tutelares, com vistas a aprofundar os temas relacionados ao suporte às famílias de origem e à guarda familiar, oferecendo subsídios para a elaboração das diretrizes do Projeto Piloto – Família Acolhedora.

Cumprindo as cláusulas estabelecidas em convênio com a A.R.A.I – Região Piemonte e com o objetivo de subsidiar tecnicamente os profissionais envolvidos no Projeto Piloto - Família Acolhedora, em julho de 2005, um grupo de 11 operadores de São Paulo participou do Curso Formativo, em Turim, o qual constituiu-se de seminários e reuniões técnicas com profissionais italianos, conhecimento das políticas públicas regionais, bem como visitas às instituições e serviços sociais locais.

A partir de maio de 2006, a Comissão de Implantação intensificou suas ações para a implementação do Projeto Piloto – Família Acolhedora no município de São Paulo.

3 JUSTIFICATIVA

A história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil demonstra que, apesar das conquistas legais - Constituição Federal de 1988 – artigo 227, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, muitas mudanças ainda são necessárias para que a cultura do abrigo seja alterada pelo direito à convivência familiar e comunitária, principalmente mediante a efetivação de políticas públicas eficazes. Todos os momentos históricos que exigiram ações do Estado e da sociedade no âmbito do atendimento, principalmente, às crianças, aos adolescentes e às famílias pobres, a resposta foi praticamente a única: a institucionalização.

A Constituição Federal consagrou como princípio a *doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente*, atribuindo à *família, à sociedade e ao Estado* a responsabilidade pela efetivação dos direitos garantidos no texto constitucional e regulamentados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Fiel a esse princípio, a Constituição ocupou-se da família como base da sociedade, garantindo-lhe proteção especial e assistência a cada um de seus membros.

Essa inovação da Constituição de 1988, ocupando-se, pela primeira vez na história das constituições brasileiras, da questão da família, tem seu fundamento na importância do grupo familiar no desenvolvimento da criança. De todos os grupos humanos é à família que cabe o papel primordial na transmissão dos valores, cultura

e todos os elementos que contribuem para a formação da criança. Segundo *Lacan*, in “Os Complexos Familiares”:

... a família prevalece na primeira educação, na repressão dos instintos, na aquisição da língua acertadamente chamada de materna. Com isso, ela preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, preside essa organização das emoções segundo tipos condicionados pelo meio ambiente, que é a base dos sentimentos; mais amplamente, ela transmite estruturas de comportamento e de representação cujo jogo ultrapassa os limites da consciência.

A família constitui ainda o espaço primeiro do desenvolvimento de relações afetivas, de cuidado e solicitude que garantem o desenvolvimento saudável da personalidade da criança.

As leis posteriores à Constituição Federal também enfatizam em seus princípios o direito a convivência familiar e comunitária. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu artigo 19, destaca que “Toda criança ou adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”.

A Lei Orgânica da Assistência Social que dispõe sobre a organização da política de assistência social, enfatiza em seus princípios - artigo 4º: “o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade”. Um dos eixos norteadores da condução da política de assistência social é a primazia de atenção às famílias e aos seus membros. Conforme a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (2005, p.16), o princípio da matricialidade sociofamiliar significa que:

- A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social;
- A defesa do direito à convivência familiar na proteção de assistência social supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento *per capita* e a entende como núcleo afetivo, vinculada por laços consangüíneos, de aliança ou de afinidade, onde os vínculos

circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero;

- A família deve ser apoiada e ter acesso às condições essenciais para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência;
- O fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social na própria família não restringem as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade.

Apesar destas conquistas legais, conforme o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006, p.28), “o Brasil é um país com tradição de atendimento institucional às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, tradição essa historicamente forjada na desvalorização social da parcela da população a que pertencem, em sua grande maioria pobre e procedente de etnias não-brancas e na adaptação dessa população aos padrões considerados aceitáveis”.

Além do reconhecimento da ausência histórica de políticas públicas destinadas às famílias, é necessária uma mudança de paradigma pelo qual se olha a criança e o adolescente como coitados, carentes, infelizes, dependentes e para a família como a grande vilã da história.

Não queremos sacralizar a família. Ela pode ou não ser um lugar seguro para o indivíduo crescer em todos os segmentos sociais, mas não devemos ter como parâmetro que o abrigo é o melhor lugar. Ele deve ser adequado, eficiente na sua função de guardião, um lugar de pertencimento, mas não deve ser utilizado como a única alternativa para a criança e o adolescente.

Portanto, a colocação em família acolhedora (referência deste Projeto Piloto), configura-se como uma opção frente à tradicional prática brasileira de permanência prolongada de crianças e adolescentes em abrigos, condenados a viver grande parte de suas vidas privados de qualquer vivência familiar. Além disso, a família de origem deverá ser trabalhada no campo das possibilidades, das competências e das capacidades. Deve ser vista como parceira e como sujeito político. A família, apesar de suas mudanças, de seus contornos, do redesenhar de suas fronteiras, continua a ter centralidade na vida das pessoas (Vitale, 2004) e o

direito à convivência familiar e comunitária deve ser o princípio de todas as ações que se pretendam eficazes.

4 OBJETIVO GERAL DO PROJETO PILOTO

Testar a eficácia dos procedimentos previstos para a implantação do Serviço Família Acolhedora, que tem como objetivo promover a guarda familiar temporária de crianças e adolescentes que são afastados de suas famílias, com prognóstico de retorno, priorizando ações para a reinserção destes às famílias de origem.

5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROJETO PILOTO

A efetivação do objetivo geral será alcançada com os seguintes objetivos específicos:

- testar a articulação dos órgãos envolvidos no desempenho de suas funções específicas - Poderes Judiciário e Executivo e demais parceiros institucionais;
- analisar, na execução dos procedimentos planejados, o desenvolvimento dos atores envolvidos (criança, adolescente, família de origem, família acolhedora e organização social executora), avaliando a necessidade de intervenções técnicas durante o processo;
- testar instrumentos de registro, seleção, diagnóstico, controle, acompanhamento e avaliação;
- rever, e eventualmente reformular, a metodologia utilizada, em cada um de seus componentes: critérios, seqüência das etapas, intervenção das instâncias envolvidas, reações dos atores etc., bem como indicadores a serem observados em cada uma das etapas;
- sistematizar os conteúdos e os procedimentos, ao final do Projeto Piloto, para que sejam adotados na implantação do Serviço Família Acolhedora.

6 META DO PROJETO PILOTO

Colocação em famílias acolhedoras de até 16 (dezesesseis) crianças e/ou adolescentes, simultaneamente, que se encontrem abrigados sob a jurisdição das

Varas da Infância e da Juventude dos Foros Regionais de Pinheiros e de Santo Amaro, com possibilidades de reinserção na família de origem.

7 PARCEIROS DO PROJETO PILOTO

A coordenação geral do Projeto Piloto Família Acolhedora estará a cargo da SMADS, que divide essa responsabilidade com a Comissão de Implantação do Projeto – formada por representantes dos Parceiros Âncoras, dos Parceiros Institucionais, das Supervisões Regionais de Assistência Social de Pinheiros e de Santo Amaro e de dois Abrigos para Crianças e Adolescentes. O desenvolvimento das ações do Projeto – acompanhamento das crianças e dos adolescentes, das famílias de origem e das famílias acolhedoras (seleção final, capacitação e acompanhamento) – ficará a cargo de uma organização social executora.

7.1 PARCEIROS ÂNCORAS

Para executar o Projeto Piloto – Família Acolhedora a SMADS firmou parceria com três instituições – Agência Regional para Adoções Internacionais (Região Piemonte), Instituto Via Pública e Instituto Rukha –, apresentadas a seguir.

Agência Regional para Adoções Internacionais – ARAI – Região Piemonte

A Agência Regional para Adoções Internacionais – ARAI- Região Piemonte, com sede em Turim, na Itália, é a primeira Entidade Pública italiana autorizada a operar em matéria de adoção internacional e em programas ou projetos sociais de cooperação internacionais, voltados à redução do abandono e do abrigamento de crianças e adolescentes, facilitando a permanência ou a reintegração destes nas famílias de origem.

No tocante a este Projeto Piloto, a ARAI-Região Piemonte tem a função de colaborar técnica e financeiramente para com a capacitação dos vários atores envolvidos na implantação do Projeto Piloto, por meio de ações informativas e formativas. Além de acompanhar todas as fases do processo de implantação, também subsidia a confecção, registro e divulgação do material técnico elaborado

no decorrer do processo de implantação do Projeto, gerando informação e conhecimento.

Instituto Via Pública

Fundado em abril de 2001, o Instituto Via Pública (Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Pública e das Organizações de Interesse Público) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que visa atuar como centro de estudos e pesquisas e contribuir para o planejamento, gestão, execução, acompanhamento e avaliação de projetos para a administração pública, organizações não-governamentais (ONGs) e empresas privadas.

No Projeto Piloto Família Acolhedora o Instituto Via Pública tem funções de Monitoramento e Avaliação; de apoio técnico para sistematizar a metodologia utilizada no Projeto Piloto; e de gerenciamento administrativo do encontro de capacitação técnica dirigido aos agentes sociais envolvidos nas atividades do Projeto Piloto.

Instituto Rukha

O Instituto Rukha, criado em outubro de 2004, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos que tem como missão o enfrentamento da questão da violência pela busca e o estímulo da sinergia na sociedade, unindo instituições e pessoas pelo que fazem de melhor em torno deste objetivo comum. Tem seus objetivos sociais focados no apoio e desenvolvimento de ações voltadas à criança, ao adolescente e suas famílias, em situação de risco pessoal e social.

Dentro deste piloto, o Rukha irá colaborar na construção da metodologia do Projeto Piloto Família Acolhedora, bem como oferecer subsídio financeiro no valor de 01 (um) salário mínimo, por um período de 02 (dois) anos, para as 16 famílias, simultaneamente, que vierem a ser selecionadas e autorizadas pelas Varas da Infância e da Juventude dos Foros Regionais de Pinheiros e Santo Amaro a receber sob guarda provisória as crianças e/ou adolescentes.

7.2 PARCEIROS INSTITUCIONAIS

- Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:
 - Corregedoria Geral da Justiça, por meio do Núcleo de Apoio Profissional ao Serviço Social e Psicologia do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
 - Varas da Infância e Juventude dos Foros Regionais de Pinheiros e de Santo Amaro;
- Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – AASP-TJ.

8 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PILOTO

8.1 DIVULGAÇÃO DO PROJETO PILOTO

O material informativo que convocará as famílias/indivíduos a exercerem o papel de acolhedores será elaborado pela Comissão de Implantação do Projeto, contendo objetivos, critérios de seleção e locais de inscrição para os candidatos. Este material será distribuído aos serviços da comunidade: Organizações Sociais, Associações de Bairro e Igrejas.

As Supervisões Regionais de Assistência Social, juntamente com a SMADS, realizarão encontros para a apresentação do Projeto à comunidade.

8.2 CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS/INDIVÍDUOS CANDIDATOS A ACOLHEDORES

As famílias/indivíduos interessados em ter sob a sua guarda crianças e adolescentes incluídos no Projeto Piloto deverão se dirigir aos Centros de Referência da Assistência Social das Subprefeituras de Pinheiros, Butantã, Santo Amaro, Cidade Ademar, Campo Limpo, Capela do Socorro, M'Boi Mirim e Parelheiros para o cadastramento, triagem e processo de pré-seleção, nos seguintes endereços:

- SAS Pinheiros – Av. das Nações Unidas, 7123 – Pinheiros – Tel: 3034-0868

- SAS Butantã – Rua Ulpiano da Costa Manso, 201 – Jd. Peri Peri – Tel: 3501-2548
- SAS Santo Amaro – Rua Pe. José de Anchieta, 646 – Santo Amaro – Tel: 5548-6903
- SAS Cidade Ademar – Av. Yervant Kissajikian, 416 – Cidade Ademar – Tel: 5562-1221
- SAS Campo Limpo – Rua Baptista Crespo, 312 – Campo Limpo – Tel: 5842-2340
- SAS Capela do Socorro – Rua Cassiano dos Santos, 270 – V. Clíper – Tel: 5667-8660
- SAS M'Boi Mirim – Rua Ernesto Pasqualucci, 52 – M'Boi Mirim – Tel: 5894-7208
- SAS Parelheiros – Av. Sadamu Inoue, 5252 – Jd. Dos Alamos – Tel: 5926-6500

Nos oito Centros de Referência acima mencionados, haverá técnicos especialmente designados e treinados para prestar informações, confirmar se os candidatos possuem os requisitos indispensáveis e, em caso positivo, proceder ao cadastramento. Decorrido o prazo estabelecido para o cadastramento de famílias/indivíduos candidatos (15 dias) – que inclui a entrevista de triagem e a juntada dos documentos exigidos -, terá início a pré-seleção.

Caberá, também, às Supervisões Regionais:

- coordenar a divulgação do piloto na Regional, com distribuição de material e/ou contatos com instituições;
- realizar juntamente com a SMADS, a apresentação do Projeto Piloto à comunidade;
- cadastrar as famílias/indivíduos candidatos a acolhedores;
- pré-selecionar as famílias/indivíduos acolhedores;
- manter um Banco de Cadastro das famílias/indivíduos acolhedores pré-selecionados;
- encaminhar, quando solicitado, os relatórios técnicos das famílias/indivíduos acolhedores pré-selecionados à organização social executora para a capacitação e a seleção final;
- manter contatos regulares com os técnicos das Varas da Infância e da Juventude para o melhor encaminhamento do processo de pré-seleção das famílias/indivíduos acolhedores;

- acompanhar o processo de desabrigamento das crianças e dos adolescentes;
- participar das capacitações efetuadas para a implantação do Projeto;
- incluir, conforme o caso e as possibilidades, as famílias de origem na rede de serviços, programas, projetos e benefícios de SMADS, das demais Secretarias afins e nos recursos da comunidade;
- participar, quando necessário, de reuniões com a Comissão de Implantação do Projeto, SMADS e organização social executora.

8.3 CRITÉRIOS PARA O CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS/INDIVÍDUOS CANDIDATOS A ACOLHEDORES

Os critérios para o cadastramento das famílias/indivíduos serão os seguintes:

- Ser maior de 21 anos, sem restrição de gênero e de estado civil;
- Ter 16 (dezesesseis) anos de diferença mínima entre as crianças e/ou adolescentes a serem acolhidos;
- Não serão aceitas famílias que estejam inscritas no cadastro de adoção das Varas da Infância e da Juventude do Estado de São Paulo – conhecidas por meio de consulta ao CEJAI, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- Residir na cidade de São Paulo há 02 anos, no mínimo;
- Não ter antecedentes criminais;
- Residir na região sob jurisdição das Varas da Infância e Juventude dos Foros Regionais de Santo Amaro e Pinheiros.

Documentos necessários para a efetivação do cadastramento (xerox e original):

- Carteira de identidade do casal/indivíduo candidato (RG);
- Certidão de nascimento de todos os membros da família, atualizada;
- Cartão de Identificação do Contribuinte do casal/indivíduo candidato (CIC/CPF);
- Certidão de casamento, se houver;

- Comprovante de residência atualizado¹⁰ (conta de água, luz, telefone ou correspondência bancária);
- Atestado ou declaração médica de sanidade física e mental do casal/indivíduo candidato;
- Fotografia de todos os residentes e da residência (parte externa e interna);
- Certidão de nascimento dos filhos, se houver;
- Certidões negativas: civil e criminal do casal/indivíduo candidato.

8.4 CRITÉRIOS DE PRÉ-SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS/INDIVÍDUOS ACOLHEDORES

A pré-seleção será realizada pelos profissionais dos 08 Centros de Referência da Assistência Social e levará em conta as características indispensáveis que deverão apresentar as famílias/indivíduos acolhedores. A organização executora definirá os indicadores para cada uma das características, relativas aos seguintes aspectos:

- Motivação que levou à solicitação da guarda;
- Disponibilidade de tempo para cuidar da criança ou do adolescente e para participar das ações do Projeto;
- Aceitação do Projeto pelos demais membros da família;
- Avaliação da condição sócio-econômica da família/indivíduo;
- Presença de problemas psiquiátricos ou de uso abusivo de substâncias psicoativas de qualquer membro da família;
- Relações interfamiliares;
- A questão do contato, da disposição e da relação que essa família pretende estabelecer com a família de origem;
- Importância do sigilo sobre a história e a situação jurídica da criança ou do adolescente, para pessoas estranhas à família;
- Eventuais diferenças culturais, de crenças religiosas e outras;

¹⁰ O candidato deverá assinar uma declaração de que reside na cidade de São Paulo há 02 anos, no mínimo. No momento da entrega dos documentos, o candidato deverá, também, apresentar uma testemunha que confirme o dado acima.

- Postura da família frente a eventuais situações emergenciais de saúde ou mesmo em face de crianças ou adolescentes portadores de qualquer tipo de deficiência;
- Espaço físico para receber e acomodar crianças e/ou adolescentes;
- Lista de preferências por características da criança e do adolescente.

Os dados e os relatórios das famílias/indivíduos pré-selecionados constarão em um Banco de Cadastro sob responsabilidade dos 08 Centros de Referência da Assistência Social.

A organização social executora com os dados das famílias/indivíduos pré-selecionados realizará o processo final de seleção. Este processo se dará através dos seguintes procedimentos: entrevista, visita domiciliar e capacitação.

8.5 CAPACITAÇÃO DAS FAMÍLIAS / INDIVÍDUOS ACOLHEDORES SELECIONADOS

A capacitação para o exercício da função de família/indivíduo acolhedor será realizada pela organização social executora, por meio de variados procedimentos pedagógicos incluindo, entre outros aspectos, os abaixo relacionados:

- Apresentação do projeto: significado para a criança/adolescente, família e sociedade;
- Orientações sobre os aspectos da legislação pertinente (Constituição Federal, ECA, LOAS, Lei Municipal nº 13.545);
- Noções sobre o desenvolvimento infanto-juvenil: o que esperar da criança e do adolescente de acordo com as faixas etárias, em termos de comportamento, requerendo reações e atitudes diferentes por parte das famílias acolhedoras;
- Desenvolvimento infanto-juvenil: noções sobre a sexualidade;
- Reflexão acerca dos conflitos e limitações que podem surgir nos possíveis processos de acolhimento: como negociar limites e regras de convivências com as crianças e com os adolescentes;
- Reflexão sobre as possíveis conseqüências do abrigamento na vida de uma criança: o que esperar de uma criança ou adolescente institucionalizado;

- Reflexão acerca das conseqüências que as situações adversas e/ou dificuldades sofridos por essa população trazem ao desenvolvimento da personalidade;
- Reflexão sobre a família de origem: formas de organização; preconceitos; formas de aproximação e manutenção de vínculos;
- Reflexão acerca das possíveis dificuldades das famílias acolhedoras em relação às mudanças no cotidiano familiar;
- Reflexão quanto às possíveis conseqüências no tocante às possíveis diferenças sócio-econômicas entre as famílias acolhedoras e as famílias de origem; respeito ao universo sócio-cultural da criança;
- Garantia do convívio comunitário já pertencente à criança ou adolescente, se possível: escola, família, procurando minimizar as perdas decorrentes do afastamento da família e comunidade, garantindo a manutenção dos vínculos afetivos criados anteriormente ao acolhimento;
- Preparação para o retorno da criança e/ou do adolescente à família de origem;
- Preparação para a utilização adequada do subsídio financeiro.

8.6 INDICAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

As crianças e os adolescentes que serão inseridos nas famílias/indivíduos acolhedores serão indicados pelos técnicos das Varas da Infância e Juventude dos Foros Regionais de Pinheiros e Santo Amaro. Na realização do Projeto Piloto serão consideradas as características abaixo para a inclusão das crianças e dos adolescentes no mesmo.

Estão aptos:

- crianças e adolescentes que se encontrem abrigados sob a jurisdição das Varas da Infância e da Juventude dos Foros Regionais de Pinheiros e Santo Amaro;
- crianças e adolescentes cujas famílias de origem residam nas áreas sob a jurisdição das Varas da Infância e da Juventude dos Foros Regionais de Pinheiros e Santo Amaro;
- crianças e adolescentes com possibilidade de retorno à família de origem, segundo critérios das Varas da Infância e da Juventude;

- crianças e/ou adolescentes com comprometimento físico e/ou mental, desde que garantido o apoio da rede de proteção integral e a disponibilidade da família acolhedora em responder às suas necessidades.

Não estão aptos:

- crianças e/ou adolescentes cujos pais estão sendo destituídos do poder familiar ou com a probabilidade de vir a sê-lo, passíveis, portanto, de adoção;
- crianças e/ou adolescentes com indicação para adoção;
- grupos de irmãos com vínculos entre si, sem possibilidade de colocação conjunta em uma mesma família acolhedora.

No processo de indicação e de desabrigoamento, caberá aos abrigos em que estão acolhidas as crianças e os adolescentes:

- confeccionar relatório sobre o cotidiano da criança e/ou do adolescente no abrigo, informando: comportamento, hábitos, utilização dos recursos da comunidade, acompanhamento médico, situação escolar etc;
- confeccionar relatório sobre as famílias de origem, informando: frequência nas visitas, relação com os filhos, questões de trabalho, moradia, saúde etc¹¹;
- realizar encontros com a organização social executora para as demais informações sobre as crianças, os adolescentes e as suas famílias;
- trabalhar, juntamente com a organização social executora, no processo de desabrigoamento da criança e/ou do adolescente.

As Varas da Infância e da Juventude dos Foros Regionais de Pinheiros e de Santo Amaro, depois de selecionar as crianças e os adolescentes aptos a participarem do projeto – análise dos relatórios das crianças e dos adolescentes encaminhados pelos abrigos, entrevista com as crianças e com os adolescentes, entrevista com as famílias de origem - deverão solicitar a organização social executora a indicação de 03 (três) famílias/indivíduos para cada perfil de criança e/ou adolescente apto.

¹¹ Os dados contidos no software do Instituto Camargo Correa – Programa Abrigar poderão ser utilizados como subsídio para a confecção dos relatórios sobre as crianças, os adolescentes e suas famílias de origem.

Após o cruzamento dos perfis, será concedida à família/indivíduo acolhedor selecionado e capacitado a autorização de visita à criança e ao adolescente no abrigo para o processo de aproximação. Neste momento, a organização social executora deverá:

- acompanhar as visitas das famílias/indivíduos acolhedores nos abrigos;
- entrevistar as crianças e os adolescentes para avaliação do processo;
- entrevistar as famílias/indivíduos acolhedores para avaliação do processo.

Caso a aproximação seja positiva, caberá também a organização social, juntamente com os abrigos, trabalhar no processo de desabrigo. A organização deverá encaminhar relatório do processo às Varas da Infância e da Juventude dos Foros Regionais de Pinheiros e Santo Amaro para a efetivação do processo de guarda.

Caberá ao MM. Juiz, com o subsídio dos relatórios técnicos, a escolha definitiva do casal/indivíduo acolhedor.

No processo de escolha definitiva da família/indivíduo acolhedor será levada em consideração, também, a proximidade entre a residência da família de origem e da família/indivíduo acolhedor, com vistas à manutenção do uso dos serviços da comunidade e a preservação dos vínculos familiares, se possível.

8.7 AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO

As ações do Projeto Piloto - acompanhamento das crianças e dos adolescentes, das famílias/indivíduos acolhedores e das famílias de origem - serão executadas por uma organização social com experiência comprovada no trabalho com crianças, adolescentes e famílias, sob supervisão da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS e da Comissão de Implantação do Projeto.

Conforme normatização desta Secretaria - Portaria n.º 031/2003/SAS/GABINETE, a organização social será escolhida através de audiência pública a ser realizada em dia, horário e local designados e publicados em Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

8.7.1 Eixos de ação da organização social executora

O Projeto Piloto se desdobrará em três eixos de ação e, para cada um deles, a programação será detalhada pela organização social executora:

1. Acompanhamento das crianças e dos adolescentes:

- Preparar e acompanhar as crianças e os adolescentes no processo de desabrigamento e na transferência gradativa para a moradia da família acolhedora a ser feita em conjunto com os profissionais dos abrigos;
- Acompanhar as crianças e os adolescentes durante o período em que residirão com as famílias acolhedoras;
- Preparar as crianças e os adolescentes para o retorno às famílias de origem;
- Acompanhar as crianças e os adolescentes no retorno às famílias de origem, durante o tempo pré-estabelecido.

2. Acompanhamento das famílias/indivíduos acolhedores:

- Capacitar as famílias/indivíduos selecionados, para receberem a criança ou o adolescente que ficará sob guarda;
- Acompanhar as famílias/indivíduos acolhedores por meio de variados procedimentos técnicos e visitas domiciliares regulares, que identifiquem eventuais alterações na dinâmica familiar a partir da guarda; possíveis conflitos e suas resoluções; condições de moradia e situação emocional das crianças, etc;
- Preparar as famílias/indivíduos acolhedores para o desligamento da criança e/ou do adolescente.

3. Acompanhamento das famílias de origem:

- Conhecer a história das famílias por meio de relatórios e reuniões com os técnicos das Varas da Infância e da Juventude dos Foros Regionais de Pinheiros e Santo Amaro e com os profissionais dos abrigos - identificando os motivos que levaram ao abrigamento, construindo um plano de ação para o retorno da criança e do adolescente ao lar;

- Acompanhar e trabalhar as famílias por meio de vários procedimentos técnicos e visitas domiciliares, desenvolvendo as diferentes capacidades dos seus integrantes, propiciando ganhos de autonomia e melhoria sustentável da qualidade de vida;
- Inserir as famílias, conforme o caso, em programas da rede de proteção social de SMADS, das demais Secretarias afins e em recursos da comunidade;
- Preparar as famílias para o retorno das suas crianças e dos adolescentes ao lar;
- Acompanhar a família de origem, durante o tempo pré-estabelecido, a partir, também, do retorno das crianças ou dos adolescentes.

Caberá também à organização social executora:

- formular e revisar os indicadores para medir as características familiares que serão utilizadas na seleção das famílias/indivíduos candidatos a acolhedores;
- formular, detalhar e revisar o conteúdo e a metodologia para a capacitação das famílias acolhedoras;
- coordenar, em conjunto com representantes da SMADS, o encontro de capacitação das famílias acolhedoras;
- elaborar e/ou revisar os instrumentos e os formulários de registro, seleção, diagnóstico, acompanhamento, controle e avaliação, juntamente com a Comissão de Implantação do Projeto;
- elaborar mensalmente relatório técnico de avaliação da experiência, que será utilizado para o aprimoramento das ações do projeto piloto e do serviço antes de sua implantação;
- elaborar mensalmente relatório técnico das crianças e dos adolescentes, da dinâmica vivenciada nas famílias acolhedoras e do trabalho com as famílias de origem que deverão ser encaminhados às Varas da Infância e da Juventude para subsidiar os demais procedimentos;
- participar regularmente de reuniões de avaliação da experiência, com a coordenação de SMADS, Comissão de Implantação do Projeto, SAS Regionais e parceiros âncoras;
- fornecer prestações de contas, à SMADS.

9 SUBSÍDIO FINANCEIRO

A família acolhedora responsável pela criança ou pelo adolescente receberá subsídio de um salário mínimo mensal, para o custeio das despesas. O benefício será depositado em conta corrente, em nome do guardião, que assumirá o compromisso de utilizar o recurso financeiro única e exclusivamente a favor da criança e do adolescente. Cada família poderá receber no máximo duas crianças ou adolescentes, por cada período de guarda. Somente será permitido o acolhimento de mais de duas crianças ou adolescentes, durante o mesmo período de guarda, quando se tratar de grupo de irmãos.

O subsídio financeiro será repassado à família acolhedora pela Organização/Entidade/Associação que receberá o recurso diretamente do Instituto Rukha, sem qualquer participação e responsabilidade da Prefeitura, conforme previsto no Termo de Cooperação firmado entre a SMADS e o Instituto Rukha e quanto vigente referida cooperação.

10 BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 07 de setembro de 1993.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente/ ECA, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, julho 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (versão preliminar). Brasília, maio 2006.

VITALE, Maria Amália Faller. Ato Público: “Adoção: Qual é a Lei que Queremos”. São Paulo, PUC-SP, 2004.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)